

Economia Solidária e Desenvolvimento Social

Perspectivas e Desafios no Contexto da Educação Ambiental

Geraldo Márcio Timóteo, Sílvia Alicia Martínez, Carmem Imaculada de Brito, Michelle Nascimento Weissman da Silva, Leandro Garcia Pinho, Eliana Monteiro Soares de Oliveira, Valdir Júnio dos Santos, Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, Diego Carvalho Belo, Vitor de Moraes Peixoto, Klenio Veiga da Costa, Mauro Macedo Campos, Lilian Sagio Cezar, Julia Dias Pereira, Sibeles Souza Rodrigues, Priscila Lucas de Oliveira, Maria Clara Montalvão de Oliveira, Luísa Linhares Mota da Silva, Mirian Alvarenga Fagundes da Silva, Felipe Coutinho, Jorge Barcelos, Josinete Maria Pinto, Sérgio Arruda de Moura



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Geraldo Márcio Timóteo

Silvia Alicia Martinez, Carmem Imaculada de Brito, Michelle Nascimento Weissman da Silva, Leandro Garcia Pinho, Eliana Monteiro Soares de Oliveira, Valdir Júnio dos Santos, Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, Diego Carvalhar Belo, Vitor de Moraes Peixoto, Klenio Veiga da Costa, Mauro Macedo Campos, Lilian Sagio Cezar, Julia Dias Pereira, Sibebe Souza Rodrigues, Priscila Lucas de Oliveira, Maria Clara Montalvão de Oliveira, Luísa Linhares Mota da Silva, Mirian Alvarenga Fagundes da Silva, Felipe Coutinho, Jorge Barcelos, Josinete Maria Pinto, Sérgio Arruda de Moura

Economia Solidária e Desenvolvimento Social

Perspectivas e Desafios no Contexto da Educação Ambiental

1ª Edição

Campos dos Goytacazes - RJ
UENF/EdUENF
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

E19 Economia solidária e desenvolvimento social : perspectivas e desafios no contexto da educação ambiental / coordenação de Geraldo Márcio Timóteo. – 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019. 127 p. : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

ISBN : 978-85-89479-55-4

1. Economia Solidária . 2. Educação Ambiental. I. Timóteo, Geraldo Márcio (Coord.).

CDD : 306.364

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Reitor:
Luis Passoni

Vice-reitora:
Teresa de Jesus Peixoto Faria

Diretor do Centro de Ciências do Homem:
Marcelo Carlos Gantos

**Coordenadora do Programa
de Políticas Sociais (UENF):**
Denise Cunha Tavares Terra

Realização:
Petrobras e Programa de
Pós Graduação em Políticas Sociais (UENF)

Coordenação Técnica do Projeto Pescarte:
Geraldo Márcio Timóteo

Coordenação de Pesquisa do Projeto Pescarte:
Geraldo Márcio Timóteo

Supervisão Técnica do Projeto Pescarte:
Mônica do Nascimento Brito
Ana Carolina Caetano R. Tavares Crespo

Coordenação Pedagógica:
Sílvia Alicia Martínez
Lucas Viana Aragão

Coordenação da Obra:
Geraldo Márcio Timóteo

Revisão:
Sérgio Arruda de Moura
Leandro Garcia Pinho

Projeto Gráfico e Programação Visual:
Mariana Alcantara Vetromille

Fundação Instituto de Administração:
Hélio Janny Teixeira

Conselho Editorial da EdUENF:
Leonardo Rogerio Miguel (editor-chefe)
Maura da Cunha
Ricardo Bressan-Smith
Sérgio Arruda de Moura
Maridelma de Sousa Pourbaix

Foto da Capa:
Patrícia Pereira da Silva

Design da Capa:
Mariana Alcantara Vetromille

Impressão:
Tiragem: 500 exemplares
Distribuição Gratuita Dirigida



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Apresentação	4
Capítulo 1	4
<i>Economia Solidária no Brasil: gênese, tipologias e práticas exitosas</i>	
Capítulo 2	34
<i>Aspectos gerais da formação em economia solidária do PEA Pescarte</i>	
Capítulo 3	48
<i>Carta de Princípios do Projeto Pescarte</i>	
Capítulo 4	50
<i>Economia solidária, sociabilidade e controle social como elementos para a Emancipação de Comunidades Tradicionais</i>	
Capítulo 5	62
<i>Capitalismo, Estado e Trabalho: Princípios, Estratégias e Processos</i>	
Capítulo 6	80
<i>Elementos e Características da Economia Solidária</i>	
Capítulo 7	92
<i>Desafios da Economia Solidária</i>	

Capítulo 8	104
<i>Economia Solidária enquanto tecnologia social voltada para a construção da organização comunitária da pesca artesanal: experiência de formação dos socioeducadores do PEA Pescarte</i>	
Capítulo 9	113
<i>Poema: Projeto Pescarte</i>	
Índice Remissivo	123
Sobre os autores	117



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O presente trabalho procurar dar prosseguimento aos argumentos apresentados no livro 1 do PEA Pescarte, que trata da questão da “Educação Ambiental com participação popular: avançando na Gestão Democrática do Ambiente”. Seus argumentos, distribuídos em oito capítulos analíticos é finalizado com uma obra de arte do Poeta Pescador Sr. Jorge Barcelos, que nos alerta para a necessidade de elevarmos nossa voz em nome da natureza ameaçada. Diz ele que “Meu grito é a tua voz, preservar e respeitar a natureza é um dever de todos nós...” – alerta esse mais do que necessário, pois que se coloca como urgente diante da faina que marca o nosso desenvolvimento econômico que não considera os imperativos da natureza, sejam eles biológicos ou sociais, em sua marcha para o futuro.

E, como em todos os trabalhos que pretendem, como o faz o PEA Pescarte, atuar e modificar a realidade social vivida pelos indivíduos atingidos negativamente pelos processos de desenvolvimento em curso, resguardando sua natureza produtiva e sua cultura ancestral, é preciso estar atento aos elementos componentes, investigar, diagnosticar e implementar ações consistentes com as bases teóricas mais avançadas e legitimadas historicamente.

Desta forma, temos o primeiro texto, de Diego C. Belo e Eliana M. S. de Oliveira, que argumentam em “Economia Solidária no Brasil: gênese, tipologias e práticas exitosas, que o “cerne da Economia Solidária está presente nas primeiras organizações humanas, que se baseavam no comunitarismo primitivo”, desde os indígenas às práticas iniciais dos jesuítas no Brasil” apontando para os tipos de atividades de Economia Solidária praticadas por trabalhadores em todo o mundo e que há o surgimento de um movimento que reivindica a Economia Solidária não só como um movimento de resistência ao desemprego e à exploração do mercado capitalista, mas, e principalmente, como uma propostas para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade a partir do estabelecimento de um novo modelo de organização social.

No capítulo 2, temos os argumentos complementares ao entendimento do significado da prática em economia solidária, por meio dos autores Carmem I. de Brito, Michelle N. Weissmann e Silvia A. Martínez, que discutem os “Aspectos gerais da formação em economia solidária do PEA Pescarte”. Neste texto, as autoras irão buscar situar o processo formativo enfatizando a temática da Economia Solidária como resposta inicial às demandas dos grupos organizados pelo PEA Pescarte. Para isto, descrevem o PEA



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Pescarte em sua dimensão contributiva para o processo de manutenção e recuperação das capacidades dos grupos sociais de promoverem a sua emancipação política, econômica e social.

O capítulo 3, intitulado “Carta de Princípios do Projeto Pescarte”, remete aos seis pilares para o desenvolvimento dos trabalhos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) que se pretende sejam iniciados a partir dos trabalhos de organização social dos pescadores artesanais. Esse resultado foi obtido a partir do 1º Seminário de Economia Solidária do PEA Pescarte: Práticas, rumos e possibilidades para a emancipação social. O seminário permitiu a discussão sobre o exercício da economia solidária a partir de experiências diversas, tais como as de órgãos públicos (governo federal, estadual e municipal), da academia e de projetos exitosos de iniciativa popular, concentrando suas discussões nos elementos centrais da organização da participação dos sujeitos da ação educativa no processo de licenciamento público de petróleo e gás. Todo esse processo é melhor descrito no Capítulo 4.

O Capítulo 4 versa sobre a “Economia solidária, sociabilidade e controle social como elementos para a Emancipação de Comunidades Tradicionais”. Nele, os autores Geraldo M. Timóteo e Mauro M. Campos dissertam sobre a inserção da economia solidária em meio ao sistema capitalista e descortinam os seis princípios como os elementos centrais para a construção de uma organização social que pretenda promover a emancipação política, econômica e social dos sujeitos da ação educativa. Para tanto, é necessário que haja a produção de uma organização exitosa e isto passa por sua capacidade de sustentar-se enquanto uma proposta econômica que responda ao diagnóstico das necessidades das comunidades de pescadores artesanais, isto se se pensa a sua existência futura destas comunidades tradicionais nesta região do Litoral Fluminense.

No Capítulo 5, “Capitalismo, Estado e Trabalho: Princípios, Estratégias e Processos”, Valdir Júnior dos Santos procura situar a discussão sobre a pesca artesanal nos cânones clássicos do modo de produção e a constituição do Estado Capitalista. Discussão de muita importância para a compreensão contextual da categoria de trabalho junto aos sujeitos da ação educacional muitas vezes visto apenas pela sua tradicionalidade e não como parte do ciclo reprodutivo do capital.

No Capítulo 6, Ana Paula S. N. de Arruda, traça os “Elementos e Características da Economia Solidária” e nos remete a pensar as possibilidades da criação de uma socie-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dade baseada na cooperação e no potencial para transformar radicalmente realidades sociais injustas. A autora busca demonstrar que diante de um cenário de mudanças radicais no mundo do trabalho, em que o desemprego estrutural é uma evidência, além da convivência com precárias condições de trabalho e de remuneração rebaixadas, as práticas da economia solidária podem ser apontadas como uma forma mais humana de gerar e dividir riquezas.

No Capítulo 7, “Desafios da Economia Solidária”, Vitor de Moraes Peixoto e Klenio Veiga da Costa nos alertam para o fato de que os desafios postos em práticas econômicas solidárias são da mesma natureza imposta a todo e qualquer empreendimento que procure manter-se em uma economia predominantemente capitalista, não sendo, portanto, intransponíveis. Contudo, alertam os autores, há obstáculos e eles precisam ser compreendidos e, entre eles, o envolvimento e participação constantes; a manutenção da governança democrática; o enfrentamento das mudanças do mercado; o fomento à economia solidária e a manutenção da motivação dos sujeitos envolvidos, são questões que podem comprometer o desenvolvimento e o cotidiano dos Empreendimentos de Economia Solidária.

No capítulo 8, a educadora popular Josinete Maria Pinto nos fala sobre “Economia Solidária enquanto tecnologia social voltada para a construção da organização comunitária da pesca artesanal: experiência de formação dos socioeducadores do PEA Pescarte”, texto que resulta de uma profícua conversa que nos remete aos principais problemas e dilemas a serem enfrentados para o reconhecimento da luta por um mundo melhor.

No Capítulo 9, “Poema: Projeto Pescarte”, ao qual já nos referimos, temos o poeta popular Sr. Jorge Barcelos que canta-nos em verso a beleza, a alegria e a tristeza de ser pescador artesanal nos dias de hoje. Sua leitura de mundo traz à tona as lembranças de um passado recente que foi transformado, modificado, alterado de maneira irreversível e, com isto, temos a vida revirada daqueles que dependem do mar, dos rios, das lagoas agora mais propícias a receber esgotos do que ovas dos peixes em piracema.

Por fim, muitos são os caminhos tomados para a leitura e diagnóstico da situação da pesca nestes textos, mas todos levam à direção da melhor compreensão do que seja alcançar uma comunidade emancipada econômica, política e socialmente como sendo resultados de processos sociais complexos em que a atuação do PEA Pescarte, en-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

quanto medida de mitigação pode apenas aludir, quando muito, participar de maneira integrada de acontecimentos que vão se desenvolvendo de forma (in)dependente das orientações pedagógicas implementadas. Contudo, sabemos que o vento que toca o litoral, também toca a cidade e que os movimentos sociais que fizeram história tiveram seu início em contexto bem menos afortunados do que os que se apresentam nesta parte do Litoral Brasileiro. Esperamos que essa leitura possa inspirar a busca por dia melhores para todos.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Diego Carvalhar Belo
Eliana Monteiro Soares de Oliveira

INTRODUÇÃO

O cerne da Economia Solidária está presente nas primeiras organizações humanas, que se baseavam no comunitarismo primitivo. Os índios, notadamente, foram os primeiros povos a adotar uma organização social predecessora da Economia Solidária. Sua organização estava baseada no trabalho coletivo, na partilha dos bens e nos compromissos com as estruturas familiares e do parentesco. Deste modo, é possível afirmar que no Brasil os povos nativos foram os precursores destas práticas. Depois, vamos encontrá-las junto aos portugueses jesuítas que se instalaram no Brasil colonial para catequizar os índios. Quando aqui se instalaram, no século XVII, as primeiras reduções jesuítas, segundo Schmidt e Perius (2003), iniciaram um trabalho fundamentado na ação coletiva, com vistas ao bem-estar das populações imigrantes e indígenas.

Todavia, somente no século XX o cooperativismo funda seus alicerces no Brasil, quando um médico francês, Jean Maurice Faivre, seguidor das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou no interior do estado do Paraná uma colônia organizada com bases no trabalho cooperativo, denominada de Santa Tereza. Todavia, Schmidt e Perius (2003) explicam que em 1891 já havia surgido a primeira organização nos moldes de uma cooperativa de trabalhadores, a Cooperativa dos empregados da Companhia Telefônica, de Limeira, São Paulo. A formação das primeiras cooperativas de trabalhadores no Brasil coincide com o início dos movimentos de trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos, que se organizavam com base nas práticas associativas e cooperativas para assegurarem as condições de vida dos trabalhadores frente ao desemprego estrutural e à precarização das condições de trabalho impostas pela economia capitalista.

Segundo Gaiger (2013), a Economia Solidária é estratégia de organização de práticas econômicas das populações mais pobres dos países periféricos, fundamentadas no trabalho coletivo e ancoradas nos laços de solidariedade, que orientam a produção para as necessidades coletivas da população. No caso do Brasil, a Economia Solidária adquire potencial nos anos 1980, como resposta à crise econômica e aos altos índices de desemprego e em razão do fortalecimento da sociedade civil, no contexto da re-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

democratização do país. Assim, uma confluência de fatores explica o surgimento da Economia Solidária no Brasil, entre eles fatores de ordem estrutural (reestruturação do sistema capitalista), conjuntural (crise econômica e desemprego), cultural e atitudinal (lideranças engajadas nas práticas associativas e nas mobilizações sociais). Sob influência destes fatores, emerge uma série de experiências econômicas dotadas dos princípios da solidariedade, autogestão e cooperação: cooperativas, associações, movimentos de empresas recuperadas, grupos solidários, clubes de troca, bancos comunitários, sistemas de finanças solidárias e redes de Economia Solidária.

Deste modo, o presente capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória histórica do surgimento da Economia Solidária no Brasil, contextualizando os fatores que impulsionaram estas práticas, bem como realizar uma descrição das principais práticas de Economia Solidária desenvolvidas no país, destacando casos de sucesso no âmbito do cooperativismo, do associativismo, do crédito solidário, do consumo solidário e da constituição de redes que integram as atividades de Economia Solidária. Assim, este capítulo está dividido em duas partes: na primeira será apresentado um estudo acerca dos fatores condicionantes do surgimento da Economia Solidária no Brasil, abordando, ademais, a experiência da Economia Solidária no meio rural e o papel dos movimentos camponeses na difusão das práticas do cooperativismo agrícola de fisionomia solidária; na segunda parte, dar-se-á importância à descrição dos tipos de práticas solidárias existentes, ressaltando as experiências desenvolvidas por trabalhadores, que são casos de sucesso na Economia Solidária.

SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária funda um novo paradigma socioeconômico, político e cultural que está fundamentado na solidariedade, ou seja, em uma ação de reciprocidade, que institui compromissos mútuos (LECHAT, 2002). Este novo paradigma começa a ser pensado e estudado no Brasil a partir de alguns encontros: o primeiro encontro, que inaugurou o tema da Economia Solidária no meio acadêmico, teve lugar no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), realizado em setembro de 1995, especificamente, em uma mesa redonda cujo tema foi “Formas de combate e de resistência à pobreza”. Os trabalhos apresentados foram organizados pelo pesquisador Luiz Inácio Gaiger, em uma coletânea de artigos e publicados em 1996 (LECHAT, 2002).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Um segundo marco dos debates em torno da Economia Solidária foi o III Encontro da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), em 1996. Nesta ocasião, o termo Economia Solidária não era utilizado, embora tenha sido apresentado no prefácio do livro organizado por Paul Singer, que reúne as considerações dos participantes do evento. No prefácio do livro, Paul Singer traduz os princípios defendidos no encontro para a Economia Solidária:

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva (SINGER, 1998, p. 31 apud LECHAT, 2002, s.p.).

Antes do conceito de Economia Solidária ganhar corpo nas ciências sociais, a partir dos debates promovidos pela SBS e pela ANTEAG, os seus princípios norteadores já estavam subscritos nos debates em torno do conceito de autogestão. Neste sentido, pode-se considerar como precursor deste debate no Brasil, os trabalhos realizados pelo economista Marcos Arruda, coordenador do Instituto de Políticas Alternativas do Cone Sul (PACS). No marco dos debates da autogestão, o PACS, em parceria com outras entidades, organizou o primeiro seminário sobre autogestão, que teve lugar na cidade de Criciúma, estado de Santa Catarina, em 1993, portanto, antes dos encontros que introduziram o conceito da Economia Solidária nos debates acadêmicos. A partir deste primeiro seminário, foram organizados outros encontros onde eram debatidas as proposições de um cooperativismo autogestionário e solidário (LECHAT, 2002).

Dito isto, os debates inaugurais do conceito de Economia Solidária no Brasil são produto de uma confluência de diversos fatores, entre eles políticos e macroeconômicos, verificados no último quartel do século XX (GAIGER, 2013). O fator político preponderante para a criação dos movimentos de Economia Solidária é a redemocratização do país, na década de 80. Estudiosos da temática da participação política convergem quanto à afirmação de que a redemocratização é o marco histórico mais importante para a sociedade civil no Brasil (AVRIZTER, 2002; AZEVEDO, 2010), por acentuar o fortalecimento dos movimentos sociais. Neste período, a capacidade de mobilização, participação e conscientização política da sociedade civil é reativada como reação à repressão conduzida pelo regime autoritário e decanta na formação de novos movimentos sociais, como o caso do novo sindicalismo, termo utilizado para designar



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

um sindicalismo de expressão mais radical e combativo, desvinculado do Estado, em oposição ao sindicalismo de Estado (uma versão do sindicalismo que estava atrelado ao aparelho estatal) das décadas anteriores. Outras expressões de ressurgimento da sociedade civil no Brasil, pós-ditadura, foram a reconstrução dos movimentos sociais camponeses e, em particular, a criação de movimentos nacionais do campo, como o MST e a CONTAG.

Como consequência do fortalecimento da sociedade civil no pós-ditadura, emergiram movimentos pela Economia Solidária, que atuaram na criação e recuperação de práticas associativas e cooperativas, na luta pela recuperação de empresas capitalistas falidas, na assistência aos empreendimentos cooperativos, especialmente aqueles derivados da recuperação de empresas e na mediação com instituições de crédito e com o Estado para viabilização de políticas de fomento à Economia Solidária.

Aliado ao maior dinamismo da sociedade civil, os processos históricos que tiveram impactos na reconfiguração dos mercados em nível mundial favoreceram o reaparecimento das práticas de Economia Solidária. Neste contexto, a reestruturação produtiva que teve impactos profundos no modelo de acumulação capitalista criou um cenário de precarização das condições de trabalho, com redução dos salários, dos direitos trabalhistas e aumento do desemprego em escala mundial (GAIGER, 2013). No Brasil, a conjuntura internacional se aliou à crise fiscal do Estado e à estagnação da indústria que provocou uma onda de desemprego e insegurança econômica, criando no horizonte dos trabalhadores a alternativa da Economia Solidária.

Gaiger (2013) ainda afirma que, somados a estes fatores, os empreendimentos coletivos no Brasil ganharam espaço em razão da eleição de lideranças de esquerda que foram impelidas a atenderem as reivindicações de sua base social, estimulando, deste modo, experiências de Economia Solidária. Ainda no inventário de fatores promotores das práticas solidárias, inclui-se também a falência do modelo socialista soviético e o descrédito com alternativas revolucionárias que abriram caminho para novas experiências sociais de promoção de práticas coletivas. Entretanto, de acordo com Gaiger (2013), os fatores “macro” não teriam influência decisiva no surgimento de experiências solidárias sem as circunstâncias específicas dos locais onde os empreendimentos solidários prosperaram. O autor salienta que a presença de lideranças empenhadas com a construção de práticas solidárias é fator decisivo para o surgimento e sucesso dos empreendimentos de Economia Solidária:



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

[...] o surgimento de empreendimentos econômicos solidários é mais provável diante de algumas circunstâncias específicas. Entre elas, o fato de envolver setores populares dotados de referências culturais e de lideranças genuínas que valorizam a vida comunitária, o associativismo ou as mobilizações de classe, sobretudo quando tais referências se alimentam em vivências próprias de organização e luta, nas quais esses protagonistas forjaram identidades comuns, laços de confiança e competências para a defesa coletiva de interesses e aspirações (GAIGER, 2013, p. 213).

Deste modo, nota-se que estes fatores se combinam para formar um cenário político e ideológico favorável à Economia Solidária. A atuação das lideranças engajadas nas práticas comunitárias é favorecida pelo fortalecimento da sociedade civil no Brasil, pela emergência de governos de esquerda e pela reorientação política-ideológica dos partidos e movimentos de esquerda após a falência do modelo soviético. Mas estes movimentos “macros” não se verificam sem que as experiências solidárias tenham um lastro próprio (GAIGER, 2013); assim, as conjunturas do mercado de trabalho não são causas isoladas da gênese da Economia Solidária, mas é preciso considerar o contexto cultural em que os movimentos de Economia Solidária surgiram. Outrossim, Gaiger (2013) discorda da dimensão defensiva e de resistência que a Economia Solidária assume a partir dos enfoques que a consideram uma forma de resistência ao desemprego. Assim, a Economia Solidária deve ser pensada para além da dimensão defensiva, como uma ação propositiva, de fortalecimento da luta social pela implantação de alternativas ao modelo capitalista de produção (GAIGER, 2013).

• Os Movimentos de Economia Solidária no meio rural

A luta pela terra no Brasil não é um fato novo e esteve presente na história brasileira sob diversas formas, mas todas perpassadas pela denúncia da exploração dos trabalhadores rurais e da alta concentração de terras. Nos dias atuais, a luta dos movimentos sociais do campo assume contornos novos com a defesa do cooperativismo como modelo organizativo dos assentamentos rurais. Estes novos contornos extrapolam os objetivos que permeavam os movimentos sociais camponeses nas primeiras décadas do século XX: a luta pela reforma agrária e a conquista individual da terra. Com a reorientação ideológica dos movimentos sociais no campo, a partir do final da década de 80, a Economia Solidária passou a fazer parte do ideário dos movimentos rurais, por meio da defesa do cooperativismo.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Inicialmente, os movimentos rurais consideravam a posse da terra como a única via de emancipação social e apresentavam uma resistência ao modelo de produção cooperada, isto porque o cooperativismo foi tradicionalmente estratégia de organização produtiva das grandes empresas agrícolas, que exploravam a mão-de-obra no campo (CONCRAB, 1999). Entretanto, após a retomada dos movimentos rurais na década de 80, foram realizadas discussões acerca do desempenho dos primeiros assentamentos rurais organizados no país e se tornou consenso entre os movimentos rurais que a agricultura de subsistência não foi capaz de melhorar o padrão de vida dos agricultores. Assim, após o I Encontro Nacional de Assentados, em 1986, parte da resistência ao cooperativismo foi sendo quebrada e o modelo de cooperativas passa a ser defendido pela maioria dos movimentos sociais rurais (SINGER, 2002).

O MST, hoje o mais importante movimento social do campo no Brasil, inicialmente era contra o modelo de cooperativas para os assentamentos rurais, entretanto, após os debates nos encontros realizados pelos assentados, o movimento organizou, em 1989, um “manual de cooperação agrícola” e iniciou os experimentos de produção cooperada nos assentamentos rurais, a partir dos laboratórios organizacionais (cooperativas de produção autogestionárias), experiência desenvolvida por Clodomir de Moraes, baseando-se nas experiências das Ligas Camponesas (SINGER, 2002). As CPAs, como foram chamadas as Cooperativas de Produção Autogestionárias, eram inspiradas no modelo cubano, que atrelava a produção a um planejamento imposto pelas lideranças do MST. Este primeiro modelo gerou conflitos nos assentamentos, especialmente em função dos diferentes projetos e representações dos sujeitos envolvidos com a construção dos assentamentos como, por exemplo, as lideranças do MST, que buscavam integrar os assentados em um modelo coletivo de produção que confrontava com os projetos pessoais de cada trabalhador rural, que buscavam na posse do lote sua autonomia frente às relações de produção da grande propriedade rural (SINGER, 2002).

Embora os assentamentos organizados no modelo das CPAs tenham tido maior sucesso econômico, a resistência na maioria dos assentamentos rurais fez o MST recuar na imposição deste modelo, sendo adotado outros modelos de cooperativas, como as cooperativas de comercialização, que preserva a produção individual no lote, mas organiza os trabalhadores na comercialização conjunta dos produtos (SINGER, 2002). Assim, a Economia Solidária vem sendo aplicada nos assentamentos rurais sob diferentes formatos, desde modelos de produção compartilhada a cooperativas de comercialização e até, de modo informal, as trocas de produtos nos assentamentos, os mutirões realizados e a



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

cooperação informal na comercialização dos produtos.

Com esta experiência de cooperação no campo, parte do sucesso dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil se deve à atuação dos movimentos sociais camponeses. A prova disto está na pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (SIES), realizada entre 2003 e 2007, que revela que a Economia Solidária no Brasil possui em sua maior parte uma fisionomia rural, tendo em vista que 54,9% dos empreendimentos solidários dedicam-se a agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo (GAIGER, 2009). Assim, muitos assentamentos no Brasil se organizam a partir de uma cultura da cooperação, com traços evidentes da Economia Solidária. Deste modo, os movimentos sociais rurais, em total sintonia com os parâmetros da Economia Solidária, vêm lutando para estabelecer nos assentamentos rurais as práticas da Economia Solidária, de uma cultura da cooperação e da autogestão, ainda que haja divergências com respeito ao formato dos empreendimentos autogestionários. Neste sentido, fortalecer o ambiente colaborativo no campo é necessário para estimular a formação e o crescimento das associações e cooperativas, importantes para promover as dimensões da Economia Solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS TIPOLOGIAS

A Economia Solidária compreende um conjunto de atividades que realizam na prática os seus postulados: cooperação, autogestão e solidariedade. Sabe-se que no Brasil e no mundo há milhares de empreendimentos de Economia Solidária, com diferentes tamanhos e formas de organização. Portanto, a Economia Solidária não é um modelo utópico de sociedade, mas está sendo experimentada na prática e está crescendo rapidamente pelo país e pelo mundo. Nesta sessão, apresentaremos as tipologias que conformam a Economia Solidária, mostrando os exemplos reais de empreendimentos exitosos e as razões para o seu êxito. Entre as experiências de empreendimentos solidários existem as cooperativas, bem como cooperativas formadas pela recuperação de empresas capitalistas, associações, grupos solidários, clubes de troca, bancos comunitários, finança solidária e redes de Economia Solidária.

- **Cooperativas de Economia Solidária**

As cooperativas são movimentos dos trabalhadores que decidem voluntariamente se



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

organizar, sendo, portanto, uma associação de trabalhadores autônomos voltada para a produção, venda, prestação de serviço e concessão de crédito. Entretanto, as cooperativas não são necessariamente empreendimentos de Economia Solidária; muitas possuem as características de uma empresa capitalista e outras são empreendimentos de fachadas como demonstram Gaiger (2013) e Singer (2008). Para que tenham um caráter solidário, as cooperativas precisam adotar os princípios da cooperação (partilha dos objetivos comuns, socialização dos meios e recursos de produção), da equidade e da autogestão (gestão coletiva e democrática do empreendimento, onde cada membro da cooperativa possui direito a um voto) (SINGER, 2008; GAIGER, 2013).

Para distinguir as práticas solidárias das estratégias das empresas capitalistas, Gaiger (2013) estabelece uma tipologia das cooperativas: cooperativas empresariais, cooperativas de fachadas e cooperativas genuínas, isto é, cooperativas de Economia Solidária. A primeira situação se refere às cooperativas de poder centralizado, dotadas de um quadro de sócios cooperados, mas que não exercem o trabalho de produção, que é delegado a uma mão-de-obra assalariada. Em muitos casos, são cooperativas que trabalham em benefícios das empresas privadas, sendo mecanismos de aliança empresarial, como demonstra Gaiger (2013), utilizadas como instrumentos de fortalecimento do poder das elites empresariais. Estas cooperativas empresariais predominavam no meio rural brasileiro até a década de 80, quando os movimentos sociais impulsionaram no campo um novo modelo de cooperativismo.

A segunda situação se refere a empresas capitalistas que, valendo-se de uma legislação obsoleta, como aponta Singer (2008), se transformam em uma pseudocooperativa como estratégia para se esquivar dos encargos trabalhistas, mantendo, no entanto, como as cooperativas capitalistas, uma divisão entre capital e trabalho, mas reforçando práticas de exploração do trabalho como o subassalariamento (GAIGER, 2013; SINGER, 2008).

Portanto, no interior do cooperativismo há diferentes situações e precisamos distinguir aquelas que são estratégias do capital para maximização dos seus lucros e as que estão em concordância com os postulados da Economia Solidária. Destarte, nem toda cooperativa é um empreendimento solidário e para sabermos distinguir a cooperativa solidária de uma cooperativa capitalista é mister observar os princípios da Economia Solidária e como eles se aplicam ao cooperativismo.

De acordo com Schmidt e Perius (2003), o cooperativismo fundamentado na Economia Solidária tem como marco legal, no Brasil, a constituição de 1988, por meio do Artigo



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

5º, inciso XVIII, que garante a sua autonomia frente ao intervencionismo estatal. Na fase anterior, produto das ações do Estado Novo, o cooperativismo esteve atrelado ao aparelho estatal e somente com a retomada dos movimentos sociais, na década de 80, o cooperativismo solidário ganhou força. Seus princípios básicos foram definidos no Congresso Brasileiro das Cooperativas, em 1980 e, em 1984, no 1º Seminário Brasileiro das Cooperativas Agropecuárias. Foram esses eventos que estabeleceram um novo marco ao cooperativismo e à sua relação com o Estado, principiando o marco legal da Constituição de 1988 (SCHMIDT e PERIUS, 2003).

Schmidt e Perius (2003) afirmam ainda que os princípios norteadores do cooperativismo solidário foram estabelecidos em 1995, no Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Manchester, Inglaterra, e estão sistematizados da seguinte maneira:

- 1)** Adesão voluntária e livre dos membros da cooperativa. Como supracitado, a cooperativa é uma associação voluntária de seus membros e não pode obstruir a entrada de nenhuma pessoa que esteja apta ao trabalho desenvolvido pela cooperativa, aceitando a adesão de qualquer pessoa sem discriminação de sexo, cor, social, religiosa e política.
- 2)** Gestão democrática. As cooperativas são controladas pelos seus membros e devem fomentar a participação de todos nas decisões tomadas. As cooperativas, quando se tornam empreendimentos grandes, acabam formando uma hierarquia administrativa, cujos cargos devem ser preenchidos por indivíduos eleitos pelos sócios, mas com qualificação técnica. Os administradores eleitos ou indicados pelos sócios devem gerir a cooperativa em nome dos seus membros, entretanto, seu trabalho deve estar constantemente fiscalizado pela assembleia dos sócios, que irão formular as diretrizes da administração e de toda a cooperativa. Como afirma Schmidt e Perius (2003), a gestão democrática não se opõe a racionalidade e eficiência. Deste modo, as dimensões de “horizontalidade (origem do poder) e verticalidade (exercício do poder)” devem ser articuladas para melhor eficiência do trabalho.
- 3)** Além da gestão democrática, a cooperativa também deve promover a participação econômica de todos os membros. Isto significa que os membros devem contribuir equitativamente com o capital da cooperativa, sendo parte deste capital a propriedade comum da cooperativa, podendo haver casos em que os membros recebem uma remuneração condicionada pelo capital aplicado na cooperativa. Os excedentes produzidos pelas atividades produtivas da cooperativa podem ser destinados a vários objetivos, en-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

tre eles, formar um fundo de reserva para ser aplicado na modernização da cooperativa, assim como pode ser devolvido aos membros na proporção do trabalho de cada um.

4) As cooperativas são autônomas e independentes. Como organizações autônomas, elas não podem firmar acordos com outras instituições que comprometam a sua autonomia.

5) As cooperativas devem promover cursos de educação e formação dos seus membros e, principalmente, dos seus representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores que podem de alguma forma contribuir para a cooperativa. No início é normal que a maioria não saiba administrar uma empresa, por isso é necessário que a cooperativa promova estes cursos – será fundamental para ela, para seu crescimento. Aliás, a cooperativa deve também informar às pessoas – em especial os jovens, que no futuro poderão assumir a cooperativa – para que eles conheçam o funcionamento da cooperativa e as vantagens de se trabalhar de modo cooperado.

6) As cooperativas devem promover a intercooperação com outras cooperativas, com o intuito de fortalecer o movimento da Economia Solidária. A cooperativa não se funda em uma concepção individualista e competitiva, como uma empresa capitalista, mas busca prestar benefícios aos seus associados e à comunidade em geral. Deste modo, as cooperativas devem harmonizar a dimensão social com a dimensão econômica, integrando-se com outras cooperativas, na formação de uma rede de Economia Solidária, mas sem perder de vistas seus aspectos econômicos, que são necessários para assegurar sua viabilidade econômica. Para tanto, a cooperativa deve promover uma gestão empresarial eficiente, que saiba adaptar as condições de mercado e buscar opções de crescimento, mas visando sempre ao bem-estar da comunidade e não ao lucro imediato.

7) Por fim, as cooperativas devem trabalhar pela comunidade, desenvolvendo políticas aprovadas pelos seus membros.

Schmidt e Perius (2003) ainda afirmam que esses princípios pretendem melhorar a vida dos trabalhadores, facilitar o acesso de todos aos meios de produção, integrar as mulheres nas questões sociais, estabelecer um preço justo, eliminar o lucro capitalista e superar os conflitos e a competição. Para tanto, o cooperativismo solidário deve buscar promover o direito à igualdade, à liberdade, decorrente da livre associação dos membros da cooperativa e o direito à proporcionalidade, como orientador da divisão das sobras. O cooperativismo solidário deve se orientar para a prestação de serviço aos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

seus associados, primando pelo trabalho acima do capital e “da realização pessoal e coletiva sobre o individualismo e o lucro obtido a qualquer preço” (SCHMIDT; PERIUS, 2003, p. 70).

A experiência de sucesso da Cooperostras de Cananéia/SP

Como dissemos, são inúmeras as experiências exitosas de cooperativas no Brasil. Atualmente, um dos empreendimentos cooperativos de grande sucesso é a Cooperostra, de Cananéia, no estado de São Paulo. Ela nasceu da busca por fontes alternativas de renda, devido à escassez das fontes costumeiras. A Cooperostra está localizada em uma pequena comunidade remanescente de quilombolas chamada Mandira e é formada por produtores de ostras, que decidiram se associar em cooperativa para se dedicarem à aquicultura.

Como em todo trabalho coletivo, é preciso haver regras para organizar a atividade. Na Cooperostra de Cananéia foram estabelecidos acordos que funcionam como leis internas. Entre os acordos estabelecidos está o critério de divisão dos resultados da produção e o de estabelecimento dos preços. Deste modo, foi acordado entre os sócios da cooperativa que a remuneração de cada produtor é subscrita ao nível de sua produção, sendo o preço fixado independentemente da produção individual. Assim, todos os produtores vendem o produto pelo mesmo preço. A criação de leis foi essencial para ajudar na organização e colaborar no aumento da produção de cada coletor individual. Contudo, é igualmente importante levar em consideração a preservação do ambiente. Deste modo, as leis elaboradas, além de gerirem cada setor da cooperativa, também servem para direcionar ações de preservação ambiental. Deste modo, em consonância com os princípios da Economia Solidária supramencionados, a Cooperostra desenvolve trabalhos voltados para a comunidade de Mandira como, por exemplo, os trabalhos de educação ambiental e incentivos à produção artesanal, que tem como matéria-prima as conchas e sementes. A cooperativa, em concordância com o quinto princípio do cooperativismo solidário, também possui ações voltadas aos jovens da comunidade, tentando despertar o interesse dos mesmos para a permanência na comunidade.

- **Cooperativas formadas a partir de empresas recuperadas**

O campo da Economia Solidária é vasto e dentre as inúmeras experiências neste cam-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

po podemos citar a das empresas recuperadas de autogestão, consideradas como os primeiros indícios da Economia Solidária no Brasil. As empresas recuperadas se formam a partir da falência de firmas industriais que são recuperadas pelos trabalhadores, após um intenso movimento de lutas e pressão dos sindicatos, que culmina, na justiça, com a transferência do patrimônio da empresa para os seus antigos trabalhadores. Com a transferência do patrimônio, todos os trabalhadores se tornam sócios da empresa, embora mantenham as suas antigas funções de trabalho, encerrando, assim, a clássica divisão entre capital e trabalho. Ou seja, os trabalhadores, produtores da riqueza gerada pela empresa, se tornam os donos dos meios de produção. Deste modo, a empresa recuperada passa a funcionar como uma cooperativa, dentro dos princípios da Economia Solidária, tratados no subcapítulo anterior. Com isso, a empresa recuperada se torna um empreendimento autogestionário, controlado pelo coletivo de trabalhadores, embora possua funções executivas centralizadas em uma gerência, que deve, no entanto, prestar contas à assembleia dos sócios da empresa.

Assim, na empresa recuperada, a horizontalidade dos espaços coletivos de decisão não exclui a verticalidade da estrutura administrativa, mas estas são dimensões que coexistem para gerar maior racionalidade à empresa e uma cultura de solidariedade entre os trabalhadores. Esta se expressa no desenvolvimento de capacidades, na melhoria da qualidade de vida, em uma relação de harmonia com o meio ambiente, no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e em um desenvolvimento de bases sustentáveis não apenas em critérios de rentabilidade, mas no ideal do desenvolvimento humano, territorial, local e nacional.

As empresas recuperadas estão na origem dos movimentos urbanos pela Economia Solidária no Brasil. Seus primeiros indícios datam do início dos anos 80, quando as empresas Cooperminas, uma indústria carbonífera de Criciúma, estado de Santa Catarina, e a empresa Walling de Fogões, em São Paulo, entraram em falência e foram recuperadas pelos seus trabalhadores. No entanto, um dos casos mais emblemáticos de recuperação de empresas falidas foi a da indústria de sapatos Markely, de Franca (SP), recuperada pelos trabalhadores na década de 90. A experiência da Markely demonstrou a necessidade da articulação dos movimentos sociais, sindicatos e entidades de apoio aos sindicatos, como o DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos Estatístico Sociais e Econômicos), para viabilizar a recuperação da empresa.

Como afirma Singer (2002), um dos desafios da recuperação de uma empresa pelos tra-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

balhadores é a obtenção do crédito para que a massa falida da empresa seja transferida para os trabalhadores e, assim, eles possam iniciar o trabalho de produção. Um crédito muito grande e de longo prazo só pode ser obtido em bancos oficiais e isto requer das instituições de crédito vontade política e confiança no empreendimento, senão, é necessária uma intensa mobilização dos trabalhadores e dos sindicatos para a viabilização do crédito. Foi o que ocorreu com a Markely. O banco Banespa, na época pertencente ao estado de São Paulo, se recusou a liberar o crédito, o que gerou intensa pressão, que culminou com a ocupação do prédio do banco. Somente após este movimento o banco liberou o crédito, mas com uma condição: a Markely deveria transferir ao banco 49% das suas ações, decisão que impediu a empresa de se transformar em uma cooperativa.

Embora a Markely tenha fechado anos mais tarde, em razão do encerramento da linha de crédito com o Banespa, por intervenção do governo federal na política de reestruturação do sistema bancário, a experiência da Markely legou uma metodologia de transferência de empresas capitalistas aos seus empregados, baseada na iniciativa americana de incentivar, via legislação, a participação dos empregados no capital acionário das empresas. Na época da reestruturação da Markely por seus trabalhadores, a empresa recebeu uma assessoria do DIEESE, que contava, naquele momento, com funcionários de uma antiga secretaria de formação sindical dos sindicatos dos químicos de São Paulo, que atuou na conscientização dos trabalhadores e na organização para a construção do projeto coletivo de recuperação da empresa falida. Após a experiência da Markely, foi realizado um encontro de representantes de empresas recuperadas, onde foi decidida a criação da Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), que surge como um movimento de colaboração com a luta dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, para oferecer assessoria às empresas recuperadas (SINGER, 2002).

Singer (2002) pontua que o processo de recuperação e transformação da empresa capitalista em uma cooperativa autogestionária possui etapas que são desafios, que os trabalhadores deverão superar. O primeiro desafio consiste na adesão dos trabalhadores à proposta de assumir em conjunto uma empresa e, deste modo, trocarem seus créditos trabalhistas por cotas de capital da nova empresa. Para isso, todavia, antes é necessário estabelecer a confiança dos trabalhadores no novo empreendimento. A adesão dos trabalhadores ao projeto de recuperação da empresa depende de alguns fatores, pontuados por Singer (2002): 1) O grau de confiança, coesão e apoio mútuo dos trabalhadores. Para tanto, é necessário o trabalho dos sindicatos na construção da confiança



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

entre os trabalhadores, que somente é estabelecida pela formação de uma identidade de interesses comuns; 2) É necessário apoio externo das entidades comprometidas com a luta dos trabalhadores. Neste sentido, a formação da Anteag foi fundamental para estabelecer este apoio externo, junto com os sindicatos; 3) A probabilidade de conseguir um novo emprego com remuneração e condições trabalhistas satisfatórias decidirá ou não pela adesão ao projeto de recuperação da empresa. Em épocas de crise, quando o desemprego é maior, a probabilidade de conseguir um novo emprego se reduz, impelindo os trabalhadores a procurarem novas alternativas de trabalho – é quando surge no horizonte da classe trabalhadora a proposta da Economia Solidária.

A segunda etapa, pontuada por Singer (2002), consiste na obtenção do crédito para viabilizar a transferência do patrimônio da empresa para os trabalhadores. Neste sentido, a experiência da Markely elucida os desafios que os trabalhadores enfrentarão nesta etapa de consolidação do empreendimento. Por fim, a terceira etapa é denominada por Singer (2002) o “período heróico” e corresponde ao início dos trabalhos da empresa recém-adquirida pelos trabalhadores. Nesta etapa, muitos trabalhadores desistem do empreendimento, em razão dos sacrifícios realizados para que a empresa funcione e recupere a sua clientela. Na maioria dos casos, toda a renda gerada nos primeiros meses é destinada ao capital de giro da empresa, conseqüentemente as sobras são poucas e os trabalhadores são obrigados a viver com uma renda insuficiente e, em muitos casos, apenas com cestas básicas. Somente após alguns meses de trabalho a empresa consegue recuperar sua antiga clientela e os rendimentos aumentam, gerando renda suficiente para todos os trabalhadores. Singer (2002) considera que, passado este período, o sucesso do empreendimento é quase garantido, o que denota o sucesso da maioria das experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores, superando os casos de fracassos. Entretanto, o autor ressalta que o sucesso do empreendimento depende do empenho e da coesão interna dos trabalhadores.

- **Associativismo na Economia Solidária**

A associação é, de modo geral, um processo pelo qual um grupo de pessoas decide se reunir regularmente para tratar de um assunto comum a todos. Assim, a associação tem como finalidade promover a cooperação entre as pessoas. Na associação, os problemas comuns a todos são resolvidos em conjunto com todos os membros, mas para isso é preciso que o trabalho associado se baseie na confiança entre as pessoas e no respeito



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

entre os membros. A associação tem como objetivo representar os seus associados, por exemplo: uma associação de moradores representa os moradores de um bairro – busca recursos para o bairro, atende às necessidades de um morador, etc. A associação de pescadores representa os interesses dos pescadores: promove cursos de capacitação profissional, busca defender direitos da categoria, leva até o governo as demandas da classe dos pescadores etc.

Albuquerque (2003, p. 15) define o associativismo como sendo um “processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta de demandas comuns”. A associação funda-se nos mecanismos da confiança, reciprocidade, pluralidade e respeito mútuo, mas vai além de um contrato que estabelece obrigações, visando a objetivos comuns. A associação deve considerar a autonomia do outro, promovendo a todos a condição de participantes ativos nas decisões da associação.

Albuquerque (2003) ainda revela que há duas formas de associativismo e, portanto, nem todas as formas podem ser consideradas ações concernentes à Economia Solidária. A primeira forma de associativismo é produto da ação racional na busca do interesse próprio e está circunscrita em uma perspectiva contratualista hobbesiana e do individualismo metodológico. Neste sentido, o associativismo é instrumentalizado para atender aos interesses individuais, pautando-se por uma lógica de trocas de mercado. Por outro lado, a segunda forma integra a lógica da Economia Solidária, porque é produto da reciprocidade, da pluralidade e da colaboração mútua. Ademais, expressa um espaço de socialização que não está mediado por fatores econômicos. Esta segunda forma, de acordo com o autor, possui três dimensões: a primeira é uma recusa à lógica do individualismo metodológico (ação racional para busca do interesse pessoal); a segunda é uma oposição ao modelo de sociabilidade hegemônica e pensa o associativismo como espaço plural e não de instrumentalização dos interesses pessoais e egoístas; e a terceira envolve a interdependência entre os participantes da associação.

A associação, em sua constituição, difere da cooperativa, porque não promove atividades de produção, consumo e créditos como a cooperativa, portanto, a associação não trabalha com fins econômicos, embora possa vender ou prestar algum serviço com a finalidade de obter dinheiro para cumprir algum dos seus objetivos. Esse dinheiro deverá ser investido na própria associação, não podendo ser distribuído para os seus sócios. Na cooperativa, os produtos vendidos geram renda para os cooperados, na associação



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

os produtos e serviços vendidos se destinam a um fundo para cumprimento de ações dela. Neste sentido, o patrimônio da associação é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas, enquanto que a cooperativa forma seu patrimônio por meio das quota-parte pagas pelos cooperados, por doações e processos de capitalização. As sobras geradas pelas operações comerciais de ambas as organizações têm destinos diferentes: enquanto na associação elas devem ser destinadas a um fundo, nas cooperativas, parte delas pode ser dividida entre os membros, embora 10% devam ser destinados a fundos de reserva e 5% a fundos educacionais (ALBURQUERQUE, 2003).

A associação, assim como a cooperativa, é um lugar de participação democrática, onde todos os associados possuem o direito de opinar sobre as decisões tomadas. O espaço coletivo de decisão é a Assembleia Geral, onde todos os membros se reúnem para tomar decisões e para eleger ou destituir a diretoria da instituição. A diretoria possui a função de administrar a associação com mandato pré-estabelecido no estatuto da associação, que é o documento que regula as atividades de toda a instituição.

A experiência de sucesso da ASPEMI (Associação de Pescadores da Vila São Miguel)

Uma associação pode se tornar uma cooperativa, como ocorreu com a ASPEMI-Associação de Pescadores de Vila São Miguel, na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. A ASPEMI atua hoje sob os princípios da Economia Solidária e funciona como cooperativa de beneficiamento de pescado e como uma associação que defende os interesses dos pescadores da comunidade de Vila São Miguel. A associação permitiu a criação de espaços de discussão e diálogo entre os pescadores daquela comunidade, como o Fórum da Lagoa dos Patos, que representa um exemplo de conquistas que uma associação pode proporcionar a seus membros. Hoje, a cooperativa da ASPEMI possui um entreposto onde é armazenado e beneficiado o pescado, que também pode ser vendido diretamente para o consumidor. Além do entreposto, a Aspemi realiza feiras, disponibiliza caminhões para entrega, e está inserindo o pescado em políticas públicas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

A existência tanto da associação quanto da cooperativa garante à Aspemi não somente a melhoria na produção e comercialização do pescado, como também melhorias sociais para a comunidade de pescadores. Como associação, a Aspemi promove parcerias com o governo para a construção de casas e escolas, além de promover ações para incentivar os jovens a continuarem na pesca. No âmbito da cooperativa, a Aspemi promove



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

projetos ambientais, como a construção de uma estação de tratamento ecológico do resíduo gerado na cooperativa, que gera água de reuso utilizada em algumas atividades como a lavagem de calçada, do piso externo e de caminhão.

- **Grupos solidários**

Os grupos solidários são grupos informais que se organizam para atender a demandas de produção de trabalhadores de uma determinada comunidade ou região. Tais grupos são redes informais, que podem organizar, a longo prazo, cooperativas. De modo geral, esses grupos são efêmeros e se desarticulam quando a demanda por um determinado produto se torna menor. Neste sentido, eles são mobilizados em determinadas ocasiões para atender a uma demanda da comunidade ou do bairro. Entretanto, as demandas podem se tornar permanentes quando esses grupos se integram a uma rede de Economia Solidária, podendo a posteriori formar uma cooperativa (BRASIL, 2015).

Para melhor esclarecer o que pode ser um grupo solidário, tomamos o exemplo de costureiras de um mesmo bairro. Suponhamos que elas decidam se reunir e concordem que irão produzir agora em conjunto, como em uma cooperativa, mas sem a estrutura e a formalização da cooperativa. Todas as costureiras juntam os seus investimentos, seu dinheiro guardado e começam um empreendimento. Compram novos equipamentos, alugam ou adquirem um estabelecimento e dão início à produção coletiva. Mas este grupo de costureiras pode se formar também apenas por um período curto de tempo, quando um evento no bairro, por exemplo uma festa, exige uma grande produção de roupas. Neste caso, as costureiras podem se reunir e produzir em conjunto apenas para atender àquela grande demanda daquele momento.

Em vários casos, aquelas empresas recuperadas, citadas anteriormente, podem começar como um grupo solidário. Em vários casos, os trabalhadores das empresas recuperadas se organizam em um grupo solidário para pagar os credores da empresa, conseguir crédito e sanar as contas. Assim, um grupo solidário pode surgir da necessidade dos trabalhadores de recuperar a empresa falida e poder evoluir para uma empresa autogestionada. Destarte, os grupos solidários são um início de um trabalho coletivo, na medida em que agregam os trabalhadores e promovem um trabalho conjunto.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

• Clubes de troca

Os clubes de troca são, na visão de Paul Singer (2008), estratégias de consumo geradas como alternativa a episódios de crise econômica ou fechamento de fábricas. Os clubes de troca recuperam a capacidade ociosa de venda e compra de produtos em épocas de crise, quando a população não consegue realizar o consumo na medida de suas necessidades. Assim, os clubes de troca são espaços de troca de produtos e serviços, com o objetivo de potencializar o consumo de famílias precarizadas pelas crises econômicas (SINGER, 2008). A primeira experiência de clube de troca surgiu em Vancouver, no Canadá, através de uma estratégia de organização de trocas de produtos, condicionada pelo fechamento de fábricas. Entretanto, foi na Argentina que a modalidade se popularizou, como resposta da população às crises econômicas vividas pelo país desde o início da década de 90.

Nos clubes de troca, as estratégias de comercialização se baseiam na adoção de uma moeda própria, para suprir um crédito inicial, que iniciará o movimento de trocas. Assim, cada participante do clube recebe uma mesma quantia em moeda própria para comprar as primeiras mercadorias (SINGER, 2008). No Brasil já há diversas experiências de clubes de troca com moedas próprias. No Ceará há uma comunidade chamada Palmeiras que criou um clube de troca e um banco comunitário, que emite uma moeda própria, o “Palmas”, e se tornou a experiência mais importante do Brasil na prática de finança solidária. Há também clubes de troca no Rio de Janeiro, onde foi emitida pelo banco comunitário Ecobanco a moeda “Tupi”, criação do Fórum de Cooperativas Populares. No Rio Grande do Sul há também diversas experiências como a do Clube Pampa Vivo, da Rede Social de Trocas Solidárias do Rio Grande do Sul, no município de Santa Maria, da moeda social “Sol Moeda”, criada pelo Acampamento Intercontinental da Juventude, que reuniu 20 mil jovens de todo o mundo em Porto Alegre e da moeda social “Txai”, criada pelo Fórum Social Mundial, entre outras experiências. O Rio Grande do Sul, junto com o Ceará, é são os estados com maior número de experiências solidárias deste tipo. São Paulo também possui experiências exitosas de clubes de troca em bairros da cidade, como, por exemplo, o Centro Cultural Jacutinga, no bairro de Moema, onde é realizado quinzenalmente um clube de troca chamado 13 luas, que emite a moeda “Lua”; na comunidade do Jardim Ângela, na zona sul da cidade, onde é realizado um clube de troca, que emite a moeda “Futuro”. Em suma, foram catalogadas por Miranda (2008) 24 moedas sociais de clubes de troca em todo o Brasil, havendo ex-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

periências também no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Ceará, Paraná, Bahia e Piauí.

Os clubes de troca são também estratégias de enfrentamento da desagregação social provocada pelos processos de exclusão, ao promover espaços de socialização e reintegração social de marginalizados, desempregados e populações urbanas periféricas. Nesse sentido, os clubes de troca trabalham para reestabelecer os vínculos sociais perdidos com a precarização das condições de vida e com a discriminação da sociedade. É fundamental que estes espaços se tornem locais de estabelecimento de nova sociabilidade, que tem por fim ressignificar os mercados, que deixam de ser espaços únicos de trocas comerciais, de relações pueris, instantâneas, para se tornar um espaço de encontro de saberes, trocas de experiências, de partilha, construção de laços sociais. Amplia-se, assim, a concepção de mercado, não mais como mero intercâmbio de mercadorias, mas de saberes e de relações sociais.

- **Bancos comunitários**

Os Bancos comunitários são cooperativas de crédito – formadas, em vários casos, pela reunião das poupanças das famílias, com o intuito de favorecer o crédito aos seus associados. Existe hoje, no Brasil, uma rede de cooperativas de crédito solidário, a AN-COSOL (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária) – constituídas a partir da união de cooperativas de produção e comercialização. Os princípios que devem reger um banco comunitário é o da autogestão. Os bancos comunitários são formados por membros de uma comunidade que têm como intuito subsidiar o consumo da população local, emitindo uma moeda local e também crédito na forma da moeda nacional. Assim, o banco emite uma moeda própria, aceita no comércio local, para financiar o consumo da população e transferir renda suficiente para o mercado local, mas realiza também a emissão de crédito na moeda nacional para subsidiar principalmente os comerciantes que precisarão comprar insumos fora.

Os bancos comunitários, por meio da poupança solidária, garantem o crédito em moeda nacional e a conversão da moeda local. Em alguns casos, os bancos solidários cobram uma taxa de juros reduzida para financiar a suas operações. Uma das proposições dos bancos comunitários é estabelecer vínculos de confiança com cada cliente. Isto evita inadimplência para os bancos, já que ninguém deixa de pagar se possuir condições financeiras para tanto. Quando alguém deixa de pagar é porque não pode realmente pagar e, assim, ao invés do banco processar o cliente ou penhorar seus bens,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ele concede mais crédito para essas pessoas se reabilitarem (SINGER, 2008). Este princípio está inscrito originalmente na ideia do Grameen Bank-Banco da Aldeia, também conhecido como Banco de Yunus, a primeira grande experiência de sistema de crédito solidário, constituído em Bangladesh.

Percebe-se, deste modo, que os bancos comunitários apostam no espírito comunitário. Por isso, o Banco de Yunus tem apresentado taxas zero de inadimplência, como ressalta Singer (2008). Isto é um aspecto fundamental para a Economia Solidária, porque ela se realiza dentro de um espírito comunitário, onde existem as condições de formação de um capital social – confiança, reciprocidade, normas aceitas por todos. Deste modo, os bancos comunitários garantem o reforço da organização comunitária ao subsidiar ações e empreendimentos da comunidade, constituindo-se em um objeto de ação emancipatória do indivíduo frente ao assistencialismo de determinadas políticas públicas.

A experiência do Banco de Palmas

O Banco de Palmas é uma importante experiência de sistema de finança coletiva, que nasce da organização de moradores da periferia de Fortaleza. Esta população habitava um conjunto que foi despejado pela especulação imobiliária e assentados na periferia, sem nenhuma infraestrutura urbana. Em face à precariedade completa do local, as pessoas se organizaram em mutirões para construção das casas. Desta organização, assemelhada a um grupo solidário, nasceu o movimento político da associação de moradores do local. A organização popular conquistou para o bairro a infraestrutura necessária, mas as condições sociais ainda eram precárias: desemprego, pobreza e analfabetismo marcavam a realidade do bairro. Foi então que no interior dos debates promovidos pela Associação surgiu a ideia da construção do banco comunitário (BRASIL, 2010).

O Banco Palmas contou, em seu início, com um fundo rotativo de 2000 reais e postulava a ideia de criar um círculo virtuoso de produção-consumo-trabalho e renda. Deste modo, o Banco Palmas foi criado para financiar ações voltadas à produção e ao consumo das populações pobres do bairro Palmas (BRASIL, 2010). O criador do banco, João Joaquim de Melo Neto, em entrevista ao programa “3 a 1” da TV Brasil, explicou os princípios que norteiam a ação do Banco Palmas: o primeiro princípio é o da gestão comunitária do banco, exercida por um conselho local; segundo, o banco postula que a produção está ligada ao consumo local, portanto, o banco disponibiliza crédito em moeda nacional para financiar a produção e o comércio local e em moeda local, o Palmas,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para estimular o consumo na localidade, transferindo renda à economia local.

Entre os serviços disponibilizados pelo Banco Palmas, está um cartão de crédito, com crédito inicial de 20 reais para serem gastos apenas no comércio local. O cliente possui um mês para pagar a dívida do cartão, sendo que a pontualidade do cliente é premiada com um crédito adicional de até 100 reais. Também é disponibilizado micro-crédito, dirigido às vendas de comércio ou para a produção de confecções, artesanatos ou outros bens, crédito-moradia, direcionado a pequenas reformas de casas e realização de feiras, aos sábados, para comercialização da produção artesanal do bairro (BRASIL, 2010).

- **Redes de Economia Solidária**

As redes de colaboração solidária são organizações que integram em um mesmo grupo consumidores, produtores e prestadores de serviços, conectando diferentes atividades de Economia Solidária em um movimento de solidariedade orgânica. Deste modo, as redes de Economia Solidária são elementos de integração social com características culturais, políticas e econômicas diferentes da economia de mercado. Mance (2003) define as redes de Economia Solidária como sendo

uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo (MANCE, 2003, p. 220).

As redes de Economia Solidária visam remontar as cadeias produtivas capitalistas, e idealmente reconfigurar o mercado, superando o sistema de produção capitalista. Assim, todas as etapas produtivas (produção, comércio, crédito e consumo) ocorreriam no interior desta rede, promovendo um contrapeso ao sistema capitalista (MANCE, 2003). Deste modo, as redes de Economia Solidária objetivariam integrar todas as experiências de Economia Solidária exitosas, assegurando o mercado para os produtos da economia solidária e garantindo, com isso, o trabalho e o reinvestimento, uma vez que na Economia Solidária não há a lógica do lucro, mas a promoção do excedente. Nas redes solidárias, o excedente se torna investimento da própria rede, garantindo, como assegura Higa (2005), a sobrevivência dos trabalhadores, o equilíbrio financeiro dos empreendimentos, o investimento em saberes técnicos, a competitividade técnica e o



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

fortalecimento das empresas solidárias diante de um mercado capitalista competitivo.

Integrando todas as empresas solidárias em um circuito produtivo, as redes de Economia Solidária asseguram às empresas solidárias o controle de processos produtivos e decisões técnicas que estão nas mãos das empresas capitalistas. Não seria possível, como aponta Gonçalves-Dias (2009), um empreendimento solidário controlar saberes técnicos, recursos materiais e tecnológicos, processos de produção e concepção estando integrado às cadeias produtivas capitalistas, pois no mercado esses recursos estão nas mãos das empresas capitalistas, que colocam os empreendimentos solidários em uma posição periférica, de simples executores de produtos e serviços que são reprocessados pelas empresas capitalistas, detentoras de saberes técnicos mais avançados (GONÇALVES-DIAS, 2009). Com a instituição das redes de Economia Solidária, as cooperativas evoluem de uma condição periférica no sistema capitalista para uma posição de centralidade no mercado. Com isso, a divisão de trabalho ao qual elas estavam submetidas – concepção x execução – é superada e a rede pode interferir decisivamente nas decisões sobre o desenvolvimento da sociedade, criar produtos novos, transformar formas de relação de trabalho, construir um consumo eticamente e ambientalmente responsável.

O consumo responsável é outra faceta importante das redes de Economia Solidária. Como defende Mance (2003), o viés econômico das redes solidárias contempla a difusão do consumo solidário. Este se apresenta como uma nova modalidade de consumo que visa a selecionar os produtos necessários ao nosso bem-viver, preservando o equilíbrio ecológico e a dignidade humana. Para tanto, o consumidor solidário dá preferência a produtos que não sejam fruto de processos de produção que explorem a mão-de-obra ou que agridam o meio-ambiente. Com esta postura, o consumidor influi no mercado, coibindo práticas produtivas socialmente injustas e ambientalmente degradantes. Desse modo, a dimensão política e ética se sobrepõe à dimensão econômica no consumo solidário (MANCCE, 2003).

Rede Justa Trama

Existe no Brasil uma rede solidária de sucesso, denominada Justa Trama, que integra produtores de diferentes estados do país. A Justa Trama é a marca da Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico, que integra 761 trabalhadores de diferentes empreendimentos solidários, espalhados pelo país. Nesta rede estão integrados agricultores fami-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

liares do Ceará, coletores de sementes de Rondônia, fiadores e tecedores de São Paulo e costureiras do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. A Justa Trama envolve todo o elo da indústria têxtil, desde a produção agrícola ao produto acabado (BRASIL, 2010).

A Rede Justa Trama foi formada em 2005 com a produção de 60 mil bolsas de algodão para o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. A produção dessas bolsas não contemplava ainda toda a cadeia solidária, apenas a parte referente à manufatura. Assim, o fio foi manufaturado por cooperativas de São Paulo e posteriormente transformado em tecido por outras cooperativas do interior paulista, enquanto que as bolsas foram confeccionadas por uma rede de cooperativas de costureiras do sul do país, que compreende 35 empreendimentos de Economia Solidária. A parte de produção dos insumos (o algodão e acessórios, assim como as sementes) ainda eram comprados de produtores externos à rede. Entretanto, com a parceria da Senaes, fundação Banco do Brasil e de várias cooperativas, foi possível estruturar a cadeia produtiva como um todo, unindo estes empreendimentos com cooperativas de produção de algodão agroecológico no Ceará e cooperativa de produção de sementes em Rondônia (BRASIL, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sinteticamente, este capítulo abordou o surgimento da Economia Solidária no Brasil e realizou uma descrição dos tipos de atividades de Economia Solidária praticadas por trabalhadores em todo o mundo. A literatura especializada sobre o tema, apresentada neste capítulo, postula que a Economia Solidária, além de ser um movimento de resistência ao desemprego e à exploração do mercado capitalista, é uma ação propositiva de enfrentamento da pobreza e da desigualdade que age na busca de um novo modelo de organização social.

A Economia Solidária depende da sociedade civil e do protagonismo social de suas organizações, movimentos e lideranças com referenciais culturais coadunantes com os ideais de solidariedade. Os fatores macroestruturais, que redefinem o mundo do trabalho e precarizam as condições de trabalho, mobilizaram trabalhadores no mundo todo, incluindo o Brasil, um país marcado historicamente pela exploração da mão-de-obra e pelo desemprego estrutural. Contudo, sem os referenciais culturais importantes e o protagonismo de atores sociais a Economia Solidária teria sido apenas um movimento



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de adaptação dos trabalhadores a conjunturas desfavoráveis ao emprego assalariado. Entretanto, a Economia Solidária se consolidou, mesmo em épocas de crescimento econômico, como modelo econômico, social e cultural novo, que busca relações sociais calcadas em valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Outra questão trabalhada neste capítulo refere-se aos tipos de práticas de Economia Solidária existentes no Brasil e no mundo. Deste modo, foi mostrado aqui que a Economia Solidária pode se apresentar na forma de: associações; cooperativas; empresas recuperadas de autogestão que se tornam uma cooperativa de antigos empregados; grupos solidários que se organizam de modo informal para aproveitar as oportunidades do trabalho coletivo; clubes de troca, onde pessoas trocam produtos e serviços sem a mediação do dinheiro nacional e onde é comumente emitida uma moeda local como crédito inicial das transações comerciais realizadas nestes espaços; banco comunitário, uma versão solidária do sistema de finanças, que emite crédito à população local para consumo e para investimentos na produção, podendo ser emitida a moeda nacional para financiar a pequena produção local e moeda local, para financiar o consumo solidário no comércio local.

E por fim, o texto versou sobre a importância das redes de empresas solidárias, para integrar os empreendimentos solidários, fortalecer a classe trabalhadora diante da competição do mercado capitalista, criar mercado para os produtos da Economia Solidária, dotar as empresas solidárias de capacidade técnica e poder de decisão, capazes de influenciar o desenvolvimento da sociedade e constituir um comércio solidário, que promova um consumo sustentável, conectado com as práticas agroecológicas e com atividades socialmente justas.

REFERÊNCIAS

ALBURQUEQUE, Paulo Peixoto. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003, p. 15-20.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do Orçamento Participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Ed.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002. p. 561–598.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. Movimentos sociais, sociedade civil transformação social no Brasil. **Revista Saber Acadêmico**, nº 9, Jun. 2010.

BRASIL. Portal Brasil. **Microcrédito estimula atuação de grupos solidários**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/microcredito-estimula-atuacao-de-grupos-solidarios>. Acesso em 09 de dezembro de 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caderno de qualificação profissional em autogestão, economia solidária e tecnologias livres**, abril de 2010.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). **Caderno de Cooperação Agrícola** nº 8. São Paulo: CONCRAB, 1999.

GAIGER, L.I.G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **RBCS** Vol. 28 nº 82 junho/2013

_____. Associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, set/dez 2009, p. 563-580.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F. Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem. 298 f. Tese (doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HIGA, W. As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. I Simpósio Estadual Luas Sociais na América Latina. IN: Anais... Londrina/PR: Gepal – Ciências Humanas UEL, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/willianhiga.pdf>. Acesso em 08 de março de 2016.

LECHAT, N. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Economia Solidária (Volume 1). Rio de Janeiro: UFF, Incubadoras de Economia Solidária, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso em 01 de março de 2016.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003. p. 219-226.

MIRANDA, G. Q. Painel de moedas sociais. Unieducar, 2008. Disponível em: <http://www.unieducar.org.br/artigos/PAINEL%20%20DE%20MOEDAS%20SOCIAIS.pdf>.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Acesso em 08 de março de 2016.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Associativismo. In: CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 219-226.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária entrevista com Paul Singer. Estudos Avançados, v. 22, n. 62, 2008, 289-314.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Carmem Imaculada de Brito
Michelle Nascimento Weissmann da Silva
Silva Alicia Martínez

O Projeto de Educação Ambiental – PEA Pescarte é uma das medidas de mitigação exigidas pelo Ibama como condicionante do licenciamento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC). Ele é financiado pela Petrobras e executado por equipe vinculada à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Em sua atuação, o projeto tem como foco os (as) pescadores (as) artesanais residentes e domiciliados sete municípios da BC, no estado do Rio de Janeiro.

O PEA Pescarte obedece aos parâmetros estabelecidos em Plano de Trabalho formulado a partir das diretrizes fixadas pela Nota Técnica CGPEEG/DILIC/IBAMA N°01/2010, Linha “A”, dos resultados do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira da Bacia de Campos – PCR-BC e do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC. Incorporou também as discussões suscitadas na “Reunião Temática sobre os projetos de Educação Ambiental e a Pesca Artesanal na Bacia de Campos, no âmbito do Licenciamento Ambiental das Atividades Marítimas de Petróleo e Gás”, promovida pela CGPEEG/IBAMA e pelo Grupo de Trabalho Articulador do Fórum do PEA-BC, ocorrida nos dias 17 e 18 de setembro de 2013, n//a cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo deste capítulo é elucidar parte do processo formativo do PEA Pescarte realizado na primeira fase do projeto, no período de maio de 2014 a maio de 2016, enfatizando a temática de Economia Solidária (ECOSOL). Portanto, todas as informações explicitadas se remetem a essa primeira fase do projeto.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE

Em sua atuação, o projeto tem como foco os (as) pescadores (as) artesanais residentes e domiciliados em trinta e oito (38) comunidades e duzentas e quarenta e seis (246) localidades circunscritas em sete municípios da Bacia de Campos no estado do Rio de Janeiro, conforme a Tabela 1.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Tabela 1: Localidades de residência de pescadores identificadas no Censo realizado na primeira fase do PEA Pescarte

Municípios do Pescarte	Comunidades	Localidades
Arraial do Cabo	Praia dos Anjos; Figueira; Prainha Porto do Forno; Praia Grande; Praia do Pontal; Monte Alto; Porto do Forno; Centro. Caiçara; Sabiá; Pernambuco; Novo Arraial; Morro da Cabocla – dividido com Prainha e Praia dos Anjos; Canaã - dividido com Praia Grande e Praia dos Anjos; Morro da Boa Vista (aproximação geográfica, pois, não sofre influência de nenhuma, mas, não tem número para ser denominada comunidade); Macedônia - dividido com Praia Grande e Praia dos Anjos; Baleia- dividido com Praia Grande e Praia dos Anjos; Sítio; Roça Velha; Vila Industrial; Parque das Garças	Praia dos Anjos; Figueira; Prainha Porto do Forno; Praia Grande; Praia do Pontal; Monte Alto; Porto do Forno; Centro. Caiçara; Sabiá; Pernambuco; Novo Arraial; Morro da Cabocla – dividido com Prainha e Praia dos Anjos; Canaã - dividido com Praia Grande e Praia dos Anjos; Morro da Boa Vista (aproximação geográfica, pois, não sofre influência de nenhuma, mas, não tem número para ser denominada comunidade); Macedônia - dividido com Praia Grande e Praia dos Anjos; Baleia- dividido com Praia Grande e Praia dos Anjos; Sítio; Roça Velha; Vila Industrial; Parque das Garças
Quissamã	Barra do Furado; Centro; Caxias; Ribeira. Visgueiro; Estrada do Machado; Canto de Santo Antônio; Matias; Beira de Lagoa; Santa Catarina; Alto Alegre; Penha; Praia de São Francisco; Retiro; Dores de Macabu; Carmo; Flecheiras; Machado; Piteiras; São Miguel	Barra do Furado; Centro; Caxias; Ribeira. Visgueiro; Estrada do Machado; Canto de Santo Antônio; Matias; Beira de Lagoa; Santa Catarina; Alto Alegre; Penha; Praia de São Francisco; Retiro; Dores de Macabu; Carmo; Flecheiras; Machado; Piteiras; São Miguel
São João da Barra	Atafona; Barra do Açú; Grussaí; Centro. Vila Esperança; Cehab; Coreia; Carrapicho; Pontal; Quixaba; Azeitona; Mato Escuro; Alto do Cardeiro; Capela de São Pedro; Sabonete; Água Preta; Palacete; Pipeiras; Vila da Terra; Folha Larga; Outro Lado da Lagoa; Chapéu do Sol; Cajueiro; Degredo; Barcelos; Chatuba; Beira Rio – São Pedro; Rua de Baixo, Pedregal	Atafona; Barra do Açú; Grussaí; Centro. Vila Esperança; Cehab; Coreia; Carrapicho; Pontal; Quixaba; Azeitona; Mato Escuro; Alto do Cardeiro; Capela de São Pedro; Sabonete; Água Preta; Palacete; Pipeiras; Vila da Terra; Folha Larga; Outro Lado da Lagoa; Chapéu do Sol; Cajueiro; Degredo; Barcelos; Chatuba; Beira Rio – São Pedro; Rua de Baixo, Pedregal
São Francisco do Itabapoana	Gargaú; Guaxindiba; Barra do Itabapoana; Guaxindiba; Lagoa Feia. Santa Clara; Campo Novo; Cacimbas; Muritiba; Barra Velha; Buraco Fundo; Guaxindiba; Barrinha; Sossego; Ilha dos Mineiros; Sonho; Manguinhos; Boca da Areia; Ariticum; Macuco); Buena; Lagoa Doce; Deserto; Feliz; Tagatiba; Retiro; Guriri; Guarixima; Praça João Pessoa; Batelão; Ladeira das Pedras; Travessão de Barra; Faxina; Coréia; Máquina; Morro do Bode	Gargaú; Guaxindiba; Barra do Itabapoana; Guaxindiba; Lagoa Feia. Santa Clara; Campo Novo; Cacimbas; Muritiba; Barra Velha; Buraco Fundo; Guaxindiba; Barrinha; Sossego; Ilha dos Mineiros; Sonho; Manguinhos; Boca da Areia; Ariticum; Macuco); Buena; Lagoa Doce; Deserto; Feliz; Tagatiba; Retiro; Guriri; Guarixima; Praça João Pessoa; Batelão; Ladeira das Pedras; Travessão de Barra; Faxina; Coréia; Máquina; Morro do Bode



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Campos dos Goytacazes	Farol de São Tomé; Terminal Pesqueiro; Parque dos Prazeres; Lagoa do Vigário; Ponta Grossa dos Fidalgos; Coroa Grande; Tocos; Lagoa de Cima; Lagoa do Campelo	Farol de São Tomé; Terminal Pesqueiro; Parque dos Prazeres; Lagoa do Vigário; Ponta Grossa dos Fidalgos; Coroa Grande; Tocos; Lagoa de Cima; Lagoa do Campelo. Centro Farol; Musurepe; Vila do Sol; Xexé; Vila dos Pescadores; Rádio Velho; Gaivotas; Boa Vista; Lagamar; Baixa Grande; Marrecas; Assentamento Che Guevara; Barra Seca; Canal das Flechas; Retiro; Pau Grande; Santa Cruz; Itererê; Matadouro; Parque Aldeia; Tira Gosto; Martins Lage; Jardim Carioca; Tolgos; Estrada do Carvão; Correnteza; Marcelo; Canto do Rio; Coqueiros; Caxias; Vala do Mato; Pernambuco; Conceição do Imbé; Canto do Engenho das Flechas; Assentamento Antônio de Farias; Ururai; Tapera; Campo Novo; Dores de Macabú; (Mundéus; Santana; Fundão; Assentamento Zumbi dos Palmares; Parque Santa Helena; Abadia; Travessão
Macaé	Barra de Macaé/ Brasília; Nova Holanda; Nova Esperança; Lagoa de Imboassica	Brasília; Aeroporto; Fronteira; Malvinas; Engenho da Praia; Rio das Ostras; Lagomar; Verdes Mares; Imbetiba; Centro; Horto; Botafogo; Costa do Sol; Jardim Esperança; Aroeira; Miramar; Bela Vista; São José do Barreto; Jardim Franco; Ajuda de Baixo; Cajueiros; Visconde de Araújo; Novo Botafogo; Novo Cavaleiros
Cabo Frio	Gamboa; Praia do Siqueira; Tamoios; Ponta do Ambrósio; Passagem	Guarani; São Cristovão; Manoel Correia; Jardim Flamboyant; Jardim Caiçara; Palmeiras; Parque Burle; Jardim Excelsior; São Francisco; Recanto das Dunas; Vila do Sol; Jardim Olinda; Jardim Olinda II; Jardim Peró; Peró; Jacaré; Portinho; Caminho de Búzios; Itajuru; Jardim Esperança; Braga; Porto do Carro; Monte Alegre; Barco Silvia; Vila Nova; Terminal Pesqueiro; Tangará; Cajueiro; Boca do Mato; Guriri; Ilha da Adraga; Mercado de Peixe; Vila do Ar; Reserva do Peró; Parque Eldorado II; Parque Eldorado III; Unamar; Maria Joaquina; Praia Rasa; Aquários; Bahia Formosa; Praia Brava; Fazendinha; Ferradura; José Gonçalves; Santo Antônio; Santo Jacinto; Vila Nova; São Pedro da Aldeia; São João; Colinas; Alecrim; Baixo Grande; Campo redondo; Centro; Colinas; Fluminense; Parque Estoril; Porto da Aldeia; Recanto das Orquideas; Vinhateiro; São Gonçalo; Barra da Passagem; Canto do Forte; São Bento; Praia do Forte; União; Marlin. Vinhateiro; São Gonçalo; Passagem; Barra da Passagem; Canto do Forte; São Bento; Praia do Forte; União
Total	38	246

Fonte: Relatório anual do PEA Pescarte (2016)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O plano de trabalho proposto referente à primeira fase, aprovado até maio de 2016, previu o desenvolvimento de processos de mobilização da população pesqueira artesanal em torno da discussão sobre o licenciamento e a educação ambiental, e também sobre a organização a partir da esfera do trabalho via elaboração e implementação de projetos de Geração de Trabalho e Renda – GTR. A expectativa inicial, que se manteve ao longo das diferentes fases, é de que, atuando na esfera do trabalho, se possa contribuir não só para aumentar os rendimentos e assim melhorar as condições materiais das pessoas envolvidas na cadeia produtiva da pesca artesanal, como também ampliar o grau organizativo, uma vez que a debilidade de vínculos associativos tem sido apontada como um dos fatores que contribuem para o aumento da vulnerabilidade deste grupo frente aos impactos da injustiça ambiental. Ou seja: mitigar os impactos negativos oriundos da indústria de produção de petróleo e gás na vida destas populações.

A estratégia por meio da qual se pretende aumentar a capacidade organizativa deste setor é a elaboração de projetos de Geração de Trabalho e Renda (GTR) a serem desenvolvidos pelos grupos gestores, com apoio técnico do saber perito desenvolvido no âmbito da universidade. Os grupos gestores são compostos por pessoas eleitas em seus municípios como representantes das comunidades, para que possam se apropriar de temas relevantes à elaboração dos projetos de Geração de Trabalho e Renda.

Os resultados alcançados nos dois primeiros anos de atuação, de 2014 a 2016, consistiram em mapear as lideranças, reunir, apresentar e discutir o projeto com as comunidades, aplicar o mapeamento da comunidade e constituir banco de dados com informações que possam permitir melhor identificação socioeconômica, caracterizar a demografia e o contexto familiar, auxiliar na construção coletiva de um estatuto, eleger e dar posse aos grupos gestores em cada um dos municípios que compõem a área de atuação do PEA Pescarte, avaliar os serviços e equipamentos públicos por eles acessados, caracterizar a atividade pesqueira, da trajetória profissional e de trabalho, identificar o capital social e as redes sociais. Estes resultados culminaram num Encontro Regional com a Cerimônia de Posse dos Grupos Gestores eleitos. Estes serão os responsáveis por elaborar os projetos de GTR e exercer a representatividade de suas comunidades.

No escopo do PEA-Pescarte, a formação como premissa para a organização comunitária se apresenta com muita força. Por esse motivo, ao longo dessa primeira fase do projeto, de maio de 2014 a maio de 2016, foram desenvolvidos quatro cursos com carga horária de vinte horas que tiveram como foco conteúdos relativos ao Letramento Digital



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(módulos I: Básico e II: Avançado), ao Licenciamento Ambiental e à Economia Solidária.

Nestas formações contou-se com 601 participações das pessoas envolvidas com a pesca artesanal nos municípios de atuação. Dentre essas pessoas algumas participaram de mais de um curso.

Na tabela 2 se apresenta o quantitativo de participantes em cada um dos cursos.

Tabela 2: Quantitativo de participantes em cada um dos cursos

Cursos	Nº Participantes
Letramento Digital I – Básico	208
Letramento Digital II – Avançado	129
Licenciamento Ambiental	136
Economia Solidária	128

Fonte: Produção das autoras a partir dos relatórios elaborados.

Com esses cursos buscou-se fortalecer as capacidades que favorecessem o protagonismo e a sistematização dos interesses dos participantes, a fim de utilizarem instrumentos informacionais não apenas para a qualificação profissional, mas também para uma melhor inserção social e cultural. Tratava-se, também, de promover a capacitação dos futuros integrantes dos Grupos Gestores.

Importa frisar que cada uma das formações mencionadas na tabela acima foi precedida por um aprofundado processo de estudo nos temas abordados por parte das equipes (técnica e pedagógica) assim como dos (as) pesquisadores (as). Esses estudos e conhecimentos davam suporte ao planejamento de eventos de formação direcionados à equipe técnica, a fim de ela se apropriar das problemáticas a serem, posteriormente, trabalhadas junto aos (às) pescadores (as) e seus familiares. Esse processo era acompanhado por estudo de diferentes textos acadêmicos para reforço e aprofundamento. Já as formações direcionadas aos sujeitos da ação educativa eram concebidas pelas equipes técnica e pedagógica do PEA Pescarte e discutidas em conjunto, ao longo das formações, propondo atividades e metodologias para contribuir com o processo formativo junto às comunidades.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

AÇÕES FORMATIVAS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PEA PESCARTE

Como adiantado anteriormente, o presente capítulo focaliza nas ações relativas à temática da Economia Solidária, desenvolvidas pelo PEA Pescarte na formação da equipe técnica que proporcionou, posteriormente, a formação dos (as) pescadores (as) e seus familiares. Pela riqueza do processo desenvolvido, as autoras deste texto optaram pela descrição bastante pormenorizada do mesmo, a fim de retratar o mais fielmente possível o processo de estudo ao que a equipe se debruçou e a construção da proposta de formação dos sujeitos da ação educativa.

Inicialmente cabe destacar que, embora ocupe lugar central no escopo do projeto, a noção de economia solidária abarca uma série de pressupostos, fato que motivou o questionamento, pelos analistas ambientais do Ibama, de qual dentre essas perspectivas analíticas seria adotada pelo projeto na orientação de suas ações. Em resposta a este questionamento, a coordenação técnica propôs a realização de um seminário acadêmico destinado a promover a apresentação e debate de perspectivas institucionais, teóricas e práticas envolvendo a Economia Solidária. Este Seminário, a despeito de ser um evento com caráter acadêmico, contou com a participação de pescadores (as) dos municípios da área de abrangência do PEA Pescarte.

Pressupondo que as experiências solidárias possuem um caráter transformador, tanto na promoção de melhorias das condições de vida, quanto nos quadros de organização política e de sociabilidade, a formação da equipe e dos participantes teve início com a realização do **I Seminário de Economia Solidária do PEA Pescarte: Traçando rumos, construindo possibilidades**, ocorrido de 12 a 14 de novembro de 2015 nas dependências da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em Campos dos Goytacazes. Na oportunidade, foram apresentadas e discutidas experiências exitosas no âmbito da pesca artesanal, buscando construir uma visão integrada da Economia Solidária, considerando sua capacidade de emancipação social, política e econômica. O evento tinha ainda como meta promover a apresentação e o debate de perspectivas institucionais, teóricas e práticas envolvendo a Economia Solidária.

Assim sendo, com a perspectiva de promover um espaço de integração e debate nos campos acadêmicos, institucionais e de movimentos sociais com atuação comunitária no contexto da Economia Solidária, as atividades desenvolvidas neste seminário oportunizaram a apresentação e discussão das perspectivas teóricas da Economia Solidária em



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

suas dimensões econômica, política, social e cultural, com quatro palestras ministradas por especialistas da área. Os palestrantes representantes de instituições comunitárias e de movimento social, Manoel Bueno dos Santos e Josinete Pinto pertenciam, respectivamente, ao Centro de Ação Comunitária e ao Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MPP), que está apoiado pela Comissão Pastoral da Pesca (CPP), os quais apresentaram importantes conceitos e reflexões sobre o Movimento de Pescadores e Pescadoras no Brasil e sobre Autogestão e Economia Solidária.

Outros dois dos palestrantes eram pesquisadores: um doutorando da Universidade Federal do ABC (UFABC), do Programa de Planejamento e Gestão do Território (PGT), que abordou o tema “**Economia Solidária, viabilidade econômica, inserção mercadológica e ambições de escala**”; e um pesquisador sênior da UNISINOS que dissertou sobre “**Economia Solidária e Democracia Participativa**”.

Relativamente às experiências exitosas na área da cadeia produtiva da pesca artesanal, as exposições foram apresentadas por lideranças de instituições ligadas a atividades pesqueiras, a saber, Associação de Artesãos de São João da Barra; Colônia Z20 de Itaperuna na comercialização com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹; Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia-SP (Cooperostra) e Associação de Pescadores da Vila São Miguel-RS. Esses relatos, contados pelos seus protagonistas, serviram como inspiração aos presentes no seminário sobre as reais possibilidades da ECOSOL, sem minimizar as lutas e dificuldades.

Os apontamentos com perspectivas institucionais sobre Economia Solidária, foram desenvolvidos por representantes de diferentes organismos públicos com interlocução com a problemática da pesca artesanal, como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ).

O resultado deste seminário foi a construção da “Carta de Princípios de Economia Solidária do PEA Pescarte”, elaborada ao longo do evento e lida, discutida e aprovada pelos participantes ao final do evento. Este documento é composto por seis princípios que se espera sejam observados na prática cotidiana das ações a serem desenvolvidas pelo Grupo Gestor e que se baseiam nos seguintes pressupostos: 1) Espaços de de-

1 Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

liberação democrática; 2) Valorização da cultura e saber popular; 3) Abertura a redes de apoio mútuo e parcerias; 4) Mobilização dos recursos do Estado a favor dos setores populares; 5) Consolidação da escala de produção e fortalecimento de articulações entre as diferentes escalas geográficas; e 6) Viabilidade, inserção e capacidade de competição no mercado².

Como desdobramento deste seminário e visando subsidiar as ações previstas no plano de trabalho, a equipe de pesquisadores bolsistas do projeto desenvolveu a cartilha Economia Solidária: conceitos, exemplos e reflexões, utilizada como material de apoio pedagógico no curso destinado aos comunitários. A cartilha está estruturada em quatro módulos.

O módulo I: **Economia Solidária: O que é? Como começou?** direciona a reflexão sobre a sociedade capitalista em que vivemos, o mundo do trabalho e a exclusão social, para logo introduzir a economia solidária e seu histórico como possível alternativa de um novo modo de organização do trabalho. Já o módulo II: **Exemplos de Economia Solidária**, reúne e discute experiências exitosas recentes que podem ser encontradas em atividade no Brasil e no mundo: cooperativas, associações, empresas autogestórias, grupos solidários, clubes de troca e redes de colaboração solidária. O módulo III: **Elementos e Características da Economia Solidária** discute porque a economia solidária pode ser vista como alternativa ao capitalismo, além de apresentar e refletir sobre características dos empreendimentos solidários, como cooperação, parcerias e redes de apoio; autogestão e deliberação democrática; divisão justa; preocupação com o meio ambiente; e valorização do saber local, da cultura e tecnologia popular. Por último, o módulo IV: **Desafios da Economia Solidária** convida o leitor a refletir sobre as necessidades e os desafios enfrentados cotidianamente pelos integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária: a necessidade de envolvimento e participação, a manutenção da governança democrática, o enfrentamento das mudanças de mercado e a motivação que devem ser permanentemente reforçadas.

Cada um dos módulos é acompanhado por sugestão de atividades, músicas, links de vídeos e filmes disponíveis na internet, que podem ser usadas para dar suporte às estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem, assim como bibliografia de apoio e aprofundamento sobre os temas abordados.

A seguir, iniciou-se o planejamento do curso de Economia Solidária a ser ministrado

² O documento, na íntegra, se encontra no corpo deste livro.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

pela equipe técnica aos comunitários. Coube à coordenação pedagógica, que presta suporte teórico-metodológico e técnico-operativo ao projeto, do qual as autoras deste capítulo fazem parte, juntamente com a coordenação de campo do PEA Pescarte, elaborar uma proposta de conteúdo e estratégias de ensino e aprendizagem para serem discutidas junto à equipe técnica de campo.

Com esse escopo foi realizada a **Oficina de Formação em Economia Solidária** direcionada aos (as) técnicos (as) do PEA Pescarte, que aconteceu no período de 3 a 5 de fevereiro de 2016, na qual foi apresentado e discutido o conteúdo da proposta de formação, juntamente com o da apostila. Como preparação para a Oficina, a coordenação pedagógica havia disponibilizado e orientado a equipe técnica na leitura de obras de referência (SANTOS, 2003; CATTANI et al, 2009).

Os objetivos da formação visaram retomar a “Carta de princípios” definida no I Seminário de Economia Solidária e promover a disseminação e aprofundamento de seu conteúdo; contribuir com a atuação, qualificada e crítica da equipe técnica no debate e aprofundamento das temáticas relativas à Economia Solidária; e, por último, apresentar o conteúdo e discutir estratégias metodológicas para o curso de Economia Solidária a ser ministrado pela equipe técnica junto aos sujeitos da ação educativa.

As discussões do primeiro dia giraram em torno de questões teóricas sobre Economia Solidária, enfatizando qual a perspectiva a ser implementada nas atividades do PEA Pescarte, podendo observar apropriação do conteúdo e sintonia por parte de toda a equipe. Como resultado, foram construídas coletivamente estratégias metodológicas para a transposição e compartilhamento do conteúdo com os participantes das comunidades.

Os temas “Elementos do Consenso Internacional e seus impactos sobre a pesca artesanal” e “Empreendimentos de Economia Solidária de mercado: dilemas e possibilidades” foram abordados por meio de palestras, ambas proferidas por John Wojaichowski, do *World Fisheries Trust*, visando a dar fundamentação teórica à dinâmica de funcionamento de empreendimentos de economia solidária e aos elementos do contexto (nos vários níveis: local, regional, nacional e internacional) que interferem nas atividades da pesca artesanal.

O pesquisador abordou diferentes aspectos relativos à pesca artesanal e o lugar do saber prático dos pescadores em relação ao saber científico, este geralmente mais utili-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

zados por projetos e órgãos ambientais. Também explanou sobre diversas narrativas relacionadas a políticas para pescadores artesanais: Narrativas neoliberais/Corporativas; Narrativas Reformistas e Narrativas Progressistas, tendo as duas últimas como representantes dos movimentos que lidam com os pescadores artesanais e outros segmentos organizados da sociedade civil. Enfatizou, também, o trabalho pedagógico de mobilização para a organização coletiva da classe pesqueira, no sentido de perceberem a importância de parcerias entre eles, enquanto produtores extrativistas do pescado, e os consumidores em potencial; a ação política como elemento constitutivo de influência junto aos poderes executivo e legislativo; e a criação de duas frentes de trabalho, numa perspectiva de elo produtivo e de um sistema de alimentos.

Para o segundo dia, foi proposta a discussão das estratégias metodológicas para os conteúdos a serem abordados junto aos pescadores (as) e seus familiares, sintetizados e apresentados na Tabela 2.

Tabela 3: Estratégias de ensino e aprendizagem para curso de Economia Solidária do PEA Pescarte.

Aula	Tema	Estratégias Metodológicas de ensino e aprendizagem
Aula 1	O modo de produção capitalista e suas contradições	<p>1) Esquete teatral: diálogo para discutir suas principais contradições: exploração do trabalho e apropriação privada do lucro;</p>
		<p>2) Atividade em grupo: construção de painel com trajetória histórica e econômica dos modos de produção;</p>
		<p>3) Glossário* (com terminologia pouco usual e seus significados para ser afixado nas salas e usado como fixação dos conteúdos ao final de cada aula).</p>

Aula 2	<p>Democracia, Consenso e Economia Solidária</p>	<p>1) Atividade em grupo: produção de cartazes - conhecimento prévio sobre os temas da aula</p> <p>2) Exposição dialogada: Características e complementariedades entre democracia, socialismo e economia solidária</p> <p>3) Glossário*</p>
Aula 3	<p>Economia Solidária no Brasil: trajetória, tipologia e práticas de sucesso</p>	<p>1) Leitura coletiva de trechos da apostila</p> <p>2) Vídeos-debate de experiências exitosas</p> <p>3) Glossário*</p>
Aula 4	<p>Carta de Princípios de Economia solidária do PEA Pescarte</p>	<p>1) Videodebate de experiências exitosas</p> <p>2) Práticas esperadas dos componentes dos Grupos Gestores</p> <p>3) Clube de trocas</p> <p>4) Glossário*</p>
Aula 5	<p>Análise de conjuntura: panorama regional com características do contexto social, político e econômico de cada município</p>	<p>1) Atividade em grupo: quebra-cabeças com mapas dos municípios contendo levantamento de dados da conjuntura local;</p> <p>2) Fechamento com debate sobre a falta de diversificação econômica, baixo grau de associativismo, clientelismo etc., vinculando as experiências apresentadas pelos grupos ao contexto regional de abrangência do projeto;</p> <p>3) Glossário*</p>

Fonte: elaboração própria das autoras.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Na ocasião, foram debatidas coletivamente entre os técnicos, a equipe de pesquisa e a equipe pedagógica, as estratégias pedagógicas adotadas para levar aos pescadores e seus familiares o conteúdo programático do curso. Os técnicos apresentaram características da realidade das comunidades onde atuam, na perspectiva de aproximar ao máximo as proposições didáticas aos seus destinatários.

Os debates promoveram um aprofundamento dos temas e enriqueceram as propostas de aulas. Todas as proposições eram dialogadas com vistas a se adequar aos sete municípios de abrangência do projeto.

A seguir foi realizada uma atividade com as equipes de mapeamento das peculiaridades de cada local no que se refere às práticas e comportamentos dominantes, às instituições, aos projetos de educação ambiental (PEA) e às circunstâncias que se configuram como potencialidades e desafios às ações que se pretendem desenvolver em cada município da área de atuação do projeto, sistematizado em um painel. Questões como a importância do artesanato na cadeia de empreendimentos ligados à pesca; a valorização do ofício como aspecto cultural das comunidades em suas respectivas regiões; a falta de incentivos do poder público para a execução das feiras e/ou festivais culinários; a apropriação indevida de recursos públicos ou o mau uso de equipamentos coletivos tais como fábricas de gelo, caminhões frigoríficos e escolas de reforma de barcos foram constatados nas localidades. Verificou-se também uma proximidade não apropriada de algumas lideranças com vereadores e/ou ocupantes de cargos públicos, proximidade esta vista pelos participantes como relações clientelistas que ampliam ainda mais as desconfianças dos pescadores com relação a qualquer proposta de organização. Outras atividades como cooperativas, escolas de pescadores e associações desativadas também foram levantadas e colocadas como exemplos de fragilidades a serem enfrentadas na região.

Esse painel de desafios e potencialidades teve como objetivo proporcionar aos técnicos a dimensão regional necessária para que estes possam promover, em seus espaços de trabalho, um debate com os pescadores (as) e seus familiares na perspectiva de favorecer a compreensão do panorama regional e de fortalecer a organização social deste grupo.

No geral, as atividades desenvolvidas na “Formação em Economia Solidária: práticas, rumos e possibilidades para a emancipação social”, em continuidade com o processo de formação das equipes de técnicos (as) sociais do projeto visando instrumentalizá-los



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(as) para o desenvolvimento do curso destinado aos pescadores (as) e seus familiares, foram satisfatórias, na medida em que possibilitaram o aprofundamento da integração entre a equipe de pesquisa e a equipe de campo do PEA Pescarte, possibilitando também o aprofundamento da formação teórica referente ao funcionamento do capitalismo e da relação deste com os princípios de Economia Solidária do PEA Pescarte. Além disso, foi possível promover a apresentação e discussão do detalhamento do curso a ser ministrado pela equipe técnica que passou a ser mais bem instrumentalizada para a implementação do mesmo junto aos pescadores (as) e seus familiares.

A apresentação e discussão do material desenvolvido e a elaboração de estratégias pedagógicas para apresentação do conteúdo receberam a contribuição da equipe técnica, que sinalizou concordâncias e discordâncias a partir da realidade vivenciada no dia a dia em cada localidade. Optou-se, então, por estabelecer estratégias múltiplas que pudessem ser adaptadas pela equipe, de acordo com as particularidades de cada local.

A carta de princípios, resultante do I Seminário de Economia Solidária do PEA Pescarte, foi lida e debatida por todos os participantes e estabeleceu-se que ela deverá nortear todas as ações a serem desenvolvidas, em especial aquelas que serão levadas a cabo pelos grupos gestores. Daí a necessidade de sua divulgação nas comunidades durante o curso de Economia Solidária e, sempre que possível, nas atividades futuras.

Percebeu-se um debate qualificado sobre a economia solidária, vista como alternativa para minimizar as contradições inerentes ao capitalismo, o que ficou patente nas várias intervenções feitas pelos participantes em todo o evento, mas também na resposta à questão proposta com base na leitura do material de apoio pedagógico, disponibilizado previamente como bibliografia de leitura obrigatória para esta formação.

Os resultados da avaliação demonstraram que os objetivos foram atingidos de forma satisfatória, devido à oportunidade de discutir temas tão caros ao desenvolvimento das ações.

Por último, na perspectiva de aprofundar a assimilação dos conteúdos trabalhados durante a formação, a equipe produziu textos dissertativos sobre o tema com base na bibliografia disponibilizada previamente. Coube à equipe de pesquisa avaliar, por meio de critérios estabelecidos, os textos elaborados. A conclusão apresentada indicou percepção adequada sobre a assimilação do tema da economia solidária por parte da equipe e potencial dos mesmos para a execução dos cursos do Pescarte. Constatou também que a equipe técnica demonstrou bom aproveitamento na aquisição das leitu-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ras sugeridas para a construção dos saberes e entendimento dos debates travados com os autores sugeridos para leitura: Santos (2003) e Cattani et al (2009). Vale destacar a qualidade das apresentações, a disposição para o debate e as contribuições para o enriquecimento da ação, onde ficou evidente o esforço, interesse e seriedade da equipe no desenvolvimento das respostas.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Este processo formativo em economia solidária no contexto do PEA Pescarte possibilitou às equipes envolvidas (técnica, de pesquisa e pedagógica) assimilarem e aprofundarem seus conhecimentos acerca dos conceitos e práticas norteadoras da Economia Solidária.

Esse processo formativo em economia solidária no contexto do PEA Pescarte possibilitou as equipes envolvidas (técnica, pesquisa e pedagógica) assimilarem e aprofundarem seus conhecimentos acerca dos conceitos e práticas norteadoras da economia solidária, o que deixou em evidência o amadurecimento da equipe em relação à compreensão aos sistemas debatidos. A cooperação, a autogestão, a liberdade e a solidariedade são premissas constantes da carta de princípios do PEA Pescarte, que devem nortear as ações dos grupos gestores.

As discussões e debates que contextualizaram as práticas vinculadas à economia solidária confirmaram a afirmativa feita pelo PEA Pescarte, de que a Geração de Trabalho e Renda deve ser vista como alternativa de inserção daqueles pescadores (as) que desejam trabalhar e produzir no mercado, e também conquistar uma vida melhor e mais digna por meio da organização comunitária.

REFERÊNCIAS

CATTANI, A. et al (Orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE. Relatório Anual, Campos dos Goytacazes, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Esta carta de princípios tem por objetivo explicitar os pontos norteadores do Projeto de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte), servindo de base e fundamento para as ações de trabalho no âmbito deste projeto.

Sendo assim, cabe aqui destacar que os princípios do Projeto Pescarte que, enquanto um empreendimento solidário, não podem desconsiderar fatores como:

1. ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO DEMOCRÁTICA (AUTOGESTÃO):

- O Pescarte entende que a autogestão deve ter um caráter genuinamente participativo, com decisões compartilhadas e construídas coletivamente. Este é o princípio democrático: todos têm voz e vez.
- Neste modelo propomos uma autogestão com a possibilidade de uma administração profissional considerando que este fator não deve ser negligenciado.
- Além disso, abrimos espaços para o caráter formativo e pedagógico dessa autogestão na qual os pescadores assumem o protagonismo do processo decisório.

2. VALORIZAÇÃO DA CULTURAL E SABER POPULAR:

- Não devemos negar o saber, a cultura e a história das populações tradicionais como elementos essenciais para ações de economia solidária.
- Fica evidente que os empreendimentos de sucesso possuem raízes profundas na organização social e história local. É importante resgatar e reforçar as ações comunitárias solidárias, o que aumenta a sua força de atuação.

3. MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ESTADO A FAVOR DOS SETORES POPULARES:

- As instituições públicas podem ser importantes na eliminação de barreiras que dificultam a implantação de empreendimentos solidários a exemplo do PAA e PNAE e outras de articulação com recursos públicos.
- Reconhecimento do papel importante da universidade no assessoramento das neces-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

sidades apontadas pelos pescadores e familiares.

4. ABERTURA A REDES DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS:

- Empreendimentos solidários têm maior possibilidade de alcançar êxito quando atuam na construção de redes e parcerias – o que aumenta a sua capacidade de produzir mudanças e adquirir recursos.
- Configura-se uma luta para que toda rede seja solidária – da produção ao consumo – demarcando um paradigma econômico alternativo.

5. CONSOLIDAÇÃO DA ESCALA DE PRODUÇÃO E FORTALECIMENTO DE ARTICULAÇÕES ENTRE OS DIFERENTES MUNICÍPIOS:

O grande desafio do Projeto Pescarte é dar conta de empreendimentos que abarquem os sete municípios de sua atuação. Nesse contexto a importância da escala ganha destaque compreendendo as possibilidades de atuação para além do nível local desses empreendimentos. Nesse sentido, há uma aposta no impacto transformador em nível regional que essas experiências podem produzir.

6. VIABILIDADE ECONÔMICA, INSERÇÃO E CAPACIDADE DE COMPETIÇÃO NO MERCADO:

O pescador precisa se apropriar da informação do mercado. Desta forma, se consolidam a construção de empreendimentos de economia solidária que de fato respondam às necessidades dos pescadores e de sua relação com esse mercado consumidor.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Geraldo Márcio Timóteo
Mauro Macedo Campos

INTRODUÇÃO

Há um consenso entre os especialistas que se dedicam aos estudos sobre as comunidades de trabalhadores cujos saberes são considerados tradicionais, herdados geracionalmente, que há um déficit (ou assimetria) informacional quando se trata de obter renda com o produto do seu trabalho. E, neste sentido, elementos outros, que não se contabilizam, fazem toda a diferença, quando se considera os saberes necessários à manutenção de um negócio que vise algum retorno econômico para estes trabalhadores. Exemplos desse saber, dessa cultura, transmitida por meio de um produto, podem ser percebidos desde a negociação de um artesanato produzido localmente (como a produção de esteiras feitas de junco, no entorno da Lagoa Feia) até a comercialização de grandes volumes de alimentos, que supera as 20 mil toneladas nos município envolvido no Projeto PEA-Pescarte (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, São João da Barra, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana), todos na Região Norte e dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro.

Como forma de dar visibilidade a esse *modus operandi* presente em diversas comunidades tradicionais, buscou-se reunir uma fração destes saberes no I Seminário de Economia Solidária do Projeto PEA-Pescarte: Práticas, Rumos e Possibilidades para a Emancipação Social”, realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), entre os dias 11 e 13 de novembro de 2015. Tratou-se de uma iniciativa pioneira, em que foi estruturado sobre os eixos compreensivos das práticas acadêmica, institucional e comunitária. Neste sentido, buscou-se realizar um, assim chamado, “estado da arte” sobre os percursos teóricos e metodológicos que assumem os estudos, juntamente com as práticas da economia popular vivenciadas por instituições associativas formais, como cooperativas e associações, e iniciativas de grupos econômicos informais, como grupos de beneficiadoras, chamados fundos de quintal; e grupos de artesanato. O foco foi a busca do modelo organizacional que apresenta-se resultados positivos quando aplicados à comunidades de produtores tradicionais.

Durante o evento foram discutidos alternativas possíveis aos Projetos de Geração



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de Trabalho e Renda que se estavam gestando no desenvolvimento dos trabalhos previsto no plano de trabalho aprovado pelo órgão ambiental. As naturezas das discussões apontaram para os desafios a serem enfrentados e, mais que isso, indicaram quais seriam os principais elementos a serem perseguidos como meios de mitigar os principais problemas relacionados à construção de espaços produtivos junto às comunidades tradicionais.

As questões centrais, que de resto estão presentes em todos os tipos de iniciativa coletiva, estavam na capacidade dos sujeitos envolvidos assumirem, de fato e de direito, a administração dos empreendimentos planejados.

PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DOS PROJETOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA (PGTR)

As principais conclusões do I Seminário Economia Solidária do Projeto PEA-Pescarte apontaram para o reforço da Economia Solidária como modelo orientador da organização dos sistemas de produção. E, para que isso pudesse ser alcançado foram consensuados seis princípios sobre os quais operariam as cooperativas a serem criadas. Definiu-se assim, no encontro um conjunto de princípios a serem observados na construção desse espaço coletivo de participação e trabalho.

O 1º Princípio a ser considerado foi sobre os **Espaços de deliberação democrática (autogestão)**; com essa perspectiva o seminário apontou que a autogestão deve ter um caráter genuinamente participativo, com decisões compartilhadas e construídas coletivamente. Este é o princípio democrático: todos têm voz e voto. Construído um modelo em que a possibilidade da existência de uma administração profissional não rompe com a necessária participação dos cooperados mas, sim, faz parte do processo de conquista de saberes essenciais não só para uma administração eficiente, mas, claramente, com vistas à sua sobrevivência no mercado e o enfrentamento deste fator não deve ser negligenciado. Além disso, abrimos espaços para o caráter formativo e pedagógico dessa autogestão na qual os pescadores assumem o protagonismo do processo decisório e buscam as expertizes necessárias à sua plena inserção no mercado de produtos derivados da pesca.

Como 2º princípio foi afirmada a **Valorização da cultural e saber popular** como elementos históricos essenciais às ações que se querem como solidárias. Os aspectos re-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

lacionados à localização dos sujeitos em sua construção social é um elemento aglutinador e meio eficiente para promover o autorreconhecimento; a percepção de que se construiu algo na vida, que se faz parte de uma comunidade, mais que isto, de uma comunidade que carrega tradições e saberes ancestrais que ensinam meios e formas de se lidar com as águas, com os rios e o mar. Navegar, ir e voltar; selecionar o peixe que se quer pescar, soltar a linha na profundidade certa. Distinguir entre o balanço do mar e a fisgada do peixe. Saberes e fazeres que só se mantiveram e se reproduzem por que se atualizam à medida em que operam sobre ele os indivíduos atuais. Os filhos, netos e bisnetos de pescadores, os sabores das cozinhas antigas, os tempos de cozimento, o período da salga, o uso de condimentos esquecidos ou não mais misturados; todos estes elementos evidenciam que os empreendimentos, para terem sucesso, precisaram fincar raízes profundas na organização social e na história local. Todavia, para a manutenção ou mesmo o resgate dessas tradições, é essencial reforçar as ações comunitárias solidárias, o que tende a aumentar a sua força de atuação e cria um ciclo de fortalecimento da ação comunitária.

O 3º princípio procura indicar um estágio de organização social que permita aos sujeitos da ação educativa mobilizarem **recursos do Estado a favor dos setores populares**. Para tanto, a incidência política das ações produtivas não podem ser minimizadas. Mesmo porque, há uma tendência de o Estado atuar em favor dos grupos mais organizados na sociedade e, em razão de uma prática cidadã pouca ativa, tem-se a quase invisibilidade da comunidade pesqueira nas prioridades dos governos locais. A busca por apresentar as necessidades históricas do setor às instâncias de governo e às demais instituições públicas podem, como tem acontecido, conseguir despertar o senso de oportunidade nas administrações locais e estimular a presença do setor público e o consequente acompanhamento e participação que resultaram na superação de barreiras que dificultam a implantação de empreendimentos solidários. Como exemplo, pode-se pensar a questão da venda justa e, programas como o PAA (Plano de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar), que são portas abertas e capazes de promover um desenvolvimento sustentável da pesca, além, claro, de acesso a recursos públicos disponíveis, como crédito e programas de assistência.

Em relação aos sistemas de assistência, por exemplo, as chamadas “portas de saída”, engendradas por iniciativas, seja do próprio Estado ou da sociedade civil, ganham relevo pelo seu caráter finito de duração, como é o caso do projeto, o PEA-Pescarte, que tem claro o prazo para seu encerramento. Para tanto, tem-se que se construir alternati-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

vas de assistência técnica aos empreendimentos que serão criados. Uma das formas de que isso aconteça seria a incorporação da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), como extensão pesqueira do Estado do Rio de Janeiro, para assumir a tarefa de acompanhamento e aperfeiçoamento das ações produtivas e de mercado assessorando a continuidade do desenvolvimento dos projetos implantados, procurando estreitar laços com outras cooperativas já consolidadas e uma aproximação com o Fórum Nacional de Economia Solidária, de forma a manter-se uma capacidade organizativa e produtiva ao mesmo tempo. Não se exclui, evidentemente, o papel da universidade no assessoramento das necessidades apontadas pelos pescadores e seus familiares, mas, reforçar-se, somente, que esse papel, a extensão rural, é papel a ser assumido pelo Estado.

O 4º princípio indica que se deve **buscar é a integração em redes de cooperação e novas parcerias**. Para isto, requer-se para sua implementação o reconhecimento dos ganhos sinérgicos, que vão da escala de produção à capacidade de ampliar mercados consumidores e, por que não, de fornecimento de pescado quando a produção local não for suficiente para o abastecimento das unidades de beneficiamento. Tem-se dessa forma, o fato de que os empreendimentos solidários podem adquirir maior possibilidade de êxito quando aprederem a atuar na busca constante para a ampliação de sua participação no mercado – o que tende a aumentar a sua capacidade de produzir mudanças e adquirir recursos.

O elemento central que deve ser mantido é de que todos que se associam na rede compartilhem os princípios da economia solidária – da produção ao consumo – demarcando um paradigma econômico alternativo que evite a competição entre as unidades e, com isto, abrindo espaço para a redução da competição externa.

Como 5º princípio temos a **consolidação da escala de produção e fortalecimento de articulações entre os diferentes municípios**, que acaba sendo um reforço do 4º princípio. Se no 4º princípio estamos em busca de parcerias estratégicas que permitam a acesso à melhor parceria econômica para a sobrevivência do negócio; no 5º o grande desafio é dar conta de empreendimentos que abarquem os municípios de atuação do projeto PEA-Pescarte e que eles possam ser percebidos como complementares. Nesse contexto a importância da escala ganha destaque compreendendo as possibilidades de atuação para além do nível local desses empreendimentos. Nesse sentido, há uma aposta no impacto transformador em nível regional que essas experiências podem pro-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

duzir, pois, um município poderá contratar serviços de outros, como, por exemplo, transporte, estocagem, compra de pescado para continuidade de processamento; quer-se, com isso, que as unidades possam manter um intercâmbio de trabalhos e mercadorias, permitindo uma resposta rápida ao mercado e abarcando o potencial produtivo local.

No 6º princípio, tem-se a reafirmação de que os empreendimentos a serem criados precisam apresentar-se viáveis não só em seu aspecto técnico e econômico, mas, também ambiental e socialmente. Desta maneira **a viabilidade econômica, inserção e capacidade de competição no mercado**, são os matizes que identificam o déficit a ser coberto pelos pescadores sobre as informações do mercado. É a partir da socialização destes conhecimentos que se irá consolidar a construção de empreendimentos de economia solidária que de fato respondam às necessidades dos pescadores e de sua relação com esse mercado consumidor.

INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS VIÁVEIS AO MODUS OPERANTI DO SISTEMA CAPITALISTA

O simples fato de perceber por que esses princípios não são seguidos e como isso afeta a vida cotidiana é uma tarefa complexa e requer, para isso, confrontar dados e informações mais gerais e que estejam disponíveis. Podemos usar como exemplo, a questão da fome no mundo. Pode parecer que ela exista por que não temos alimentos suficiente para todos. Mas, não é bem assim, pois, desde 2016, produzimos comida suficiente para alimentar 12 bilhões de pessoas (CAPARRÓS, 2016). Vejam que é quase o dobro do número de pessoas que vivem na terra atualmente, estimada em 7,6 bilhões de habitantes, segundo o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, (IFAD, 2017)¹. Ainda, dados desta mesma agência (2017), apontam que cerca de 800 milhões de pessoas passam fome diariamente, principalmente nos países em desenvolvimento, e isto inclui o Brasil. E, desta forma, aquilo que é um dado mundial encontra sua parte junto em nossas comunidades de pesca, cujos valores de insegurança alimentar leve, que significa “temer que a comida acabe antes de se poder comprar mais”, atinge o patamar de 62% (CAMPOS et al, 2016). E, podemos acrescentar que igual número atinge também todos aqueles que vivem na pobreza, considerados assim aqueles que

¹ <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>, Acesso em 06/03/2019.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ganham até US\$5,50 por dia de renda e, na extrema pobreza, composta por pessoas que tenham menos de US\$2 (dois dólares) para viver por dia².

Todos esses elementos nos fazem pensar que se houve um aumento da capacidade de produzir riquezas (alimentos, no caso), deveríamos ter, também, o aumento do número de pessoas vivendo melhor (comendo três refeições por dia, todos os dias, por exemplo.). No entanto, acontece que riqueza, para se tornar riqueza, deve ser concentrada em mãos de poucos. No Brasil ficou famosa a frase do Ministro Delfim Netto, durante a ditadura militar, iniciada em 1964, de que “era preciso fazer o bolo crescer, para depois repartir”. Temos, então, que

em relação à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. Uma pessoa que recebe um salário mínimo mensal levaria quatro anos trabalhando para ganhar o mesmo que o 1% mais rico ganha em um mês, em média (OXFAM, 2017, p. 21).

Contudo, o que vimos foi que o aumento da riqueza significou o aumento do número de pessoas ricas e o resultado foi que apenas 5.000 famílias detêm 49% da riqueza gerada durante um ano dentro do Brasil, baseados em dados de 2017 (OXFAM; SFAM).

Para não falar que isso é o Brasil, que é assim só aqui, o mesmo acontece nos Estados Unidos da América, país considerado o exemplo a ser seguido pelos demais. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que nos EUA, 1% da população fica com dois terços da riqueza gerada em um ano pela economia. Ainda, nos EUA, cerca de 10% da população têm mais de 50% da riqueza total do país.

Esta é uma das formas pelas quais o sistema capitalista se retroalimenta e, para o qual, a economia solidária surge como uma alternativa viável em que produtores artesanais possam organizar-se para manter sistemas de produção, beneficiamento e comercialização – na contramão do método utilizado pelo sistema capitalista que precisa concentrar renda, riqueza – para continuar crescendo. A economia solidária pretende distribuir renda por meio da distribuição das sobras. Enquanto no capitalismo não se importa quantos serão jogados na pobreza extrema, pois o que o sistema prevê é sua própria sobrevivência e na economia solidária importam a condição de vida de todos os envol-

² Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – IFAD - <https://news.un.org/pt/story/2017/01/1575401-para-acabar-com-fome-ifad-pede-us-265-bilhoes-ao-ano>, Acesso em 06/03/2019.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

vidos nos processos produtivos.

Acontece que o sistema capitalista por estar presente nas economias do mundo todo, ganhou uma capacidade e credibilidade para impor argumentos, métodos e, principalmente, sua legitimidade diante das pessoas, enquanto a economia solidária, por não ter a pretensão de explorar a mão de obra de seus cooperados, acaba por ser vista como uma alternativa frágil. No entanto, os dados disponíveis demonstram que a organização processos produtivos feitas por trabalhadores permitem o aumento da renda e uma maior satisfação com os resultados do esforço coletivo (SANTOS, 2002), e isso está se desenvolvendo desde a Europa à América Latina oferecendo oportunidades ao desenvolvimento econômico local com mais eficiência do que seria de se esperar da operação capitalista. Isto é devido ao fato de que o excedente de produção a ser incorporado como forma de remuneração da função do sujeito capitalista, retira recursos necessários à manutenção das condições de vida localmente aceitas como legítimas. Ou seja, deve-se ter em conta que a operação capitalista impõe a manutenção da pobreza e não sua superação. Assim, as formas justas de comercialização, em que faz parte a economia solidária, impõe a reflexão sobre como tornar eficiente o combate ao aumento da pobreza e da fome em todo o mundo e, a forma mais firmemente apontada tem sido na direção da produção da riqueza por grupos sociais e para o usufruto daqueles que produzem.

E está constatação nos leva a que ter que considerar que a riqueza do mundo não existe por si mesma, ela é produzida pelo trabalho dos seres humanos. Não adianta nada ter uma montanha de ouro debaixo da terra, se ninguém sabe, se ninguém explora. Enquanto estiver debaixo da terra todo aquele ouro não é riqueza. A mesma analogia pode ser feita com a captura de pescado. Somente quando os pescadores extraem o pescado e o vende é que ele passa a ser riqueza. E, mais importante, ninguém faz isso sozinho. Entre pescar e fazer chegar o pescado na mesa do consumidor há inúmeros trabalhos a serem feitos e de forma coletiva.

Assim, podemos dizer que todo trabalho é uma forma coletiva de produzir alguma riqueza e, no capitalismo, essa riqueza coletivamente produzida é individualmente apropriada. E, para mudar isso, a direção mais importante que tem sido apontada é a busca da autonomia dos trabalhadores/produtores. Uma direção possível, não a única, tem sido apontada pela Economia Solidária, que se aplica aos mais diversos segmentos sociais e econômicos. Por meio dessa alternativa produtiva, é possível perceber uma



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

visão mais acolhedora, em que considera que os pescadores artesanais, por exemplo, possam obter sua emancipação social, política e econômica quando assumirem sua identidade produtiva e tiverem orgulho do que fazem, o que desenvolve a coragem para ousar tomar conta de sua própria produção.

Até agora, muitos têm tido a percepção de que o crescimento econômico geral, ou seja, o aumento do PIB (Produto Interno Bruto), que mede a riqueza produzida em um ano dentro de um país, gera benefícios para todos. Mas, a medida do PIB não mostra como essa riqueza é distribuída. Uma medida melhor para aferir como o PIB está distribuído é Índice de GINE, que é um indicador de desigualdade de renda que vai de 0 (zero) a 1 (um) e, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a sociedade. Esse índice para o ano de 2017 foi de 0,549³. Ou seja, há muita pobreza ainda dentro do país. Esse efeito, quando verificado entre produtores de artesanais, sejam eles pescadores ou agricultores, nos leva a pensar que em determinados espaços de produção não há espaço para a operação capitalista, sob pena de se acarretar um elevado grau de prejuízo ao grupo social, pois, em muitos casos, não há excedente a ser apropriado sem que se produza a miséria de muitos.

Quase sempre uma maior da organização capitalista no sistema de produção artesanal implica na falência do grupo social de artesãos e sua capacidade de reprodução social. Seus primeiros efeitos, na sociedade em geral, é o aumento do número de pessoas pobres; e, não menos importante, o abandono sistemático do ofício. A recusa dos filhos e filhas em seguir uma profissão que, outrora, fora capaz de ser um orgulho para a comunidade, deixa um gosto amargo de decepção quando se conclui que a profissão herdada de seus ancestrais não pode lhes garantir uma família no futuro. Essa perda de perspectiva para com o futuro leva, entre outras consequências, a que os pescadores queiram somente ações que lhes permita sobreviver agora. Nenhuma ação, como uma cooperativa, ou porto de pescadores, torna-se atrativa por que não há a quem deixar o seu ofício.

No mundo, o mercado de peixe é um dos maiores no comércio de carne, isto é, proteína derivada de animais; ele é igual à soma dos comércios de carne de boi, de suíno e de frango juntos. Em 2013, foram produzidas cerca de 160 milhões de toneladas de

³ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desigualdade-piora-em-4-das-5-grandes-regioes-do-pais-em-2017-diz-ibge,70002263916>. Acesso em 10/04/2019.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

peixes no mundo todo⁴. No Brasil, no entanto, os dados de 2015⁵ são mais baixos. Aqui a maior produção é de frango, seguida da de carne de boi e, depois, de porco. Assim, naquele ano, aqui no Brasil foi computada a produção de um pouco mais de 2,7 milhões de toneladas de pescado, ou pouco mais de 7,76% de toda a proteína animal produzida aqui.

Neste contexto, a economia se apresenta como uma das maneiras de organizar as atividades econômicas que utilizam a força de trabalho de comunidades tradicionais. Podemos dizer, com outras palavras, que a economia solidária é um jeito de fazer com que o trabalho de todos possa voltar a servir a todos. Isso pode fazer com que as pessoas tenham uma vida mais confortável. Para isso, a economia solidária persegue dois importantes princípios que é: 1) A equidade, que pode ser vista como sendo a busca da igualdade de direitos, de poder ter uma vida saudável, de poder ir e vir, de ser igual perante a lei e, principalmente, ter o mesmo direito de viver que tem qualquer outra pessoa que habita o planeta Terra e não é ameaçada em seu jeito de viver e defender o que acha certo; e 2) solidariedade, que significa que quando se recebe um favor de uma pessoa, deve-se procurar retribuir esse favor quando essa pessoa precisar.

Esse é o pano de fundo do debate sobre a economia solidária e a economia capitalista. Em termos monetários, em 2015 só de carne de boi foram comercializados cerca de R\$ 97 bilhões de reais. Considerando toda a cadeia de produção do gado, temos algo como R\$ 380 bilhões⁶. Os dados da pesca são mais modestos, em 2013 foram exportados cerca de US\$ 234 milhões de dólares⁷ que, em valores de hoje, com o dólar a R\$ 3,6509, temos um valor atualizado de cerca de R\$ 854 milhões de reais.

E, podemos dizer ainda que a escolha da economia solidária como modo de produção de riquezas por grupos sociais vulneráveis partiu de experiências sociais exitosas que possuem por princípio a emancipação social e econômica. Ela já é praticada no Brasil e vários outros países e os seus resultados são bastante importantes

4 <http://www.fao.org/news/story/pt/item/214518/icode/>. Acesso em 14/03/2016

5 http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Aves_e_suinis/25RO/Cen%C3%A1rio%20Carnes%202014%202015.pdf. Acesso em 14/03/2016

6 <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/brasil-sera-o-maior-produtor-mundial-de-carne-bovina-em-cinco-anos-preve-abiec/>. Acesso em 14/03/2016.

7 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1646472-projeto-de-us-51-mi-poe-pais-no-mapa-dos-peixes.shtml>. Acesso em 14/03/2016.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para as pessoas que vivem dela. A economia solidária já demonstrou em diversas experiências que ela tem o potencial para proporcionar uma maior inserção social, econômica e política dos sujeitos da ação educativa diante da realidade vivida por eles. Trata-se, portanto, de uma alternativa sustentável e viável a ser implementada nas comunidades de pesca, atendidas pelo projeto PEA-Pescarte.

CONCLUSÃO

A economia solidária precisa de uma profunda articulação com as referências tanto culturais quanto produtivas de cada povo em que ela é implementada. A economia solidária só pode ser verdadeira se ela estiver ajudando cada povo a resgatar sua própria identidade produtiva e cultural, ou seja, se ela ajudar a melhorar sua forma de luta e sua organização social. As organizações que praticam a economia solidária devem antes de tudo trabalhar em um diálogo constante entre o modelo de gestão adotado e as pessoas que fazem parte da comunidade. E, para que isso aconteça, é importante seguirmos os princípios que orientam essa boa prática.

O PEA-Pescarte, neste sentido, entende que a autogestão é participativa, com as decisões sendo compartilhadas e construídas coletivamente. Para isso, temos que articular dois pontos importantes para que qualquer negócio dê certo, que são o elemento organizacional e o elemento gerencial. O organizativo diz respeito a como os sujeitos da ação educativa irão montar o seu negócio. Será coletivo? Cooperativo? Associativo? Individual? Cada um tendo o seu próprio bloco de notas? A resposta a estas perguntas irá dizer muito do que as pessoas realmente querem fazer.

As pessoas querem se juntar para somar forças e tornarem-se mais fortes, ou querem apenas um ponto de comércio para cada um individualmente continuar a fazer tudo sozinho? Será que a administração do negócio coletivo precisa ser feita pelos próprios sujeitos da ação educativa ou pode ser feita por um técnico que estudou para isso? De toda maneira, o que se precisa, o que se deseja, a vontade maior é que as pessoas encontrem um espaço em que possam se capacitar. Reforçando, um espaço que seja didático e pedagógico, em que se possa ensinar e aprender a fazer a autogestão para que os sujeitos da ação educativa possam assumir o protagonismo do processo decisório.

Para tanto, tem-se na valorização da cultura e do saber popular o motor de todo o processo de formação de uma pessoa, tornando-a capaz de ver a sua própria capacidade



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de produzir mercadorias como sendo uma manifestação de seu saber, de sua cultura e de sua história. É este enraizamento que permite fomentar uma comunidade solidária, aumentando sua força de atuação.

Mas, tudo isso não pode ser produzido sozinho. É preciso que o Estado, que representa a vontade maior de todos nós, organizado e capaz de mobilizar muitos recursos, esteja a favor dos setores populares. Assim, as instituições públicas são de suma importância na diminuição das dificuldades que existem na implantação de empreendimentos solidários. Importante também é o papel da universidade no assessoramento das necessidades dos sujeitos da ação educativa, pois, como já ressaltado. Vem da universidade boa parte dos conhecimentos que são usados pelo sistema capitalista em suas plantas industriais. Então, se a universidade pode produzir conhecimentos que serão usados pelos grandes empreendimentos, por que não pode produzir conhecimentos que sejam utilizados pelos pequenos empreendimentos?

Acontece que esses pequenos negócios, todos sabemos, muitas vezes não conseguem ir muito longe sozinhos. E uma forma de dar força a esses negócios é por meio de sua integração junto a redes de cooperação e parcerias. Dessa forma, os empreendimentos solidários têm maior possibilidade de alcançarem êxito quando estão juntos, pois conseguem aumentar a sua capacidade de produzir mudanças e angariar recursos que irão lhes dar outras maneiras de produzir e entrar no mercado consumidor. Assim, é importante que os produtores pensem que eles devem procurar tornar toda a sua rede de produção uma rede solidária, isto é, no caso dos pescadores, dominarem a cadeia produtiva desde a pesca até a entrega do peixe na mesa do comprador final, ou seja, indo do mar à mesa.

E, finalmente, temos que pensar que qualquer ação que vá ser desenvolvida pelos sujeitos da ação educativa deverá ter, no mínimo, viabilidade econômica. Portanto, qualquer processo produtivo que seja desenvolvido terá que medir sua capacidade de inserção e competição no mercado.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antônio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GOERGES, Rafael. A distância que nos separa. OXFAM, 2017 In: <https://www.oxfam.org>.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_a_distancia_que_nos_une.pdf, Acesso em 13/06/2018.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O direito dos oprimidos. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

1 – INTRODUÇÃO

Nossa indagação concentra-se nos elos que interligam o modo de produção, a constituição do Estado Capitalista e suas transformações no mundo do trabalho. Ao problematizarmos essa categoria, chegamos ao princípio fundacional do ser social¹ articulado à totalidade social. Portanto, o debate sobre o trabalho envolve uma gama de determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais que precisam ser levados em consideração quando pensamos o trabalho como o princípio da práxis social.

A política estatal não está suspensa nas nuvens; ela nasce no chão da fábrica e quando treme, ela é abalada. Em resumo, se a política de produção não pode ter uma presença diretamente observável no Estado, ela no entanto estabelece limites e precipita suas intervenções. Da mesma maneira, assim como o Estado fixa limites para os aparelhos fabris, estes estabelecem limites sobre as formas de intervenção estatal (BUROWOY, 1990, p. 41).

Dessa forma, o debate a respeito do trabalho na forma da sociabilidade do capitalismo nos leva a refletir a respeito da conformação do Estado como ente organizador da vida em sociedade. É importante deixar claro que as classes sociais inserem-se no terreno do econômico e do político e, portanto, não podemos destituí-las sob o risco de perdemos de vista seus papéis em diferentes conjunturas. Poulantzas (1971) nos indica três níveis ou três momentos das relações econômicas e políticas na sociabilidade do capital: os dois primeiros ligados ao espaço do econômico, em que a dominação do capital criou uma massa cuja situação mostrava-se comum a todos, assim como seus interesses. Tínhamos nesse momento uma “classe em si” face ao capital, mas “não para si”:

As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação

1 Como princípio ontológico do ser social, o trabalho é compreendido como atividade cujo poder de transformar a natureza, com o objetivo de responder à sua necessidade, assenta-se na concepção de sua própria reprodução social. Dessa forma, o trabalho é o sustentáculo do mundo dos homens, um salto ontológico que revela o homem além de suas meras determinações biológicas.

comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe ao capital, mas não é ainda uma classe para si. Na luta, da qual só assinalamos algumas fases, esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política (MARX, 1987, p.64).

Essa perspectiva nos indica a necessidade da visão de totalidade para se pensar as classes, ao mesmo tempo em que indubitavelmente nos adverte que as classes têm uma história, têm uma ontologia que não pode diluir-se em meio a buscas visionárias da verdade científica². Mattos (2007) reafirma esse elemento em Marx utilizando-se das ideias de Bensaïd (1999, p.148) quando destaca a necessidade da análise de “uma totalidade relacional – não há classe senão na relação conflitual com outras classes”. A totalidade relacional nos indica que,

[...] as classes já não são determinadas unicamente pela extorsão da mais-valia ou pelas categorias trabalho produtivo e improdutivo, mas pela combinação da relação de exploração na produção, da relação salarial e da produtividade/não produtividade do trabalho na circulação, da distribuição global da renda na reprodução global (BENSAÏD apud MATTOS, 2007, p. 38).

Interpomos assim essa consideração de que a classe social deve ser pensada sob uma perspectiva relacional, em que as relações sociais conotam, na sociedade de classe, os espaços determinados a cada agente no modo de produção e na formação social – com destaque para o papel do Estado.

O que temos nesse momento, então, são dois níveis de análises: um primeiro, ligado,

2 Para efeito de curiosidade, Poulantzas criticava a leitura histórico-genética das classes sociais que pensam que os homens é que fazem sua própria história – crítica essa muito presente nas análises estruturalistas que retiram o sujeito como o motor da história. Critica também as análises economicistas, operadas por Lukacs onde “[...] A classe social estaria localizada só ao nível das relações de produção concebidas de uma maneira economicista, isto é, reduzida à condição dos agentes no processo de trabalho e às suas relações com os meios de produção” (POULANTZAS, 1971, p. 68). Penso que essas críticas fizeram com que Poulantzas não visualizasse que o processo de individualização passava sim por um processo ontológico do ser social a partir do trabalho. A “classe em si” tem aí uma formação embrionária importante, que vai dar todo o suporte para se pensar a “classe para si” e sua articulação na máquina do Estado e na forma como esta classe trabalhadora e suas demandas vão ser mecanismos de pressão na decisão pública no que diz respeito tanto à política social como ao próprio processo de governabilidade e legitimidade governamental frente à luta de classes.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mais precisamente, ao terreno da produção, sociabilidade e alienação, em que o indivíduo entendido como coletivo mantém relações, determinadas pelo meio de produção, que polarizam dois campos opostos, marcados pela presença do proprietário e não proprietário dos meios de produção. O segundo momento liga-se às formações sociais concretas, nas quais etapas estruturais e seu domínio-efeito dinamizam as relações sociais e a luta de classes.

Desta forma, a essência humana não é algo que paira acima do indivíduo; ela está assentada no conjunto de relações sociais que compõem uma sociabilidade específica, tendo como norte a ideia de que as formas de produção criam, organicamente, suas próprias relações jurídicas e políticas. Portanto, não podemos incompatibilizar os momentos de estrutura e momentos de ação, ao mesmo tempo em que compreendemos que a composição das classes não diz respeito somente ao nível econômico, mas se estabelece como efeito dos níveis – político e ideológico – de um modo de produção incrustados na formação social (IAMAMOTO, 2011; BOITO JÚNIOR, 2007; POULANTZAS, 1971; MATTOS, 2007).

A existência de classe perpassa a prática de classe, ou seja, a luta de classe. Portanto, todo um conjunto analisado na sua totalidade nos dá um material muito mais rico quando percebemos que a luta econômica não está dissociada da luta política. As duas se retroalimentam e se complementam na formação das classes e suas lutas no espaço social formalmente constituído.

O que está em jogo nesta distinção é o fato de que uma forma de sociabilidade carrega em si mesma uma matriz que se alinha à tese de que a combinação concreta de uma formação social é o efeito respectivo dos modos de produção, ou seja, uma formação social sob um modo de produção não deve ser vista em meio à sua pureza, mas sim em meio aos seus processos e combinações, de sobredeterminação e subdeterminação de classes. Esses elementos são importantes para mapear a composição jurídico-político-ideológica e econômica que guiará a sociabilidade e as forças sociais de uma formação social e suas relações³.

3 Destacando, aqui, que toda relação de classe é uma relação de poder. Isto “não é de maneira alguma admitir que as classes sociais estejam fundadas em relações de poder, tendo como campo as relações sociais, são relações de classe e as relações de classe são relações de poder, na medida em que o conceito de classe social indica os efeitos da estrutura sobre as práticas, o poder e os efeitos da estrutura sobre as relações entre práticas das classes em luta” (POULANTZAS, 1971, p. 118).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Poulantzas (1971) chama atenção para o fato da não homogeneização interna das classes dominantes e dominadas, em que cada qual tem seus conflitos e diferenças, homogeneizados apenas pelas ideias de dominação e de superação dessa dominação. Isso nos dá indícios para pensar as “danças das classes” no campo da luta política, em que elementos novos adentram o espaço do Estado modificando relações, até então tipificadas, por conjunturas de dominação concreta em situação histórica também concreta. Ou seja, a entrada de novos atores – e conseqüentemente de novas demandas – pressionam a agenda política e a dinâmica de inserção de segmentos da classe dominada no campo político por “efeitos pertinentes” (efeitos esses que, no nível da luta política, desenrolam conseqüências no plano da representação, ação e formação de alianças). É fato que esse movimento de oportunidade, presente no princípio democrático de participação, está repleto de restrições e manobras políticas que sumarizam os limites do confronto político ao nível da sustentabilidade da própria dinâmica de controle das classes sociais.

Toda classe social tem poder para forçar a decisão pública. O problema encontra-se na intensidade desse poder que emana das classes, ou seja, estamos em meio ao movimento dialético do poder que se materializa nas relações concretas entre as classes em conflitos. Esse debate torna-se importante no momento em que percebemos que toda uma estrutura de dominação, seja ela no campo do direito ou das políticas públicas, perpassam o conflito e a luta, determinando a relação específica de dominação e subordinação das classes. Esta “relação de poder implica, pois, a possibilidade de demarcação de uma linha nítida, a partir da oposição entre os lugares de dominação e subordinação (POULANTZAS, 1975, p. 47). É importante notar que a realização dos interesses tem seus limites assegurados pelo discurso da importância do melhor para a coletividade. Na verdade, o mover político tenta retirar o interesse como algo atrelado a uma classe específica, alinhando-o ao bem-comum e intrujando o campo da luta política como um campo neutro e de equalização dos poderes presentes no campo em disputa. Essa ilusão de que as instituições da democracia burguesa têm um potencial transformador e equalizador, por si só é um construtor ideológico que visa fragmentar a luta política das classes dominadas, introduzindo o universalismo como dínamo que tudo unifica sem que o efeito de isolamento torne-se uma realidade visível.

Essa dinâmica nos coloca diante do papel do Estado no modo de produção capitalista como o espaço que busca, mesmo que em termos ideológicos, unificar as classes e, conseqüentemente, escamotear as relações de classes, apresentando-se como o repre-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

sentante do interesse geral concorrente, como aquele que sumariza a luta de classe na equalização do bem de todos os cidadãos. A dinâmica presente no Estado se dá de forma também, relacional, ou seja, o Estado materializa e concentra as relações de classes, portanto o Estado não se encontra em situação de flutuação na análise social; ele está lastreado pelo modo de produção capitalista, na sua produção de mais valia e na divisão social do trabalho. O Estado desempenha “um papel especial na luta de classe, o que explica sua presença nas relações de produção”. Como salienta Poulantzas:

[...] Onde existe divisão de classes, há, portanto luta e poder de classe, existe o Estado, o poder político institucionalizado [...]. O Estado baliza desde então o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes (POULANTZAS, 2000, p. 37).

O Estado tem como manobra desfigurar a desigualdade das relações econômicas com princípios democráticos de participação cívica, deslocando a luta da esfera econômica para o campo “neutro” da luta política. Ou seja, a figura do cidadão criado como um indivíduo mágico possuidor de uma linguagem do direito acessível a quaisquer indivíduos torna-se um imperativo constituidor. Esse “efeito de isolamento” oculta, dos agentes sociais, sua real posição de classe dentro da estrutura social, ao mesmo tempo em que a ideia de classe fica diluída na atomização do indivíduo que só consegue visualizar-se como tal no “efeito de representação da unidade, plasmado na figura ideológica do povo-nação” (BOITA JÚNIOR, op. cit., p. 27). O “povo” é pensado enquanto massa de indivíduos-cidadãos, inseridos na participação da comunidade política via sufrágio universal (este entendido como substrato da vontade política). A igualdade e a liberdade assegurada pelo “Estado de Direito” se sistematizam em todo um conjunto de leis baseado nesses princípios e substancializado no corpo político.

Esse isolamento, engendrado na sociedade burguesa pela dinâmica da individualização do agente social, transforma o ato originário do ser social, o trabalho, como um produto no campo do mercado. Isto faz com que o “indivíduo nu” seja um receptor de marcadores sociais da diferença, condicionando-o a princípios desiguais de igualdade – impedido de comandar o processo social e muitas vezes impedido de participar dele por mecanismos seletivos que comandam a inclusão de demandas na órbita do jogo político presente no Estado. Em outras palavras, o Estado tem a função de representar



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

a unidade das relações isoladas instituídas no corpo político, ao mesmo tempo em que reflete as contradições internas entre o público e o privado, o direito privado e o direito público, cujo resultado é a perda da visão de seus espaços delimitados.

A relação entre Estado e a forma de sociabilidade do capital expõe os parâmetros do desenvolvimento social e jurídico-político que regulam os indivíduos em sociedade. Isto significa que o indivíduo social deve ser pensado como produto histórico que se inter-relaciona em um jogo de influência e confluência recíproca no espaço das relações sociais, que têm como base orgânica as condições materiais de vida. Dessa forma, o homem deve ser pensado como um indivíduo que para:

[...] prover suas necessidades interage com objetos de natureza orgânica e inorgânica. Ainda que parte da natureza, suas atividades vitais diferenciam-se, pelo trabalho, dos demais seres naturais, que se limitam a consumir diretamente os objetos dados no meio natural. Sendo o trabalho a atividade vital específica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, produzindo valores de uso. O homem é um agente ativo, capaz de dar respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, através da atividade laborativa. Como agente ativo, amplia incessantemente o círculo de objetos que podem servir à atividade vital humana, seja para seu consumo direto, seja como meio de trabalho. Vive em um universo humanizado, ele mesmo produto da atividade humana de gerações precedentes: de objetivações de suas experiências, faculdades e necessidades (IAMAMOTO, 2011, p. 39-40).

Esse homem que transforma a natureza – via trabalho – e é transformado, carrega em si o potencial de transformar também o meio em que vive e desenvolve suas atividades. Esse potencial é o dinamizador para o processo de racionalização que visa a perguntas e respostas que enriquecem não só sua atividade, mas que também emanam da vida social baseada no “nascimento da consciência e do conhecimento humano”. Dito de outro modo, o desenvolvimento da atividade laborativa e as novas necessidades, daí advindas, possibilitam a “objetivação de forças essenciais humanas” e criando “a possibilidade permanente de evolução humana: a própria história” (IAMAMOTO, 2011, p. 42).

MOVIMENTOS SUBTERRÂNEOS E AS ARENAS DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Ao focarmos nossa análise no Estado, não estamos suprimindo a autonomia da classe trabalhadora ou tornando-a dependente do Estado, mas sim colocando em pri-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

meiro plano a luta política das classes e suas metamorfoses no emoldurar do Estado e das instituições da sociedade.

O Estado tem uma função orgânica na luta e na dominação política, ou seja, já é sabido que o Estado capitalista tem como classe gerencial a burguesia – classe politicamente dominante –, mas é necessário entender que esse Estado não é um espaço de dominação unívoca da burguesia (mas, sim, um espaço de unidade política das classes dominantes). Ele é um espaço de organização das lutas tanto das classes como das frações de classes, em que sua composição sociogenética alinha-se ao campo dos embates classistas. O que está dito é que o Estado é um espaço de organização dos interesses⁴, onde as correlações de forças – entre classes e frações de classes – compõem vetores que direcionarão a decisão pública de acordo com os interesses em pauta.

A dinâmica interna da classe burguesa e a forma como organiza seus interesses nos reporta ao entendimento da transformação alquímica dos interesses do bloco no poder como interesse geral. Ao precisarmos que o bloco no poder se compõe de várias frações da classe burguesa, afirmamos também que o Estado - como organizador - tem na classe ou fração de classe hegemônica a instauração da unidade conflituosa da aliança de poder e, no equilíbrio entre os interesses divergentes, a busca do “bem comum”.

As redes de interesses que compõem a estrutura do Estado manifestam-se em redes que destituem o Estado de qualquer entendimento de neutralidade, constituindo ao invés disso um espaço atravessado pelo componente relacional de classes e frações de classes nas lutas e alianças em torno de interesses específicos. As redes, dessa forma, devem ser entendidas como um processo de intercâmbio e de negociação entre diversos atores que interagem para trocar recursos e informações. Nesse sentido, os processos decisórios devem ser analisados a partir da ideia relacional entre o Estado e grupos sociais para dirigir e gerir assuntos públicos, tendo como guia a interação de uma complexa rede de atores sociais, englobando órgãos estatais descentralizados, organizações da sociedade civil e instituições de mercado.

Para Fleury & Ouverney (2007), as políticas resultam de jogos que envolvem recursos

4 Hirschman (2000), ao penetrar os meandros do edifício do pensamento social em busca de como os interesses foram convocados para contrabalançar as paixões, nos dá indícios para pensar como os mesmos foram e são mecanismos restritivos, como guia para ação, no plano dos governos e seus processos decisórios e de como o mercado começou a ser pensado em termos de igualdade, ou seja, o mercado equalizava os indivíduos: “todos os indivíduos são iguais no mercado” guiados pelo diferenciador do dinheiro.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

como: poder, status, legitimidade, informação e dinheiro. Envolvem, também, regras prevalecentes e mutáveis frutos de interações que regulam o comportamento dos atores, bem como a imagem da realidade em que os atores interpretam e avaliam seu curso de ação e o de outros atores e, por fim, a relação de interdependência dos atores envolvidos em uma rede de políticas.

A política do Estado dar-se-á dentro de um campo complexo que envolve o processo de contradições interestatais entre seus setores e aparelho Estado e a influência dos movimentos sociais de massa em seus planos de ação. Esse movimento relacional entre as classes, quando observado de forma desinteressada, revela o processo estratégico que está por trás de políticas incluídas no campo da positividade do direito, revelando seu movimento contraditório como limitador do mesmo processo de ampliação que a tempo engendrou no seio da sociedade.

[...] o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo de um processo estratégico, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decolagens uns em relação aos outros. Emanam daí táticas movediças que se corporificam nos aparelhos estatais. Esse campo estratégico é transpassado por táticas muitas vezes bastante explícitas ao nível restrito onde se inserem no Estado, táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impactos em determinados aparelhos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se chama “a política” do Estado, linha de força geral que atravessa os confrontos no seio do Estado (POULANTZAS, 2000, p. 139).

O Estado é um espaço estratégico e relacional de conflito entre as classes e frações de classes e suas fissuras representam pontos estratégicos de ascensão para os movimentos de massa e de suas organizações políticas ao poder – ou ao menos como dispositivo de pressão que consequentemente influenciará a decisão pública. É fato que o tamanho dessas fissuras e a forma como esses movimentos de massa adentram o campo da luta de classes no perímetro estatal estão condicionados a variáveis como: a ampliação do direito, níveis de participação política e, princípios democráticos básicos. Ou seja, pressupõe que o Estado de direito seja engendrado em sua plenitude. E é nessa arena – sedimentada por essas variáveis – que o poder dos movimentos sociais, solidificado fora da esfera do Estado, encontra ambiente perfeito para se impor como luta política e forçar (usando as mais diversas estratégias como o uso da mídia, protestos, acionando organismos de defesa nacional e internacional de direitos humanos, etc.) a decisão



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

política em prol de suas demandas.

Mas, não podemos perder de vista o fato de que o Estado burguês em sua unidade altamente divisível tem como objetivo último a individualização, a fragmentação da classe trabalhadora e a desorganização das massas dominadas, quer dizer, esse paradigma nos revela o ambiente limitador da luta política dentro da estrutura do Estado, mesmo comprometendo-se com demandas divergentes ao projeto de hegemonia. Esse movimento de mão dupla em que a luta de classe, num primeiro momento, origina-se fora do Estado – em meio às relações sociais cotidianas –, depois adentra o Estado como luta política e é devolvida à sociedade como decisão política ancorada no “bem geral de todos”.

É precisamente com base nessa configuração que o Estado, mesmo reproduzindo em sua estrutura os mecanismos da relação dominação/subordinação, produz fissuras que possibilitam a penetração dos movimentos de massa em sua ossatura. É visível que o movimento tectônico engendrado pela pressão popular vem aumentando consideravelmente as dimensões dessa fissura, pondo em xeque a ideia de que as classes populares sempre estiveram presentes no Estado, sem que isso tenha modificado jamais alguma coisa no seu núcleo essencial. Mas concordamos com o pressuposto de que a ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante, ou seja, os interesses e as demandas engendram pautas de lutas que se dão no campo relacional dos vetores do poder que condicionam o resultado do jogo social.

Convém ressaltar que o Estado prolonga seus tentáculos tanto na produção regulatória de leis e ações governamentais, em nome de um projeto hegemônico de dominação de classe, como interfere na acumulação e reprodução do capital. O que estamos delineando, com esse pressuposto, é a indissociabilidade da estrutura em relação à superestrutura na produção do bloco histórico (PRZEWORSKY, 1987). Essa concepção, iniciada por Gramsci no entendimento entre forças materiais e ideologia, nos faz pensar a produção material da riqueza e a produção ideológica que sedimenta uma forma de dominação e espoliação da classe trabalhadora, assim como a forma como o Estado lida com as ações governamentais que visam a equalizar a taxa tendencial de lucro e a reprodução ampliada da força de trabalho (GRAMSCI, 1999).

O desenvolvimento das forças materiais e o aperfeiçoamento da ideologia tem como fator resultante o desenvolvimento histórico das formações sociais capitalistas, alinha-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

das a instrumentos coercitivos de persuasão das forças político-sociais em disputa no campo da hegemonia. Dessa forma, o embate entre trabalho e capital vai propor ao Estado, em seu papel de cumulação e reprodução do capital, o receituário de inclusão de temas considerados centrais para ampliação da força de trabalho (seja ele ligado à qualificação da força de trabalho, seja ao meio ambiente, saúde, transporte, ordenamento urbano, segurança pública etc.).

[...] a questão social [...]. Historicamente foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representava a ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais-histórico-econômicas de produção específicas. Em sua dinâmica, produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. Existe, pois, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, isto é, a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Reter essa dupla e indissociável dimensão da análise – a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza é fundamental (IAMAMOTO, 2001, p. 11-12).

É nesse contexto descrito por lamamoto que a questão social⁵ adentra as arenas do Estado por meio de suas fissuras, e pela luta dos movimentos de massas no ingresso no cenário político. Ela compõe – mesmo que de forma lenta e gradual – uma agenda de direitos frente ao bloco no poder. Dessa forma, “foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social

5 Segundo lamamoto (2001, p. 16-17), “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposta à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalho livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolvendo simultaneamente uma luta aberta e surda pela cidadania”.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos” (2001, p. 17).

Em meio ao processo de individualização e de fragmentação da unidade de classe, dominada e articulada pelo bloco no poder e seu projeto hegemônico de dominação, a questão social é pensada pela classe dominante em duas linhas de ação: uma que busca atribuir a culpabilização dos problemas sociais vivenciados pelos indivíduos como incapacidade própria, como se o indivíduo autogerasse os alicerces da desigualdade social e de seu lugar residual na forma sociedade capitalista. Uma segunda linha de ação e pensamento em que o Estado organiza materialmente o espaço político-social da acumulação do capital – cujo movimento de avanço e recuo de suas ações dar-se-á em meio ao movimento do capital e do trabalho e seus níveis de tensão.

Esse debate nos coloca no árido terreno de discussão do papel econômico do Estado na linha de ação da queda tendencial da taxa de lucro e da reprodução ampliada da força de trabalho. Em que essas funções econômicas do Estado são ditadas pela acumulação e reprodução do capital, nesse espaço específico, sua imagem do garantidor de bem-estar coletivo parece revelar-se em seu contrário, ou seja, a garantia do bem-estar, sua seletividade e sua extensão estão completamente subordinadas ao interesse do capital (OFFE, 1984; HIRSCH, 2005; PRZEWORSKY, 1987).

Assim, o padrão de ação do Estado direciona-se ao conjunto de domínios econômico-sociais importantes no processo de acumulação do capital que, ao mesmo tempo em que dá suporte a esse processo, tenciona os níveis de exploração por meio de medidas compensatórias e setoriais como forma de apaziguar as privações sofridas, ou como forma de manter níveis de consumo – mesmo que precários – no *doux commerce*.

Para Poulantzas (2000), a linha mestra de entendimento desse processo alinha-se à **baixa tendencial da taxa de lucro**, em que o Estado intervém como **recursos de contratendência** de forma a manter as taxas de lucro médio. Esse processo expõe os limites da exploração e o movimento de luta das classes dominadas em direção contrária, forçando uma resposta por parte do Estado. Diante do exposto, a política social está atrelada ao espaço do conjunto das forças e lutas políticas em processo, que tencionam o espaço da produção e reprodução do capital, colocando-a em meio à totalidade complexa do capitalismo.

Uma variedade de contratendências à queda “**tendencial da taxa de lucro**” pode ser



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

visualizadas na forma de sociabilidade do capital (dentre elas: velocidade de rotação do capital, tempo de produção, redução do tempo de circulação, redução de investimentos, desvalorização de uma parcela do capital constante e do aumento da taxa de exploração). Ao focalizarmos, de forma incisiva, essa última contratendência, perceberemos que o Estado toma as rédeas do desenvolvimento nacional, estatizando o capital, produzindo mais-valia e as transferindo, principalmente no Brasil, para o setor industrial. É em meio à nossa formação social que podemos visualizar o Estado estruturando formas, através de empresas estatizadas, na produção de mais-valia relativa, levando a uma agudização da questão social entre nós.

É em meio às alterações nas formas de produção (com o primado cada vez mais constante do “trabalho morto” sobre o “trabalho vivo”, visualizando a alta produtividade do trabalho e das inovações tecnológicas), e a gestão do trabalho em face à mundialização do capital, que se coloca o papel do Estado no processo produtivo. Coube, num primeiro momento, ao Estado, um papel essencial de reprodução ampliada da força de trabalho, papel esse que ultrapassou a simples estratégia do processo de qualificação, ficando a seu cargo os espaços da pesquisa científica, inovações tecnológicas, reestruturações industriais, ensino de formação profissional, assim como moradia, saúde, transportes, assistência social, divisão territorial e consumo coletivo. Ou seja, o que está por trás dessas medidas de reprodução/regulamentação ampliadas da força de trabalho são os altos índices de exploração, em favor do crescimento dos lucros e do desenvolvimento capitalista.

Com essa questão posta em primeiro plano, convém esclarecer que o Estado, ao privilegiar campos de intervenção essencial, tem como parâmetro os limites impostos pelas relações de produção, ou seja, as políticas sociais têm como objetivo último⁶ a alta produtividade da força de trabalho e o aumento da mais-valia relativa, assim como o mecanismo de precarização do trabalho. Esses objetivos caminham na lógica de que, nos patamares sociais de hoje, é necessário reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade do capital, com leves pinceladas de um desenvolvimento justo e minimamente igualitário.

A intervenção do Estado no campo social não está associada a uma concepção de ação

⁶ É importante ficar claro que não estamos aqui, destituindo os avanços, as lutas e conquistas pela classe trabalhadora em torno da política social, apenas delineando que as mesmas se enquadram em meio a aspectos políticos/ideológicos diretos de interesses do capital.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

estratégica rígida, muito pelo contrário. Alinha-se a uma mobilidade de ação, tendo como fio condutor os interesses privados articulados no bloco do poder. Dessa forma, ao olharmos as diferentes etapas do capitalismo podemos visualizar diferentes estratégias de ação do Estado no campo social, como: ora mais atuante – em contexto social específico – na área social (como o *Welfare State*), ora em níveis de redução de sua ação nos gastos sociais (como na concepção neoliberal).

Analisando este último momento, o que visualizamos é a privatização da coisa pública como uma constante na qual o Estado está cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania nacional. Nos arautos justificativos encontra-se a insustentabilidade dos gastos públicos na área social e seus princípios de universalidade e gratuidade, criando uma pressão nos gastos do Estado, sendo, dessa forma, necessária uma redução drástica e o repasse para o mercado da função de eixo regulador da vida social – desembocando na tão hoje propalada privatização da seguridade social no Brasil⁷.

Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam as formas (de?) sociabilidade. Vive-se a “sociedade de mercado” [...] e os critérios de racionalidade do mercado [...] invadem diferentes esferas da vida social. [...] Forja-se uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo, em que cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade [...], ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias, Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilidade das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais (IAMAMOTO, 2001, p. 21- Grifos do autor).

7 Ver: SALVADOR, Evilasio. “Fundo Público e a Seguridade Social no Brasil”. São Paulo, Cortez, 2010; BEHRING, Elaine Rossetti. “Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perdas de direitos”. São Paulo, Cortez, 2008; WERNECK VIANA, Maria Lucia Teixeira. “A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas”. Rio de Janeiro, Revan; UCAM; IUPERJ, 1998. Para um debate específico sobre previdência privada, GRANEMAMM, Sara. “Para uma Interpretação Marxista da Previdência Privada”. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

É em meio à construção ideológica do *doux commerce* que as formas de normatização disciplinar, ancoradas na mentalidade utilitarista, se relacionam com os preceitos político-ideológicos capitalistas e ultrapassam o nível do político instaurando uma forma de sociabilidade que reafirma a individualização e a fragmentação das classes nas lutas por direitos. O Estado, ao tomar para si algumas áreas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico – principalmente as medidas que visam a beneficiar as classes dominantes como regras de impostos, subsídios e outros mecanismos regulatórios da economia – tem como objetivo mascarar o conteúdo de classes em suas medidas, em meio à ideologia do representante do bem-estar e dos interesses comuns acima das classes sociais.

O engajamento do Estado na área social, principalmente no que diz respeito à reprodução ampliada da força de trabalho, ratifica-se em duas propostas de ação: uma primeira ligada à intensidade da luta política das classes dominadas de compor suas necessidades na agenda política do Estado; e uma segunda, atrelada à estratégia de antecipar, por parte do Estado, as demandas reprimidas antes que estas tornem-se fortes lutas políticas, implicando a ampliação de benefícios às classes dominadas, além dos sacrifícios materiais suportáveis pela ideologia dominante. As linhas limites dessas demandas encontram-se demarcadas pelo princípio de que todas elas devam estar no campo estratégico a favor do capital ou compatível com sua reprodução ampliada.

Em meio ao “cabo de guerra” das classes, a seletividade aparece como processo político de concessão de direitos a determinadas frações das classes dominadas, sejam eles por pressão ou por antecipação estratégica do Estado, e acabam por delimitar campos negativados, tendo como pressuposto a ideia de lugares políticos necessários ao controle jurídico-policia e assistencial da força de trabalho. No campo da assistência, Fleury (2008, p.44) analisa que:

Além de reconhecerem a evidência de uma necessidade, propõem-se a aliviá-la de alguma maneira. Começam assumindo que esta situação de necessidades decorre de um problema de caráter do necessitado, razão pela qual a assistência é promovida em condições que tentam compensar falhas passadas e prevenir futuras” de modo a não prejudicar a lucratividade do capital.

O patamar criado com esse quadro é que o Estado capitalista neoliberal, com o objetivo claro da reprodução ampliada do capital, alinha-se a estratégias de estigmatização e desqualificação do serviço público – como um serviço de segunda qualidade, dire-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

cionado aos não possuidores de alternativas interpostas pelo mercado – e das medidas de desregulamentação/precarização das relações de trabalho – e seus consecutivos aumentos das taxas de mais-valia e exploração – em favor da elevação das taxas médias de lucro. O Estado neoliberal, como medida de descompressão social, visa a dividir com diferentes parceiros, como ONGs, igreja, movimentos sociais – em suma com o chamado terceiro setor – o papel de gestores da desigualdade social e dos marcos mínimos de acesso a benefícios sociais. A lógica da diminuição da ação do Estado no campo da política social e sua focalização em parcelas mínimas da classe dominada constituem uma estratégia eficiente de contratendência à queda tendencial da taxa de lucro, já que, dessa forma, libera recursos do Estado para o campo da reprodução ampliada do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente capítulo foi de ampliar o debate a respeito da análise relacional entre a classe trabalhadora e o espaço do Estado, como um espaço estratégico de conquistas e de lutas. Portanto, o Estado capitalista desempenha um papel importante na concepção e regulação do mercado de trabalho. Esse processo ganha densidade analítica quando nos debruçamos no protagonismo assumido pelo mesmo no contexto expansionista do pós-segunda guerra via reestruturação produtiva.

Para capturarmos a essência desse processo, devemos partir do pressuposto de que a reestruturação produtiva deve ser analisada respeitando sua divisão no que diz respeito ao trato com a categoria trabalho. O primeiro momento é protagonizado pelo regime de acumulação Fordista-Keynesiano, e o segundo pelo Toyotismo. Essa divisão nos possibilita visualizar a forma primeira com que o capitalismo explora a força de trabalho e, numa segunda etapa, aprofunda sua exploração capturando a subjetividade do trabalhador, portanto sua atividade criadora teologicamente orientada.

O modelo de acumulação Fordista-Keynesiano tem como características o surgimento, consolidação e ampliação do imperialismo, aliado a uma nova forma de organização e gerenciamento da produção (fordismo), o desenvolvimento tecnológico e novos modos de regulação social (keynesianismo). Seguiu-se de uma produção em massa assentada na padronização dos produtos, tendo como metodologia de exploração do trabalho: a) a separação entre a concepção e execução das tarefas e b) a criação da linha de monta-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

gem em série. Nesse modelo produtivo, o quadro formado é de uma padronização do trabalhador e sua perda de controle sobre o processo produtivo e seu produto.

O Estado nesse momento histórico incorpora novas funções com o objetivo claro de promoção ao desenvolvimento industrial/comercial. Essa estratégia visava a assegurar a reprodução da força de trabalho via construção de um “Pacto Social” que desaguou nas diversas experiências de *Welfare State*, Keynesianismo e as políticas populistas (ou Estado Desenvolvimentista) nos países latino-Americanos. O “Pacto Social” foi sugerido por forte pressão da classe trabalhadora, por políticas sociais, pleno emprego e legislação trabalhista, ou seja, por uma luta da classe trabalhadora pela propalada ampliação da cidadania.

O segundo momento da reestruturação produtiva vai ser marcado pelo Toyotismo e suas variantes de inovação organizacional (*Just-in-time*; *Kaban*; Programas de Gerenciamento Pela Qualidade Total e a organização da produção em grupos de trabalho – Team Work), tecnológica (com advento da microeletrônica, telemática e novas tecnologias informacionais e em rede) e de alteração na relação de trabalho, agora mais flexibilizado e marcado pela terceirização.

Os dispositivos organizacionais do Toyotismo para o seu perfeito funcionamento exigem que um novo tipo de trabalhador seja concebido, como resposta aos parâmetros do mercado de trabalho, exigindo a polivalência e o pensamento pró-ativo como elemento de primeira importância na inserção laboral desse novo tipo de trabalhador. Nesse momento, também podemos lançar a hipótese de que a exploração encontra seu ponto mais profundo, pois o trabalhador, além de vender sua força de trabalho, agora se vê obrigado a vender seu saber, sua disposição intelectual.

A empregabilidade alinha-se a esses elementos de habilidades cognitivas e comportamentais. Esse trabalhador deve apresentar habilidades de “leitura e interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual”, além das habilidades comportamentais como: “responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação” (Teixeira, 1998). Essa polivalência assola ainda mais a classe trabalhadora que, em meio a tantos ramos de qualificação, fica totalmente alijada de seu processo de exploração, não o reconhece, apenas vivencia seus efeitos físicos e psicológicos. Tendo a exploração atingindo seu ponto mais profundo.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JÚNIOR, Armando. Estado, Política e Classes Sociais: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. O Sindicalismo na Política Brasileira. Campinas: EDUCAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

_____. O Sindicalismo na Política Brasileira. Campinas: EDUCAMP, 2005.

FLEURY, S.F. & OOVERNEY, A.M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRANEMANN, Sara. Para Uma Interpretação Marxista da 'Previdência Privada'. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

_____. A condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HIRSCH, Joaquim. Qué Significa Estado? Reflexiones Acerca de la Teoría Del Estado Capitalista. Revista de Sociologia e Política, n. 24, p. 165-175, Jun, 2005.

HIRSCHMAN, Albert O. As Paixões e os Interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e Individuo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canvieira paulista. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____. A Questão Social no Capitalismo. In Revistas da Associação Brasileira de Ensino



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, Ano ii, n. 3, Janeiro a Junho de 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. La Internacional. Obras Fundamentales de Marx y Engels. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1981.

_____. Sindicalismo. São Paulo: Ched, 1980.

MARX, Karl. A Questão Judaica. 4. ed. São Paulo, Centauro, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e Luta de Classes: atualidade de um debate conceitual. Revista Em Pauta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 20, 2007.

_____. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTAÑO, Carlos & DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2010.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Poder Político e Classes Sociais do Estado Capitalista. Volume I e II, Porto: Portucalense Editora, 1971.

_____. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PRZEWORSKY, Adam. Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

TEIXEIRA, Ana. Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações, Revista Trabalho e Educação, UFMG/NET, Belo Horizonte, 1988.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda

INTRODUÇÃO

Conforme abordado no capítulo anterior, existem muitos empreendimentos solidários de sucesso no Brasil e no mundo que nos motivam nesta caminhada. É possível, por meio da economia solidária, construir alternativas de produção baseadas na cooperação, com potencial para transformar radicalmente realidades sociais injustas.

A economia solidária é uma resposta dos trabalhadores às mudanças ocorridas no mundo do trabalho: desemprego, condições precárias de trabalho, terceirização, concentração de renda – ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres – e destruição do meio ambiente.

Neste contexto, a economia solidária está relacionada aos processos de luta em que os trabalhadores buscam meios para melhorar as suas condições de vida. Ela não é apenas fruto de uma lei, mas de ações e práticas que objetivam transformar a realidade social e econômica a partir da organização de trabalhadores, na busca por romper com padrões de exploração. Considerando a multidimensionalidade dos problemas sociais, a economia solidária apresenta uma concepção integrada de transformação e emancipação social.

De acordo com Laville e Gaiger (2009), embora possua acepções diferentes de acordo com o país, o conceito de economia solidária gira em torno da ideia de solidariedade, em oposição ao utilitarismo individualista que marca o capitalismo. É o que Cattani (2009) chama de “Outra Economia”: mais justa, solidária, comprometida com valores que respeitam as pessoas acima da busca desenfreada pelo lucro. Neste “contra-movimento”, temos a configuração de uma nova dinâmica econômica e social e a promoção de um intenso espaço de debate, contestação e ação, no qual se estabelecem os interesses dos trabalhadores.

Romper com a exploração e a alienação é determinante neste processo, uma vez que, de acordo com Singer (2002), naturalizamos o capitalismo por seu aspecto dominante. Segundo o autor, a competição na economia de mercado possui efeitos sociais perversos: o que acontece com os empregados das empresas que não alcançam a lucratividade.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de esperada? E com os desempregados? Há uma lógica de vencedores e perdedores nesta competição. Assim, o capitalismo produz uma desigualdade crescente em sua trajetória. Segundo o autor:

Enquanto os primeiros acumulam capitais, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais (SINGER, 2002, p. 8).

Assim, para que em uma sociedade predomine a igualdade entre todos os seus membros, é preciso que a economia seja solidária em vez de competitiva. A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a “associação entre iguais” em vez do contrato entre “desiguais” (SINGER, 2002).

**A economia solidária é um modo de produção,
cujos princípios básicos são a cooperação,
solidariedade e propriedade coletiva do capital.**
(Singer, 2002)

Desta forma, neste texto, serão abordadas as principais características da economia solidária e dos empreendimentos solidários: 1) Autogestão e deliberação democrática; 2) Cooperação, parcerias e redes de apoio; 3) Divisão justa; 4) Preocupação com o meio ambiente; 5) Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular e 6) Igualdade de direitos entre homens e mulheres. Estas características diferenciam a economia solidária do modo de produção capitalista, consolidando uma base produtiva mais justa e solidária, fomentada por relações de cooperação e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

pelo fortalecimento comunitário.

**No Capitalismo, o foco está no lucro.
Na Economia Solidária, o mais importante são as pessoas,
a valorização do ser humano. Temos, na Economia Solidária,
a busca pela emancipação econômica, política e social.**

Na Economia Solidária, alguns elementos são essenciais para o êxito dos empreendimentos. Vamos entender um pouco mais.

AUTOGESTÃO E DELIBERAÇÃO DEMOCRÁTICA

A autogestão é o princípio básico da economia solidária. Significa que a empresa solidária é gerida por seus trabalhadores. Não há a figura do patrão, e os trabalhadores são proprietários e gestores de suas atividades. O princípio democrático – no qual todos têm voz – permite que as decisões sejam tomadas coletivamente, consolidando a base dos empreendimentos solidários. Todos os trabalhadores participam de forma igualitária na empresa que tem por base a autogestão. Temos, neste modelo, a substituição do trabalho assalariado pelo associado, um rompimento com a visão de “subordinação”.

Contudo, para que isto ocorra é necessária uma profunda mudança nas relações sociais de produção, ou seja, todos os trabalhadores passam a ser responsáveis pela gestão e deliberação das decisões da empresa solidária. Neste contexto, pode-se falar de uma “educação para a autogestão”, ou seja, de processos de formação que resgatem valores de coletividade e que rompam com práticas individualistas por meio de uma cultura de participação, diálogo e democratização dos processos de decisão. De acordo com Verdado (2003),

Realizar atividades educativas para a autogestão significa investir no trabalho de capacitar e formar o coletivo para que as decisões e o controle pertençam, de fato, aos próprios trabalhadores que integram a empresa. Isto quer dizer que se trabalha não apenas no nível das informações, mas, principalmente, na formação de novos valores sociais e culturais (VERDADO, 2003, p. 56).

Desta forma, é possível fomentar práticas solidárias e de autogestão a partir de proces-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

so educativos que considerem a capacitação constante, sistêmica, com abordagem pedagógica e metodológica que preserve os espaços e decisões democráticas. Quando falamos em gestão democrática, falamos de um empreendimento que é administrado e gerenciado com base em decisões coletivas, com partilha, respeito à igualdade de direito e de responsabilidades.

Há, neste sentido, uma ruptura com formatos tradicionais de planejamento e de ação – com decisões tomadas de “cima para baixo” – tendo a economia solidária uma horizontalidade nas ações, o que acaba por garantir a participação de um conjunto de atores sociais. Com isto, não desconsideramos a existência de conflitos inerentes a um processo de aprendizagem relacional, mas estes podem dar lugar ao consenso em prol da coletividade e de interesses mais fortes. Com isto ainda, temos a concepção de aprendizagens, reciprocidade e de relações de parceria entre os atores sociais, o que os dirige à autonomia e ao empoderamento – ou melhor, a um processo de construção, legitimação e reconhecimento de poderes compartilhados – necessários à ação econômica, política e social:

A autogestão subentende a existência de autonomia e pressupõe capacitação para a administração coletiva do negócio. Autonomia tanto nas unidades produtivas quanto em sua instância representativa, isto é, sem dependência dos órgãos governamentais ou paraestatais. Acreditamos que quando se defende a autogestão deve-se garantir o direito à informação e democracia nas decisões. Democracia não apenas como voto ou mera representação, mas, principalmente, como partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo. Por conta disso, educar para a autogestão significa promover autonomia e a inteligência coletiva dos trabalhadores (ADRIANO, 2010, p. 128).

Nitidamente, pode-se observar que a participação é essencial neste arranjo, considerando que cada um contabiliza um voto essencial nas decisões a serem tomadas. O poder sobre o empreendimento é compartilhado e a autogestão é praticada por meio de assembleias gerais, formação de comissões gestoras e, principalmente, pela garantia de eleição dos representantes destas comissões entre todos os associados.

Sob essa ótica, a economia solidária produz uma solidariedade interna: “a solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação” (LAVILLE & GAIGER, 2009, p.167). Para além desta, também é desenvolvida uma solidariedade externa: claramente, o empreendimento solidário é um espaço de contes-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

tação ao sistema dominante, de emancipação social, de inserção social e comunitária, de discussão política, e, assim, um modelo democrático dialógico e de construção de uma cidadania ativa.

COOPERAÇÃO, PARCERIAS E REDES DE APOIO MÚTUO

Em um mundo onde 1% da população detém 50% da riqueza mundial (OXFAM, 2016), Boaventura destaca a importância de um movimento contra-hegemônico que consolide o que ele chama de “alternativas de produção”. Neste sentido, ganha evidência o “produzir para viver” (SANTOS, 2002), sob a ótica de um movimento alternativo de rompimento com a lógica mercantil capitalista, na qual se estabelecem empreendimentos viáveis e exitosos.

Esses empreendimentos incrementam um leque das formas não-capitalistas de produção (SANTOS, 2002). Entretanto, para alcançarem eficácia é muito importante que os empreendimentos solidários atuem em cooperação, ou seja, que ajudem uns aos outros criando redes. Desta forma, as empresas solidárias necessitam desenvolver parcerias entre elas de forma que se fortaleçam e possam garantir maior inserção no mercado.

Com isto, consolida-se uma rede de apoio entre empreendimentos solidários, garantindo maior suporte entre eles, força, impacto local e regional. O desenvolvimento de parcerias efetivas e dinâmicas entre os empreendimentos solidários é essencial para uma articulação de transformação social dos agentes envolvidos. Para que isto ocorra, é necessário o desenvolvimento de um planejamento integrado, que dê conta das competências e recursos disponíveis, bem como a consideração das realidades de intervenção e seus contextos econômicos, políticos, sociais, institucionais e organizacionais. A consideração deste cenário – do local para o regional – é impositivo no estabelecimento de parcerias e redes que busquem impacto e desenvolvimento integrado e transformador. Além disso, podemos garantir que toda a cadeia – da produção ao consumo – tenha responsabilidade solidária, delineada por objetivos e estratégias sustentáveis, tanto economicamente como ambientalmente.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Cooperativa Justa Trama

Uma das mais exitosas cadeias solidárias no Brasil é a Cooperativa Central Justa Trama. Com base na Economia Solidária e no Comércio Justo, a Justa Trama trabalha desde o plantio do algodão orgânico (agroecológico) até a comercialização das peças produzidas com este insumo. A cooperativa envolve cerca de 700 trabalhadores de 6 estados brasileiros, envolvendo o total de 7 empreendimentos.

Sob esta perspectiva, temos a configuração do consumo solidário e responsável, ou seja, de uma forma de consumo cujas práticas estejam pautadas em escolhas de produtos e serviços que contribuam para a vida em sociedade. Desta forma:

A difusão do consumo solidário é um dos elementos centrais à estratégia de expansão das redes de colaboração solidária ou das redes colaborativas de economia solidária. A difusão desse consumo possibilita aos empreendimentos a venda de toda a sua produção e a geração de excedentes que, reinvestidos coletivamente, permitem montar novos empreendimentos autogestionários. Remontam-se assim as cadeias produtivas e expandem-se as redes colaborativas, diversificando as ofertas e ampliando seu número de consumidores (MANÇE, 2003, p.77).

Somente por meio de redes e da cooperação entre os empreendimentos solidários é que estes podem se fortalecer, incentivando, ainda, novos padrões de consumo, chamando os consumidores à reconstrução de valores e atitudes.

DIVISÃO JUSTA

A empresa solidária também tem por princípio a divisão justa dos resultados do trabalho. Como tudo na empresa solidária, também o destino dos lucros (excedentes) é decidido pelos associados – podendo ser reinvestido na empresa ou dividido.

O esforço individual e coletivo é valorizado e todos recebem, de acordo com o seu trabalho, a separação dos lucros alcançados pelo empreendimento. Assim, a distribuição da riqueza alcançada está centrada na valorização do ser humano e de seu trabalho. Aqui temos suprimida a competição, dando lugar à colaboração: trabalha-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dores unidos, tendo por objetivo a emancipação econômica e social. O poder de fazer, comunicar suas ideias, participar, votar e ser votado é um recurso coletivo, que garante legitimidade a este sistema de reciprocidade, recuperando a autoestima e o protagonismo dos trabalhadores.

No capitalismo, os empregados ganham salários distintos, conforme uma escala baseada em fatores, tais como status profissional, piso salarial, oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho. Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas (SINGER, 2002).

Também a repartição do excedente anual — o lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária — obedece a mecanismos e critérios diferentes: na empresa capitalista, é controlada por um pequeno número de sócios – ou corpo dirigente –, enquanto que na empresa solidária as sobras têm sua destinação decidida pela assembleia de sócios (Fundo de Educação, Fundo de Investimento, ou Retiradas) (SINGER, 2002).

PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Outro elemento que pontua o empreendimento solidário é a preocupação com o meio ambiente. Como sabemos, os efeitos do sistema capitalista já podem ser sentidos em todas as regiões do planeta, aumentando o risco de desastres ambientais. Na busca por lucro máximo e imediato, este sistema econômico é extremamente degradante para o meio ambiente. Sob esta ótica, os impactos ambientais provocados pelos seres humanos põem em risco o ecossistema como um todo, gerando um debate quanto à sustentabilidade ambiental: o desenvolvimento econômico não deve estar acima das dimensões ambientais, culturais e sociais.

Enquanto as empresas capitalistas apenas visam ao lucro acima da preservação do meio ambiente, a empresa solidária tem o compromisso com a natureza, com o cuidado dos recursos naturais. Ela tem uma preocupação com a defesa da vida e com tudo que ela envolve. Assim, ela desenvolve práticas sociais e ambientais sustentáveis.

Neste contexto, reforça-se mais uma vez a noção de consumo solidário, ou seja, um consumo crítico, responsável e com baixo impacto ambiental (MANCINI, 2003). Este tipo de consumo está preocupado com o bem-estar coletivo, e por isso, tam-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

bém com o meio ambiente, dando preferência a produtos da economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento de produtos que tenham responsabilidade e preocupação ecológica.

VALORIZAÇÃO DO SABER LOCAL, CULTURA E TECNOLOGIA POPULAR

A economia solidária também tem por princípio a valorização do saber e da cultura popular. Muita tecnologia é produzida pelo saber popular. Por meio da criatividade expressa na tecnologia social, são desenvolvidas soluções para os problemas do dia-a-dia, provando a importância e necessidade de diálogo frutífero entre o conhecimento popular e científico. A tecnologia social pode ser entendida “[...] como produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (GAPI, 2006).

Tudo isso deve ser valorizado pela economia solidária: o trabalho humano, o conhecimento e a cultura local. Além disso, há todo um potencial a ser estimulado nos empreendimentos solidários e sempre é possível aprender e desenvolver mais por meio da formação e qualificação dos atores sociais envolvidos. Segundo Dagnino (2004), a tecnologia social é capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários, garantindo inserção mercadológica. Para Singer (2005), é necessária uma sinergia entre a produção científica e a prática de técnicas sociais, e a economia solidária pode ser o palco deste encontro. Segundo o autor:

Os empreendimentos de economia solidária apresentam demandas por tecnologias que lhes permitam: a) produzir de forma ecologicamente correta e b) concorrer com as empresas capitalistas que atuam nos mesmos mercados. Entre essas tecnologias, se encontram tanto as que elevam a produtividade do trabalho como as que descentralizam as decisões, para viabilizar o controle pela base dos rumos dos empreendimentos (SINGER, 2010, p. 238).

Assim, processos educativos e formativos podem ser associados ao saber popular para o desenvolvimento de outra economia: solidária, justa, que de fato valorize o trabalhador. A aprendizagem e a formação devem ser permanentes entre os trabalhadores da economia solidária. Por último, é indispensável observar que vem crescendo o número de estudos empíricos sobre a importância da formação, da inovação e do desenvolvimento de tecnologia social por meio de empreendimentos solidários.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMENS E MULHERES

Apesar das conquistas alcançadas nas últimas décadas, as mulheres ainda sofrem com estereótipos, sendo consideradas apenas como esposas, mães e donas de casa – e por isto inferiores aos homens no que tange à realização e condução de atividades econômicas e políticas.

Um dos pontos diferenciais da economia solidária pode ser a busca pelo estabelecimento de relações de equidade entre mulheres e homens. Embora ainda sofram invisibilidade mesmo na economia solidária, o protagonismo feminino pode ser observado em muitos empreendimentos solidários exitosos que incluem a participação das mulheres nas atividades econômica, social e política. Contudo, como aponta Nobre (2003), muitos grupos começam com intensa presença de mulheres e, conforme conseguem gerar renda ou aferir maiores investimentos, acabam por se “masculinizar”.

Apesar deste cenário, a economia solidária pode representar terreno privilegiado para o exercício de novas práticas por meio da constituição de uma luta mais abrangente que respeite também a igualdade de gênero. Neste sentido, em sua proposta democrática, a economia solidária pode tornar-se palco de várias agendas, dentre elas a das mulheres:

Se nossa proposta é radicalizar a democracia, estabelecer novas formas de distribuição da riqueza e firmar as bases de uma economia e sociedade solidárias, nos cabe considerar as mulheres como sujeitos destes processos e aprofundar o diálogo com o pensamento e o movimento feminista. A economia solidária é um terreno privilegiado para exercitarmos novas práticas e proporcionarmos vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres (NOBRE, 2003, p. 9).

Nesta perspectiva, temos o reconhecimento e a importância do lugar do feminino na configuração da economia solidária. O empoderamento feminino ocorre por meio da participação ativa da mulher em projetos solidários, que podem ser considerados um palco de ação política e econômica, bem como de resgate da autoestima e do papel da mulher para além da esfera doméstica. Temos, com isso, a resistência de milhares de mulheres que questionam, por meio de seu protagonismo em empreendimentos solidários, as estruturas de poder estabelecidas. Estas mulheres devem ser reconhecidas, ouvidas nas assembleias e tratadas como capazes de serem votadas para os conselhos gestores.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

SAIBA MAIS: Economia Solidária beneficia 275 mil pessoas no País

Ministério do Trabalho e Emprego investiu nessa área R\$ 541 milhões em 339 projetos realizados, de 2,5 mil municípios

Desde 2003, o governo brasileiro desenvolve ações para ampliar o emprego e combater a desigualdade no país. Nesse período, foram criadas mais de 23 milhões de vagas para trabalhadores com carteira assinada, e 51 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza. Nas atividades de promoção de emprego, renda e inclusão social desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos últimos anos, destacam-se as iniciativas de Economia Solidária, que já beneficiaram 275 mil pessoas em 10,8 mil empreendimentos econômicos. São R\$ 541 milhões investidos nessa área pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em 339 projetos desenvolvidos – desde 2007 – em 2,5 mil municípios das 27 unidades da Federação.

“São iniciativas que ajudam a combater as ameaças que se apresentam atualmente contra as conquistas sociais e econômicas que foram alcançadas pela população mais pobre do Brasil nos últimos anos”, explica o secretário-adjunto da Senaes, Roberto Marinho. “E também afastam os riscos de precarização do trabalho”, completa.

Além do emprego assalariado e autônomo, a economia solidária estimula a associação, promovendo capacidades e criando oportunidades para que pessoas que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza possam obter renda por meio do trabalho decente.

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/economia-solidaria-beneficia-275-mil-pessoas-no-pais>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os valores que movem as iniciativas solidárias são bem diferentes dos que movem os empreendimentos capitalistas. Temos aqui a proposta de uma nova sociedade, formada por relações de cooperação, pelo fortalecimento comunitário, com objetivos que ultrapassam a geração de renda e transformam toda uma realidade social marcada pela desigualdade e injustiça.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Para Reflexão:**

Pense na sua comunidade e no seu trabalho.
Como um empreendimento solidário poderia
transformar a realidade do seu trabalho?
E de sua comunidade?

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Patrícia Leança. Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios. In: DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

BRASIL. **Economia solidária, outra economia acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social-Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

CATTANI, A.; Laville, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DAGNINO, Renato "A tecnologia social e seus desafios", In: DE PAULO, Antonio et al. (ed.). **Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, 2004.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GAPI – Grupo de Análise de Políticas Públicas (DAGNINO, Renato et al.). Caderno de 446 Acta Scientiae, v.15, n.3, p.432-446, set./dez. 2013 Textos base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social, Salvador, 2006.

MANCE, EA. Consumo solidário. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz, 2003.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

SANTOS, B. de S. Um mapa de alternativas de produção. In: Santos, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. **Tecnologia social para economia solidária**. Parc. Estrat. Ed. Esp. Brasília-DF, v. 15, n. 31, p. 237-242, jul-dez 2010.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERARDO, Luigi. **Economia Solidária e Autogestão**. Proposta, N. 98, set-nov de 2003.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Vitor de Moraes Peixoto
Klenio Veiga da Costa

Neste capítulo iremos tratar de alguns dos desafios enfrentados pelos Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Lembramos que os desafios devem ser encarados como grandes oportunidades para o crescimento e a evolução dos empreendimentos, nunca como obstáculos intransponíveis.

Temos aprendido neste livro sobre Economia Solidária. Atualmente, nossa sociedade está aberta para o florescimento de uma outra economia, que leva em conta a valorização das coletividades, da ajuda mútua, da cultura e do meio ambiente. Em diferentes situações, as pessoas buscam outros caminhos e modos para alcançar seus sonhos e realizações, sobretudo aquelas que estão desamparadas pelo mercado e desprotegidas pelo Estado.

Anteriormente, vimos que os empreendimentos solidários podem assumir uma grande variedade de formas de organização interna (e.g. cooperativas, associações, redes, grupos de compras etc.), bem como atuarem nos mais diferentes setores da sociedade.

Apesar dessa imensa variedade, muitos desafios que cada um desses diferentes tipos de empreendimentos enfrenta são semelhantes. Neste texto, vamos apresentar e discutir aquelas dificuldades dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) que estão relacionadas ao cotidiano dessas iniciativas. Vamos tratar aqui de alguns deles separadamente apenas para facilitar nosso entendimento, mas sabemos que muitos deles podem estar relacionados. São eles:

ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO CONSTANTES

Todo coletivo de pessoas está sujeito a mudanças ao longo do tempo, seja na quantidade de participantes, seja no envolvimento e participação. Manter as pessoas interessadas no projeto, dispostas a se entregar e participar diariamente é um enorme desafio – e talvez o mais importante! Como vimos nos capítulos anteriores, a coletividade é um aspecto fundamental da Economia Solidária; manter todos os envolvidos e encorajados



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

a enfrentar os desafios é fundamental.

E como podemos manter as pessoas envolvidas? Quais atividades devem ser elaboradas para que os participantes se sintam responsáveis e empenhados pelos resultados? O que afeta positiva ou negativamente as motivações dos indivíduos? Estas são algumas questões que iremos discutir neste capítulo.

Não existem respostas prontas nem mesmo fórmulas mágicas, cada grupo tem as suas características próprias, mas podemos apontar o que devemos evitar para não afastar os membros dos empreendimentos, por exemplo: a) a transparência na administração; b) abertura para ouvir e debater todas as ideias; c) manter as pessoas informadas a respeito das atividades; d) respeito no trato interpessoal; e) demonstrar que os resultados são frutos do trabalho coletivo e que a participação de todos é fundamental para o sucesso do projeto. Vejamos a seguir como estes quesitos podem aparecer no dia-a-dia da administração e condução dos empreendimentos de Economia Solidária.

MANUTENÇÃO DA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

O processo de tomada de decisão compartilhada e consensual é fundamental para manter as pessoas participativas e envolvidas, pois somente dessa forma elas se tornarão confiantes no projeto. Apenas quem realmente participa das decisões se sente parte do projeto e se motiva a trabalhar em prol da coletividade.

Os membros devem acreditar que sua participação produz resultados efetivos e que sua presença é importante para o sucesso do empreendimento solidário. A igualdade entre os participantes deve ser estimulada sempre; afinal, o empreendimento é coletivo e todos são responsáveis pelo que produzem em conjunto.

Alguns procedimentos devem ser observados para que a tomada de decisão seja efetivamente democrática. O primeiro deles é a construção de regras que irão nortear os debates e as decisões. Antes de começar a debater, devem ser acordadas todas as regras do jogo, que precisam ser claras e consensuais para que os resultados tenham legitimidade e sejam aceitos pelos envolvidos.

Não custa lembrar que nem sempre as pessoas concordam em todos os aspectos da vida. É bem mais comum haver diferenças de pontos de vista e de concepções de mundo que, conseqüentemente, levam as pessoas a terem opiniões distintas. As



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

discordâncias existem em todos os grupos e, se acolhidas adequadamente, são produtivas e bem-vindas.

Um mesmo problema pode ser encarado de mais de uma forma e isso ajuda a coletividade a se decidir sobre qual ou quais as melhores soluções devem ser tomadas. A construção de consensos deve ser uma prática constante e exaustiva. Deve-se ter em mente que todos devem ter direito de expor seus pontos de vista em igualdade de condições, para que possam explicar suas opiniões a todos os membros envolvidos.

Uma vez que, mesmo após longo processo de negociação e exaustiva exposição das diferentes propostas, o consenso não foi alcançado, haverá a necessidade de adotar métodos democráticos de tomada de decisões para a resolução de conflitos. O método mais conhecido deles é a votação. Existem diferentes métodos de votação e os principais são:

- a) maioria simples, onde a proposta com maior número de votos é escolhida;
- b) maioria absoluta, processo no qual a proposta com mais da metade dos votantes é exigida para a escolha;
- c) maioria qualificada, votação muito utilizada para realizar escolhas de assuntos mais importantes, pois se exige bem mais que a metade dos votantes para que uma proposta seja adotada, em geral 3/5 (60% dos votantes) ou 2/3 (66,6% dos votantes) dos membros com direito a voto;
- d) por fim, a votação em dois turnos, utilizada para a escolha de prefeitos nos maiores municípios no Brasil, onde os dois mais votados numa primeira rodada são novamente testados numa segunda rodada de votação, em busca de se construir uma escolha com a maioria absoluta.

Como visto acima, é comum haver divergências, e em alguns casos são mesmo desejadas propostas diferentes. Existem muitos métodos para a escolha de propostas em disputas, cada uma com suas características, umas mais simples de serem compreendidas, outras mais adequadas para situações com muitas propostas em jogo. Todavia, o mais importante é que o procedimento seja previamente acordado e todos tenham possibilidade de ter suas propostas colocadas em debate. Somente desta forma os envolvidos se sentirão responsáveis pela escolha e, portanto, legitimarão o resultado final.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS DO MERCADO

Por mais que a Economia Solidária tenha características próprias que a diferenciam da competição voraz capitalista, os empreendimentos solidários não estão isolados no mundo. Assim sendo, diversas condicionantes do mercado exercem influência nas relações de compra e venda de produtos e serviços. Ou seja, se os aspectos da economia variam, o empreendimento solidário também sofrerá impactos externos. Assim, ter um planejamento e um estudo de mercado é fundamental para não ser surpreendido.

Devemos nos lembrar que participar do mercado é estar sujeito às suas variações, contudo existem caminhos que os empreendimentos solidários podem trilhar para suavizar os efeitos da imprevisibilidade. Participar de redes de economia solidárias e de comércio justo pode ser uma excelente forma de alcançar fornecedores e consumidores que, assim como nosso empreendimento, compartilham dos mesmos valores éticos que sustentam a economia solidária.

A ideia central é que os empreendimentos solidários estabeleçam vínculos com outros empreendimentos que também respeitam os princípios da Economia Solidária. Ao tecerem esta rede, o resultado final é um grande mercado solidário. Neste espaço, além da troca de produtos e serviços, os integrantes trocam experiências e somam forças para manter o desenvolvimento econômico de seus empreendimentos de maneira ética e sustentável. Assim sendo, a constituição de uma rede possibilita a obtenção de ganhos econômicos e ganhos de solidariedade para todos.

As redes de Economia Popular Solidária (EPS) devem examinar o ciclo inteiro de cada segmento produtivo, buscando sempre a possibilidade de completar todo o circuito econômico onde estiverem inseridas. Trata-se de conectar entre si os empreendimentos de EPS envolvidos dentro de cada cadeia produtiva, incluindo também a ponta final dos consumidores motivados pela prática do consumo solidário (...). Isto possibilitará que os fluxos de valor (...) realimentem os empreendimentos da EPS, potencializando toda a rede. A melhoria da competitividade da EPS dependerá da dinamização das suas cadeias produtivas, o que exige pensar tanto a articulação campo-cidade, quanto as trocas entre os setores populares e as camadas médias, evitando assim a eternização da sociedade dual (LISBOA, 2000, p. 51).

Em rede, os diferentes empreendimentos buscam valorizar a dimensão humana do tra-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

balho e reafirmar que são contrários a qualquer tipo de sobre-exploração da natureza ou do seu semelhante. Estar presente nestes circuitos econômicos proporciona o fortalecimento e a dinamização de todos os empreendimentos participantes.

Deve-se ressaltar que nem sempre as imprevisibilidades e oscilações do mercado são prejudiciais aos empreendimentos de Economia Solidária. Há variações que podem mesmo beneficiar por meio da valorização dos preços dos produtos. Entretanto, nem tudo que tem potencial para beneficiar é igualmente justo. Aproveitar-se de desastres naturais ou acidentes provocados pela ação humana para lucrar sobre a desgraça de populações vulneráveis é absolutamente condenável do ponto de vista moral e ético. Nos empreendimentos de Economia Solidária não se busca o lucro a todo e qualquer custo; há responsabilidade tanto com o meio ambiente quanto com a sociedade.

FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

De forma geral, os empreendimentos solidários estão baseados na organização dos trabalhadores, incluindo as populações tradicionais, em empreendimentos autogestionários que visam a superar os desafios do mercado, especialmente o desemprego e a inserção precária no mundo do trabalho. Contudo, viabilizar sua competitividade no mercado é complexo. Devemos lembrar que, por se tratar de uma lógica econômica diferenciada e constituída por trabalhadores com pouco ou nenhum capital econômico, obter recursos para iniciar e manter o empreendimento solidário constitui o primeiro e maior desafio.

No que concerne ao Estado, os trabalhadores devem reconhecer esta instituição como um possível parceiro e agente catalizador dos empreendimentos solidários. Ele, por meio da realização de políticas públicas, pode vir a dispor de instrumentos e mecanismos que proporcionem o reconhecimento dos empreendimentos solidários e, conseqüentemente, o fortalecimento da outra economia. A efetivação de uma legislação específica sobre a Economia Solidária proporcionará a inclusão desta economia no planejamento de investimentos públicos, bem como representará a garantia de cidadania aos trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva e que gestam seu próprio trabalho.

No contexto político-econômico, a luta por reconhecimento e fortalecimento da Eco-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

nomia Solidária já registra importantes avanços no Brasil. Em meados de 2003¹, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, coordenada por Paul Singer. A Senaes, em consonância com os ideais dos movimentos sociais e organizações de Economia Solidária, tem estimulado o debate político no âmbito da sociedade civil, dos poderes executivo e legislativo. Bem como tem trabalhado para fomentar empreendimentos de Economia Solidária a partir de ações diretas, acordo de cooperação e/ou convênios (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006). De certa maneira, a expansão vivida pela economia solidária em nosso país, especialmente entre a população vulnerável, está ligada às iniciativas da SENAES.

O Estado, por mais que tenha governos eleitos democraticamente, não é de forma alguma uma entidade neutra. Deve-se ter a consciência que uma infinidade de grupos de interesses atua para retirar do Estado benefícios para seus setores. Em sociedades complexas, não raras vezes há grupos organizados que atuam contra os interesses dos empreendimentos de Economia Solidária. Isso faz parte do processo democrático, e assim deve ser compreendido. Assim sendo, não se pode negligenciar a importância da articulação política, coordenada com outros empreendimentos de mesma natureza, para a proteção dos interesses comuns aos empreendimentos solidários. Unir-se a outros empreendimentos e coordenar ações junto aos governos e parlamentares é extremamente aconselhável como forma de defender os interesses coletivos. Em muitos casos, a articulação com o Ministério Público e Órgãos Ambientais também pode ser bastante útil, principalmente quando estão em jogo os direitos difusos e coletivos, como o direito a respirar um ar puro, a um meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida, etc.

1 Lei nº 10.683, 2003 e Decreto nº 4.764, 2003.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

CONQUISTANDO A CIDADANIA: Reconhecimento e Direito a uma Economia Solidária

No Brasil, as leis que tratam da economia são, infelizmente, muito limitadas: tudo leva a crer, olhando nossas leis, que só existe o trabalho subordinado (assalariado) ou autônomo, dando a ideia de que a economia formal se reduz às empresas privadas ou públicas. A Lei Geral do Cooperativismo (5764/71), que trata das cooperativas, ainda é da época da ditadura militar, e, portanto, não incorpora os princípios, valores e práticas da Economia Solidária.

A legislação só reconhece e assegura direitos à economia privada e à economia estatal, esta estando a serviço daquela. Desconhecendo a existência de uma outra economia, reduz o direito ao trabalho associado a ações e políticas compensatórias. Claro que leis não resolvem tudo, mas a sua existência garante a base legal para a luta por nossos direitos. Portanto, a luta pelo reconhecimento da Economia Solidária no Estado Brasileiro passa pela luta pela alteração de leis e artigos constitucionais, e se dá em 4 níveis

Direitos: é preciso reconhecer, na Constituição Brasileira, o direito ao trabalho associado, o direito à propriedade coletiva, e a afirmação de que a economia brasileira é baseada na cooperação e não na competição.

Organização da política: é preciso estabelecer uma Lei Geral da Economia Solidária que defina o que é a Economia Solidária e dê as diretrizes para a sua organização nos municípios, estados e governo federal.

Apoio e fomento: é preciso construir programas e políticas de finanças solidárias, de formação, de assistência técnica, de comercialização solidária e de compras públicas, em todo o Brasil, por governos municipais, estaduais e federais. No nosso país, atualmente, os principais programas de fomento ao desenvolvimento são voltados às empresas privadas e não chegam aos empreendimentos de Economia Solidária.

Formalização e benefícios tributários: é preciso garantir que seja fácil e simples criar empreendimentos solidários legalizados na forma de cooperativas ou outras formas jurídicas que possam emitir nota fiscal e ter seu CNPJ. Além disso, é preciso ainda que os empreendimentos da Economia Solidária tenham redução de impostos e outras tributações para que possam se consolidar economicamente. Apenas para dar uma ideia, hoje uma cooperativa pequena paga mais impostos do que uma microempresa!

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. SOLIDÁRIA, ECONOMIA. OUTRA ECONOMIA ACONTECE: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O reconhecimento legal, acreditam os proponentes do projeto de lei 4685-2012, relativo ao estabelecimento da Política Nacional de Economia Solidária, implicará maior aceitação social dos empreendimentos dessa parcela da economia. Este projeto de lei propõe a “qualificação dos empreendimentos de Economia Solidária como sujeitos de direito, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito do trabalho associado e cooperativo” (PL 4685, Art. 1º). Além disso, o projeto também estabelece a criação de um Fundo Nacional de Economia Solidária como meio para solucionar as dificuldades financeiras dos empreendimentos.

A Política Nacional de Economia Solidária será uma grande conquista para os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, mas ela não acontecerá repentinamente. Para sua concretização, são necessárias ainda muitas lutas nos campos político e econômico. No entanto, já existem ações do Estado voltadas a determinados segmentos sociais que configuram oportunidades para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. Apresentamos aqui as iniciativas, políticas públicas já estabelecidas, que identificamos como de grande interesse para a classe pesqueira:

Lei da Merenda Escolar - Uma conquista muito importante para o país foi a aprovação em 2009 da Lei da Merenda Escolar (Lei 11.947), que obriga os governos municipais e estaduais a comprar no mínimo 30% da merenda escolar dos agricultores e agricultoras familiares locais. O artigo 14 desta lei federal diz que “do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - O PAA, criado pelo Decreto nº 4.772 em 2003, está vinculado à Política de Segurança Alimentar e Nutricional e visa fortalecer a agricultura familiar e populações tradicionais através da compra de produtos, sem licitação, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Basicamente, o PAA envolve uma transação de compra e distribuição, mediada pela CONAB, em que beneficiários fornecedores – por exemplo, os pescadores artesanais que apresentem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e que referencialmente estejam organizados em cooperativas e associações detentores de DAP Jurídica – entregam seus produtos aos beneficiários consumidores – indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidos por asilos, hospitais, restaurantes populares e por escolas/creches.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

É necessário lembrar que todos esses instrumentos legais representam uma ação de intervenção do Estado na economia. E o mais importante, não se deve esquecer que não foram “caridades”.

MOTIVAÇÃO

Como vimos no início deste capítulo, manter a participação é fundamental para o sucesso do empreendimento em Economia Solidária, portanto a disposição das pessoas para trabalharem em empreendimento de Economia Solidária está diretamente relacionada à motivação. Sabemos que não é uma tarefa simples mobilizar as pessoas, muito menos é fácil mantê-las interessadas e dispostas a trabalhar pelo coletivo. Tanto é uma tarefa complexa que faz parte do interesse de uma área do conhecimento extremamente desenvolvida na psicologia e envolve vários aspectos do comportamento humano. Há muitos cientistas que dedicam a vida para estudar o fenômeno da motivação e suas aplicações, que vão desde áreas da administração até esportes de alto rendimento.

A motivação é o início de tudo e é um grande desafio que se deve enfrentar. Pode ser superficialmente concebida como o impulso que está por trás da ação humana, ou seja, aquilo que faz com que os indivíduos ajam ou deixem de agir. Parece óbvio afirmar que é necessário manter os indivíduos motivados, e realmente o é, mas nem sempre o que é óbvio é o mais fácil de ser executado.

A crença nos resultados dos empreendimentos é absolutamente importante e crucial para que as pessoas envolvidas na atividade possam se manter interessadas e continuem a investir tempo e trabalho. Portanto, metas e objetivos realísticos são imprescindíveis para que as pessoas se mantenham focadas e acreditem no que estão fazendo.

Momentos de crise e imprevisibilidade podem gerar desânimos nos participantes, porém devem sempre ser tratados como oportunidades para aprofundar as características da Economia Solidária e trazer os participantes ainda mais para o projeto. A criatividade dos participantes é fundamental nesse momento de enfrentar questões que não podemos prever, as chamadas “intempéries do mercado”, tal como tempestades que não esperamos. Nessas horas é importante dar ouvidos a todos que fazem parte e deliberar conjuntamente, ou seja, decidir em conjunto o que fazer de forma clara e transparente.

Por envolver crenças e disposições para enfrentar problemas e imprevisibilidades, as li-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

deranças cumprem um papel de suma importância para a manutenção das motivações. A transparência e a positividade são partes da confiança interpessoal, pois um líder que tem confiança é um líder que envolve e motiva as pessoas ao transmitir que um sonho coletivo pode se tornar realidade. Já as lideranças centralizadoras, egocêntricas e autoritárias tendem a trazer prejuízos aos empreendimentos ao gerar clima de desconfiança e, por fim, afastar as pessoas.

Ainda que não exista uma fórmula mágica para motivar os participantes dos empreendimentos de Economia Solidária, sabe-se que um conjunto de boas práticas pode auxiliar os grupos a se manterem focados e participativos:

- Garantias de que todas as opiniões serão ouvidas;
- Reuniões com tempo delimitado;
- Pautas pré-estabelecidas;
- Regras claras de tomada decisão;
- Comunicação das decisões tomadas;
- Metas claras e realísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária faz parte de movimentos sociais amplos, que lutam intensamente pela reintegração da atividade econômica às relações sociais. Ela apresenta caminhos possíveis para o estabelecimento do desenvolvimento humano sustentável e ético, por meio de um conjunto de ações baseadas na solidariedade e na cooperação. O trabalho a partir da Economia Solidária proporciona vantagens aos trabalhadores, tais como ganhos na qualidade de vida e trabalho. Todavia, a busca por esse outro tipo de economia é permeada por desafios. Viu-se que a) envolvimento e participação constantes; b) manutenção da governança democrática; c) enfrentamento das mudanças do mercado; d) fomento à economia solidária; e e) motivação, são questões que podem comprometer o desenvolvimento e o cotidiano dos Empreendimentos de Economia Solidária.

Nesse contexto de inúmeros desafios, o presente texto não teve a pretensão de estabelecer uma receita para a superação dos problemas, solucionar entraves ou minimizar



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

conflitos. Procurou-se apenas organizar e apresentar quais são, em nosso julgamento, os pontos vulneráveis que um Empreendimento de Economia Solidária enfrenta para se viabilizar. Identificar essas fraquezas é importante para que todos os envolvidos no processo estejam atentos e preparados para tomar medidas locais que amenizem tais dificuldades e garantam o crescimento do EES no qual estão investindo trabalho, dinheiro e ação política.

Espera-se que este capítulo seja um incentivo aos pescadores artesanais e outros trabalhadores a atuar para o desenvolvimento de empreendimentos solidários em suas comunidades. É importante enfatizar que nessa busca pela constituição de uma outra economia eles não estão isolados. Outros trabalhadores, dos campos e cidades, também perseguem o reconhecimento social e o sonho de uma economia mais humana. Além destes trabalhadores, destaca-se que há setores da sociedade civil e do Estado que também lutam pelo estabelecimento da Economia Solidária. A Universidade é uma dessas instituições, pois sua missão é contribuir para o desenvolvimento do país de maneira a diminuir a pobreza, a miséria e as desigualdades sociais. Por fim, é bom lembrar que esses desafios devem ser encarados como grandes oportunidades para o crescimento e a evolução dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. Princípios da Economia solidária: Núcleo de Solidariedade Técnica-SOLTEC/UFRJ. Disponível em: < soltec.poli.ufrj.br >; Acesso em 12 de março de 2016.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES. SOLIDÁRIA, ECONOMIA. OUTRA ECONOMIA ACONTECE: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>

LISBOA, Armando de Melo. Os desafios da economia popular solidária. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 1892000, p. 51-67.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

MDS-Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>

SANTOS, Boaventura de S. Introdução. IN: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Record, 2005.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Entrevista com a Educadora Popular Josinete Maria Pinto

Entrevistadoras: Lilian Sagio Cezar; Julia Dias Pereira; Sibebe Souza Rodrigues; Priscila Lucas de Oliveira; Maria Clara Montalvão de Oliveira; Luísa Linhares Mota da Silva; Mirian Alvarenga Fagundes da Silva

Entre os dias 26 a 28 de agosto de 2017 a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF, em Campos dos Goytacazes, sediou a terceira edição do Curso de Formação em Economia Solidária do PEA Pescarte. Josinete Maria Pinto, mais conhecida como Nete, pertencente à rede de educadores populares de Economia Solidária-Ecosol e do Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda, compartilhou com a equipe do PEA Pescarte sua experiência de 16 anos de atuação junto ao movimento social e à pesquisa vinculada ao Laboratório de Trabalho e Organizações Sociais da Universidade Federal Fluminense-UFF de Volta Redonda-RJ, desenvolvendo a formação e assessoria das cooperativas de catadores de resíduos sólidos daquele município.

O curso teve como objetivo apresentar aos educadores socioambientais o conceito e a trajetória histórica da Ecosol no Brasil, discutindo os fundamentos da construção de cooperativas, coletivos e associações a fim de otimizar a organização comunitária centrada nos arranjos produtivos locais para que possam alcançar a sustentabilidade a partir dos pilares da Ecosol. Essa formação também teve como foco preparar a equipe de Educadores Socioambientais para, a partir da experiência real de um arranjo produtivo local compartilhada por Nete, ministrar formação em Ecosol para os Sujeitos da Ação Educativa-SAE do PEA Pescarte, com duração de 20 horas, subsidiando com informações e estratégias pedagógicas as subseqüentes reuniões dos Grupos Gestores da Pesca Artesanal PEA Pescarte e o processo formativo em Educação Ambiental deles decorrente.

Foi nesse contexto que a Equipe de Pesquisa e Produção Audiovisual PEA Pescarte produziu a filmagem de todo o curso e a subseqüente entrevista com Nete, que ora temos a satisfação de transcrever, editar e publicar. Desde a entrevista, realizada em 2017, as discussões e ações políticas na área de Ecosol sofreram mudanças profundas, decorrentes da forma como esse conceito está sendo traduzido em políticas públicas na esfera do governo federal. Pensando nisso, notas explicativas foram introduzidas no



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

texto para contextualizar e explicar tais mudanças, auxiliando a abordagem do tema e a vigilância cidadã deste e de outros movimentos sociais frente à reiterada tentativa de deslegitimação e invisibilização dessa pauta política, elaboradas e demandadas por expressivos segmentos da população brasileira.

ENTREVISTA COM A EDUCADORA POPULAR JOSENETE MARIA PINTO

• Dimensões da Economia Solidária

A Ecosol tem três dimensões: a econômica, a cultural e a política. O enfoque econômico compõe o espaço onde os trabalhadores se organizam, discutem e decidem questões de produção, da organização coletiva e do acesso aos meios de produção, já que, como cooperativa, eles são os donos desses meios.

O aspecto cultural, o qual é por sua vez o jeito de agir e estar no mundo, consiste, portanto, na desconstrução da lógica do consumo pelo consumo, com objetivo de fazer a transição da lógica da competição para a cooperação e a inteligência livre e compartilhada.

A dimensão política é traduzida no movimento que se organiza pela mudança da sociedade. Uma transformação estrutural e dialógica cujo foco central não são as empresas nem nos latifúndios. É um tipo de desenvolvimento construído pelas pessoas a partir de suas experiências locais, que atuam em rede e se articulam de maneira mais ampla – no bairro, na cidade, no estado e em nível nacional. A Ecosol está focada nos valores da democracia, da solidariedade, da cooperação, do respeito à equidade de gênero, da preservação ambiental e dos Direitos Humanos.

• Pilares da economia solidária

Há na Ecosol a discussão sobre a existência de um tripé, formado pelos empreendimentos econômicos solidários, que podem ser urbanos e rurais. Incluem-se nessa esfera, os pescadores, os quilombolas, os artesãos, os produtores de alimentos agroecológicos, os produtores de alimentos processados, os catadores de resíduos sólidos etc. Todos esses trabalhadores, que se organizam na perspectiva da auto-gestão, seja em uma cooperativa, seja em uma associação ou em um empreendimento não formalizado – que não tem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

– constituem o pilar central da Ecosol.

Outra base do tripé consiste nas entidades de apoio e fomento. A universidade, ou melhor, as universidades, incluindo as privadas, que acessam recursos públicos, são fundamentais. Entretanto defendo, sobretudo, as universidades públicas, visto que formam um espaço onde se deve gerar conhecimento, pensando em uma educação pública de qualidade, que dialoga diretamente com a sociedade e suas demandas.

Outro aspecto fundamental se traduz nos gestores públicos, em razão da importância desses atores no debate e no sentido de pensar a política pública, subsidiando a sociedade com a formação de pessoas qualificadas.

Desenvolver o tripé ensino, pesquisa e extensão permite que se desloque o lugar de se pensar a academia e sua importância somente a partir de dentro da sala de aula. Algumas experiências dentro da academia exprimem o quanto é importante esse diálogo com a sociedade, a partir de conhecimentos que se constroem na prática do dia a dia. Portanto, as universidades inserem-se no campo das entidades de apoio e fomento à Ecosol, assim como as ONGs, as organizações sociais e várias outras que trabalham com esse intuito.

Os três atores da Ecosol são: 1) empreendimentos econômicos solidários; 2) entidades de apoio e fomento; 3) gestores públicos que precisam fazer o diálogo nas duas pontas do processo. Na primeira ponta, encontram-se os empreendimentos e as pessoas que dele fazem parte, que demandam formação, assessoria para a gestão, desenvolvimento e definição de qual produto ou serviço é mais importante gerar naquele espaço, naquela comunidade. Na outra ponta, encontra-se o poder público. Deste modo, esses três atores devem sempre trabalhar em sintonia, constituindo assim, a base da formação do movimento de Ecosol no Brasil.

Nos municípios, muitas vezes, o movimento se estabelece pela organização dos empreendimentos. Entretanto, quando se começa a discutir a importância de uma política pública, o movimento precisa discutir com a universidade, com outros órgãos de apoio e fomento e com os gestores públicos. Porque se há gestores públicos existe uma maior possibilidade de discussão e criação da política pública com a participação e intervenção do movimento social.

Para auxiliar o diálogo com esses três atores presentes e garantir que as transformações sejam asseguradas por lei – como a Lei Orgânica do Município, os Planos Plurianuais-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

-PPA, as Leis de Diretrizes Orçamentárias-LDO –, há um instrumento fundamental que consiste nos Conselhos Municipais de Economia Solidária, no Conselho Estadual e também no Conselho Nacional de Economia Solidária. Nesse sentido, é preciso trabalhar a formação destes três entes, aliás, porque às vezes quando vamos atuar em conselhos, dependendo do poder público, pode haver uma cooptação e o movimento perde a sua dignidade.

Esse é um risco presente, tendo em vista a importância da constante análise crítica da realidade envolvente, por compreender que o Brasil é um país que ainda está longe de ser uma Nação. É um país onde a classe política acredita ter a legitimidade de preceituar como o trabalhador deve se organizar, o que facilita a apropriação predatória da força de trabalho, ignorando o fato de que sem trabalhadores o país não existiria. Enfatizo, portanto, que nós ainda não somos uma Nação e esse é um perigo que a gente corre. Além disso, na Ecosol sabe-se que é preciso discutir as bases, de onde vêm a força e a organização do trabalho. Ainda mais considerando que não faz muito tempo que o nosso país saiu de uma situação de povos escravizados.

A escravidão no Brasil ocorreu até bem recentemente, e ainda temos muitos resquícios da época quando hoje os trabalhadores ainda, dependendo da região, são vistos como uma massa que deve servir à classe política, à classe rica e à classe burguesa, na prática não possuindo sequer o direito de reivindicar e conquistar o seu empoderamento.

Então, esses três segmentos, os empreendimentos, as entidades de apoio e fomento e os gestores públicos constituem o tripé da Ecosol. Considerando que os papéis por eles desempenhados e a importância de cada um deles enquanto alicerces fundamentais para construir esse projeto de desenvolvimento, essa nova economia.

- **Princípio humanista da economia solidária**

É essencial ao princípio humanista reconhecer todas as pessoas como titulares de direitos, ou seja, somos todos seres humanos com direito a viver com dignidade e não simplesmente sujeitos que existem apenas para consumir. É fundamental destacar isso, pois se observa na economia capitalista uma imposição ao consumismo. Você só vale pelo que possui ao invés do que você é. Em contrapartida a Ecosol tem como princípios fundamentais a autogestão, a organização coletiva pelo direito ao trabalho, cujo produto final seja a satisfação, a cooperação e o empoderamento dos indivíduos, tendo tam-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

bém foco na sustentabilidade, no respeito ao meio ambiente e nas relações de gênero.

A questão de gênero é outro tema muito caro à Ecosol. Os homens sempre ditaram como deve ser o mundo do trabalho. As decisões na sua grande maioria saíram, com todo respeito aos homens, de seus corações e de suas cabeças. Com isso não digo que eles sejam os culpados, porém, muitas vezes representam o resultado de um processo de uma educação. Assim, temos algo maior, que demanda do movimento de Ecosol analisar do ponto de vista humanista. O processo de mudança da realidade, sem a inclusão de homens e mulheres, impossibilitará a libertação da classe trabalhadora. Será mais delicado, por exemplo, fazer ponderações sobre empreendimentos de geração de trabalho e renda que não respeitem essas dimensões de gênero, as particularidades entre homens e mulheres.

O objetivo não é a disputa para [nós mulheres] sermos melhores que os homens uma vez que estamos pleiteando direitos considerando as nossas diferenças. O direito ao trabalho das mulheres e o direito ao trabalho dos homens é uma questão de dignidade, porém existem muitas diferenças entre um e outro. Quando pensamos no direito ao trabalho das mulheres, dentro dessa perspectiva humanista, temos que considerar, por exemplo, que a mulher, muitas vezes, tem jornada de trabalho três ou quatro vezes maior em relação a do homem. Ela trabalha fora, em casa, no empreendimento produtivo solidário que pode se desenvolver em sua residência, ou fora dela, uma vez que, na maioria das vezes, é a mulher a responsável por sua produção e concomitantemente a isso também comercializa na rua, assim como os homens. Entretanto, muitas vezes na produção dos homens, as mulheres estão envolvidas e não são reconhecidas como trabalhadoras.

Nós sabemos que isso acontece na realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores da pesca artesanal. Não apenas da pesca. Outro exemplo é o das cooperativas de catadores, onde as mulheres fazem um trabalho muito importante, mas que, na hora de dar entrevista, os homens é que são convidados. Quando é exposta a importância do trabalho das cooperativas em geral são os homens que aparecem, que dialogam.

Como meio de enfrentar essa situação, é necessário às mulheres se reconhecerem como trabalhadoras, que podem, além disso, estar na televisão, no rádio, onde for, ou melhor, onde quiserem estar. Mulheres possuem direito ao lazer, à educação pública e a saúde pública de qualidade. Dentro do princípio humanista é defendido que esses direitos devem ser dos dois, dos homens e das mulheres, respeitando as diferenças de gênero.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Não queremos ser mais que os homens, queremos ter os nossos direitos garantidos.

- **Economia Solidária no Brasil**

A Ecosol no Brasil é muito anterior a sua constituição como movimento organizado, que aparece com muita força a partir do final dos anos 1980. Porém, mesmo antes de se constituir com essa identidade, no estado do Rio de Janeiro, há histórias de organizações que já vinham trabalhando a mobilização e a formação de trabalhadoras e trabalhadores. Esse tema da formação é central em todos os aspectos, desde a organização de base até o órgão público. O CEDAC¹ já desenvolvia formação em Ecosol desde a década de 1980, período este que na história recente do nosso país é conhecido como a década perdida, em função do alto nível de desemprego e de inflação que vivíamos.

O estado do Rio de Janeiro também foi o primeiro a criar um Fórum de Cooperativismo Popular, que atualmente é onde se organiza o movimento de Ecosol em nível estadual. Isso aconteceu em 1996, num encontro no Serviço Social do Comércio-SESC de Copacabana – neste momento, inclusive, estamos celebrando essa trajetória de duas décadas.

Em seguida, outros estados foram organizando seus fóruns estaduais a fim de articular as diversas experiências nos municípios, envolvendo empreendimentos e entidades de apoio. Com o decorrer do tempo, cada vez mais, foi se ampliando o debate para chegar até os gestores públicos.

Pouco antes de 2003, com a realização das edições do Fórum Social Mundial no Brasil, sobretudo em Porto Alegre, constituiu-se um grupo de trabalho internacional. Esse grupo começou a discutir a importância do tema bebendo nas experiências de outros países, principalmente, os que vinham participar do Fórum Social Mundial da América Latina – países como Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Peru.

Assim, em 2003, foi criado outro grupo de trabalho internacional que durante o primeiro mandato do governo Lula, propôs a criação do Ministério da Economia Solidária. Houve abertura do governo para discutir o tema, mas não conquistamos a criação do

¹ O CEDAC-Centro de Ação Comunitária é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1979, a partir da articulação de grupos de pessoas engajadas em movimentos populares, movimento sindical e nas pastorais sociais.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ministério e sim de uma Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), que foi instalada em julho de 2003, em Brasília. Contudo, de imediato e em simultâneo, se criou o Fórum Brasileiro de Ecosol, que hoje está presente nos 26 estados da federação e no Distrito Federal.

Quando se criou a SENAES, o governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva convidou o professor Paul Singer para ser o secretário, cargo que ocupou durante os dois períodos que Lula esteve na presidência e no governo da presidenta Dilma Roussef. Paul Singer é economista, professor da Universidade de São Paulo-USP e um dos grandes incentivadores do desenvolvimento da Ecosol no Brasil. Quando ele assumiu a SENAES disse: “Eu só tenho condições de garantir a construção de uma política de economia solidária num diálogo total, direto com o movimento social”. Foi assim que o Fórum Brasileiro cumpriu esse papel durante toda essa caminhada, estando sempre presente e discutindo qual política pública seria importante para o movimento no Brasil, dialogando com a SENAES.

Tivemos muitos avanços e bastante diálogo. Construiu-se nesse momento o Conselho Estadual de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária. Contudo, tivemos muitos desafios, uma vez que a Ecosol consiste em um movimento que disputa um projeto de sociedade e ao estar na ponta discutindo com o poder público, em nível federal, sempre teve limite na questão dos recursos para garantir seu desenvolvimento. Paul Singer dizia que a SENAES por ser uma secretaria não tinha autonomia nem recurso. Apesar disso, colocou a questão da transversalidade no governo para discutir a Ecosol, o que foi determinante, ao lado de sua equipe, para abrir diálogo com outros ministérios. Assim, surgiu a possibilidade de esse tema não ser apenas uma questão a ser tratada pela SENAES. Com isso, a Ecosol foi pautada na discussão de política pública com outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação e Ministério das Ciências e Tecnologias, que por sua vez é o lugar onde as universidades sempre dialogaram a questão do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), e outras instituições e autarquias do governo federal.

Infelizmente em 2016 nós perdemos a SENAES. Desde 2017 ela tem o status de Subsecretaria de Economia Solidária em nível federal, mas o movimento social e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária se mantêm organizados a partir dos estados. Além disso, continuamos debatendo a importância, discutindo e reivindicando a existência de uma



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

política pública nacional de Ecosol no país, o que é alicerçado pelo trabalho do Conselho Nacional e também pelos Fóruns em nível estadual e pelos conselhos municipais.

Nesse momento, estamos acompanhando a tramitação do Projeto de Lei 4685², o qual consiste em um projeto de lei nacional de economia solidária, que se traduz no posicionamento do movimento social sobre qual política deve ser garantida do ponto de vista de política pública para a Ecosol. Contudo, esse processo caminha de forma muito lenta, já que estamos vivendo um momento delicado da política. A própria tramitação está indo devagar e, na medida em que o projeto for aprovado, a caminhada continua, sendo que esse diálogo e disputa precisam avançar uma vez que a aprovação da lei nacional de Ecosol não é garantia de que teremos o recurso na Lei de Diretrizes Orçamentária³ (LDP), sendo este, então, o segundo passo.

É indispensável ter isso em mente, principalmente agora com a situação da SENAES transformada numa subsecretaria e deixando de aparecer na página do Ministério do Trabalho e Emprego⁴. Assim, os desafios continuam e, analisando-se sob a perspectiva estadual, o movimento também tem discutido junto às instituições do estado a necessidade de fortalecer o diálogo nos três segmentos, no sentido de criação de políticas públicas em nível estadual.

No estado do Rio de Janeiro temos uma frente parlamentar de Ecosol na Assembleia

2 Aprovação do Projeto de Lei 4685, que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária do Brasil na data de autoria dos Deputados Paulo Teixeira-PT/SP, Eudes Xavier-PT/CE, Padre João-PT/MG, Luiza Erundina-PSB/SP, Miriquinho Batista-PT/PA, Paulo Rubem Santiago-PDT/PE, Bohn Gass-PT/RS, Fátima Bezerra-PT/RN. A lei foi pela Câmara e seguiu para o Senado onde aguarda tramitação.

3 Lei instituída pelo artigo 165 da Constituição Federal de 1988 que anualmente orienta a elaboração de orçamentos da seguridade social, de investimentos do Poder Público (poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, empresas públicas e autarquias) e dos orçamentos fiscais.

4 Numa de suas primeiras ações no governo, o presidente Jair Messias Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e separou suas atribuições em três outros Ministérios: Economia, Cidadania, Justiça e Agricultura. A Secretaria de Economia Solidária-SENAES já tinha sido rebaixada a Subsecretaria na gestão de Michel Temer e, em 2019, deixou de existir, sendo transformada em departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro de 2019. No Ministério da Cidadania, a economia solidária ficou sob responsabilidade da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Segundo Mônica Ribeiro, a economia solidária dedicada ao setor rural foi separado do urbano e passou a fazer parte do Ministério da Agricultura, subordinado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Fonte: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/o-lugar-da-economia-solidaria-no-atual-governo/>>



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Legislativa-ALERJ, a qual é composta por um coletivo de deputados que compõem o movimento. O atual presidente é o deputado estadual do Rio de Janeiro Waldeck Carneiro do Partido dos Trabalhadores (PT), que também é professor da UFF de Niterói, da Faculdade de Educação e de escola pública municipal.

No momento são 22 Fóruns de Economia Solidária organizados, número que pode parecer pequeno, haja vista a quantidade de municípios que temos no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, estamos lidando com movimento social, o qual se constrói devagar, a partir de um processo lento, em que uma pessoa vai passando para a outra as suas vivências e, assim, elas podem gerar novas experiências.

Portanto, construir movimento social hoje, nesse momento de desmonte das políticas públicas e de descrédito, é um grande desafio. Isso se intensifica se a classe trabalhadora não se organizar. Não basta dizer que o movimento social não pretende fazer nada; ele está re-construindo o seu caminho no sentido de repensar como atuar dentro de um cenário delicado.

Assim, para garantir o direito à cidadania, conforme está na nossa Constituição Federal de 1988, defendemos que é imprescindível para Ecosol a criação de políticas públicas. Sem estas não há como consolidar o trabalho feito e a responsabilidade recai sobre as mãos dos trabalhadores. Esses geram riqueza, mas sem reivindicar aquilo que lhe é de direito, alguém vai ficar com o resultado do fruto do seu trabalho, inclusive na Ecosol.

Deste modo, temos que estar sempre em disputa e dialogando com o poder público, seja local, estadual ou nacional. É preciso garantir proteção social, políticas públicas de educação, saúde, trabalho, lazer, saneamento básico etc., tudo aquilo que seja necessário para que as pessoas vivam com dignidade e tenham seus direitos respeitados. Assim, é fundamental estar dialogando aqui, conversando com trabalhadoras e trabalhadores da pesca artesanal e com educadoras e educadores socioambientais, nesta universidade, pela qual tenho muito respeito e carinho, com os estudantes e professores, mas principalmente pela proposta do Projeto de Educação Ambiental Pescarte. Isso me fez vir para cá falar, mas não só falar, estar junto, conhecer a realidade, construir possibilidades e construir educação popular junto com vocês. Todos nós aqui somos imprescindíveis e eu desejo muita luz e muita sorte para que a gente possa seguir construindo a Ecosol como outra possibilidade de mundo possível. Obrigada!



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Jorge Barcelos

Não troco o meu viver por nada nesse mundo,
aqui na liberdade eu respiro bem profundo.
Tenho tudo que preciso aqui é um paraíso,
nosso recanto de paz, tem água, tem peixe, maravilha.
Nós somos uma grande família. Ser pescador é bom demais.

Eu saio ao romper do dia, no outro dia estou voltando,
encontro meu filho brincando com um pequeno barquinho
ao me ver corre, me abraça, me beija, me dá carinho.

Eu sinto saudades dela e olhando lá da janela,
tem uma mulher charmosa, bonita e carinhosa,
com um sorriso sereno, me chama de meu amor.
Neste momento eu me rendo,
tenho um orgulho tremendo da profissão de pescador.

A pesca artesanal é uma arte natural
onde o pescador prepara o seu próprio material,
faz canoa, barco e remo, faz rede, agulha e remendo.
É tudo feito à mão,
é pescador criativo, artista e artesão.

É sábio, inteligente, convive em harmonia e respeita o meio ambiente.
Aonde pinga nunca seca,
fala com sabedoria
quem pesca o que precisa, vai ter peixe todo dia.

Ao voltar da pescaria,
eu sentei na sombra do mato,
deixei molhar meu pé numa água cristalina do nosso rio Macaé.
Fui recordando o passado,
quando nosso rio não era assoreado,
sem lodo e sem mancha,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

da serra descia a prancha,
trazendo mercadoria.

O remador vinha cantando os seus versos em harmonia
da nascente até a foz,
o remador misturava à voz o cheiro da poesia.

A água limpa da serra,
banhando a nossa terra,
os riachos sem comporta,
eu molhava minha horta.

No verão a piracema, o peixe vinha na porta;
hoje eu choro de tristeza, ao ver a nossa natureza
agredida, doente e morta.

Os rios são com certeza,
os prantos da natureza
chorando a destruição.
Dia e noite, noite e dia,
morrendo em agonia, descaso e poluição.
É isso que queremos deixar
para as futuras gerações?

Ouçam o barulho das águas,
falando suavemente,
sou parte da sua vida,
é um recado para gente.

As curvas que o rio faz,
diminui a correnteza,
mais água, mais vida
é a lei da natureza.

Mas sinto um calafrio,
mudaram o curso do rio,
por que razão eu não sei,
são tantos decretos, projetos, impostos, leis.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Uns vendem e outros recebem,
a água que a gente bebe
de uma maneira cruel
e a lei de proteção,
que nunca sai do papel,

Enquanto isso, o fogo queima, destrói,
mata a fauna e a flora
de tristeza a gente chora,
mas falta ousadia,
por medo ou covardia.

A nossa atitude covarde
amanhã será muito tarde,
cadê o nosso compromisso?
Não tenho nada com isso.

Porque alguns só veem o nosso rio
da janela do avião,
um caminho torto e perdido
no meio da imensidão.

Mas aqui de minha canoa,
seguro o rio com a mão,
posso até sentir teu cheiro,
é grande a destruição.

Mas apesar de tudo isso,
o rio ainda tem vida,
tem peixe de anzol,
de rede,
mata a fome,
mata a sede,
limpa as nossas sujeiras,
navega,
lança, barco e traineira,
mesmo assim o rio não passa



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de uma grande lixeira.

Mas será que todos estão cegos e estão surdos?
Que não veem o absurdo
e não percebem sequer
a morte levando a vida dos nossos rios,
inclusive o rio Macaé?!

Meu grito é a tua voz,
preservar e respeitar a natureza
é um dever de todos nós.

Dos manguezais, as nascentes, riachos e afluentes.
Então eu sinto muito,
morrendo a natureza,
todos morremos juntos.
Momentos de arte, viva o projeto Pescarte.

Autor: Jorge Barcelos

Pescador. Membro do Grupo Gestor de Macaé

Recitado no dia 30 de abril de 2016, por ocasião do Encontro Regional do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE, na cidade de Campos dos Goytacazes.

Transcrição: Filipe Coutinho, técnico social do PEA PESCARTE



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Administração; Administração Coletiva**
16, 48, 51, 59, 83, 93, 100
- **Agricultura; Agricultura familiar**
13, 14, 58, 99, 111
- **Assembleia(s); Assembleia(s) Geral(ais)**
16, 19, 23, 83, 86, 88, 111
- **Assentamento(s) rural(ais); assentado(s)**
12, 13, 14, 27, 36, 99
- **Associação; associados; associativismo; prática(s) associativa(s); sindicato(s)**
8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 31, 37, 40, 41, 44, 45, 50, 59, 82, 83, 85, 87, 89, 92, 98, 99, 104, 105
- **Autorreconhecimento; reconhecimento**
48, 52, 53, 72, 83, 88, 96, 98, 99, 102
- **Autogestão**
9, 10, 14, 15, 19, 20, 26, 31, 40, 41, 47, 48, 51, 59, 81, 82, 83, 105, 107

- **Capitalismo**
28, 41, 46, 55, 56, 62, 72, 74, 76, 80, 81, 82, 86
- **Cidadania**
71, 77, 84, 96, 98, 111, 112
- **Classe(s); Classe(s) trabalhadora(s); Classe pesqueira**
12, 21, 22, 31, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 99, 107, 108, 112



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Colaboração; Colaborativa; Colaboradores; Colaboração solidária**

14, 20, 22, 28, 41, 85

- **Comercialização; comércio do pescado**

13, 14, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 40, 50, 55, 56, 57, 59, 85, 95, 98

- **Competitividade**

28, 95, 96

- **Consumo; Consumidor(es); Consumo solidário**

9, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 43, 49, 53, 54, 56, 60, 67, 72, 73, 84, 85, 86, 95, 99, 105

- **Cooperativa; Cooperativismo; Cooperados**

8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 40, 41, 45, 50, 51, 53, 57, 59, 85, 92, 98, 99, 104, 105, 108, 109

D

- **Demanda(s)**

22, 24, 63, 65, 66, 70, 75, 86, 87, 105, 106, 108

- **Desastre(s)**

86, 96

- **Desemprego; desempregados**

8, 9, 11, 12, 21, 26, 27, 30, 80, 81, 96, 109

- **Desigualdade(s)**

30, 57, 66, 71, 72, 76, 81, 89, 102

- **Direito(s)**

11, 15, 17, 19, 22, 23, 51, 58, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 81, 83, 88, 94, 97, 98, 99, 105, 107, 108, 109, 112

E

- **Educador(es) ambiental(ais); educação ambiental; Ação Educativa**

17, 18, 34, 37, 38, 39, 42, 45, 48, 52, 59, 60, 82, 83, 86, 87, 99, 105, 106, 108, 110, 112



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Empoderamento**

83, 88, 107

- **Empreendimento(s); empreendimento(s) coletivo(s); empreendimento(s) cooperativo(s); empreendimento(s) solidário(s)**

11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 41, 42, 45, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 60, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 209

- **Empresa; empresarial**

9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 31, 41, 73, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 98, 105, 111

- **Enfrentamento**

26, 30, 41, 51, 95, 101

- **Equidade; Igualdade**

15, 17, 58, 66, 68, 81, 83, 88, 93, 94, 105

- **Escola(s)**

23, 45, 99, 112

F

- **Fordismo; Toyotismo**

76, 77

- **Fornecedor(es); fornecimento**

53, 95, 99

G

- **Gestor(es); Gestora(s); Grupo(s) Gestor(es); Gestores públicos**

37, 38, 40, 44, 46, 47, 76, 82, 88, 104, 106, 107, 109

- **Iniciativa(s)**

20, 50, 51, 52, 54, 77, 83, 89, 92, 97, 99



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Isolamento**

65, 66

L

- **Legitimidade**

56, 63, 69, 86, 93, 107

M

- **Mercado(s); Mercadoria(s); Mercado de trabalho**

11, 12, 17, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 36, 41, 42, 47, 49, 51, 53, 54, 57, 60, 66, 68, 74, 76, 77, 80, 84, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 114

N

- **Neoliberal**

74, 75, 76

- **Novas alternativas**

21

O

- **Oportunidade(s)**

31, 39, 46, 52, 56, 65, 89, 92, 99, 100, 102

- **Organização**

8, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 27, 30, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 59, 68, 70, 76, 77, 80, 92, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 109

P

- **Parceria(s)**

10, 23, 30, 41, 43, 49, 53, 60, 81, 83, 84



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Participação**

10, 16, 20, 22, 23, 25, 34, 38, 39, 41, 51, 52, 65, 66, 69, 82, 83, 88, 92, 93, 100, 101, 106

- **Pescado; pescador(es); pescadora(s); pescador(es) artesanal(ais); pescadora(s) artesanal(ais)**

22, 23, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 99, 102, 105, 113, 116

- **Pluralidade**

22

- **População; População rural**

8, 25, 26, 27, 31, 55, 62, 84, 89, 97, 105

- **Produto(s); produtor(es); produtividade**

10, 13, 14, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 40, 43, 50, 51, 55, 56, 57, 60, 63, 66, 67, 73, 76, 77, 85, 87, 95, 96, 99, 105, 106, 107

- **Protagonismo**

30, 38, 48, 51, 59, 71, 76, 86, 88

Q

- **Quilombola(s)**

18, 99, 105

R

- **Racionalidade**

16, 19, 74

- **Reciprocidade**

9, 22, 27, 83, 86

- **Reconhecimento**

48, 53, 72, 83, 88, 96, 98, 99, 102

- **Rede(s)**

9, 14, 17, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 37, 41, 49, 53, 60, 68, 69, 74, 77, 81, 84, 85, 92, 95, 104, 105, 113, 115



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- **Representação(ões); representante(s); representatividade; representante(s)**
13, 17, 20, 37, 40, 43, 65, 66, 75, 83

- **Responsabilidade**
74, 77, 83, 84, 87, 96, 111, 112

S

- **Sociabilidade**
22, 26, 39, 62, 64, 67, 73, 74, 75

- **Solidariedade**
8, 9, 10, 14, 19, 28, 30, 47, 58, 74, 80, 81, 83, 95, 101, 105

- **Sustentabilidade**
65, 86, 104, 108

T

- **Trabalho coletivo**
8, 18, 24, 31, 93

- **Transformar; transformação(ões); transformador(es)**
20, 29, 30, 39, 49, 53, 62, 65, 67, 68, 70, 80, 84, 87, 105, 106

V

- **Viabilidade(s); viabilidade econômica**
17, 40, 41, 49, 54, 60



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

GERALDO MÁRCIO TIMÓTEO

Graduado em Ciências Sociais (UFMG-MG), Mestre em Extensão Rural (UFV-MG), Doutor em Sociologia (UFMG-MG). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA); Professor dos Programas de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia Políticas (PPGSP) da UENF e Coordenador do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.

SILVIA ALICIA MARTINEZ

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Graduada em Ciências da Educação (Mar del Plata, Argentina, 1986), Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993; 2000). Fez Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS (Mestrado e Doutorado Acadêmico) da UENF.

CARMEM IMACULADA DE BRITO

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), atualmente bolsista de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da referida instituição.

MICHELLE NASCIMENTO WEISSMAN DA SILVA

Graduada em Pedagogia (FAFIC-Campos dos Goytacazes-RJ), Mestranda em Políticas Sociais (PPGPS-UENF).

LEANDRO GARCIA PINHO

Possui Pós-doutorado na área de Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa (2018), Doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2006),



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1998). Atualmente é Professor Associado do Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (UENF-RJ); Coordenador das disciplinas Fundamentos da Educação III e História na Educação I do Consórcio CEDERJ/CECERJ para os polos de Itaperuna, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Itaocara, Natividade, Miracema, Macaé e Bom Jesus do Itabapoana. Integra a equipe de pesquisadores do PEA Pescarte (UENF). Principais temas de interesse: cotidiano e vivências na atividade pesqueira, história da educação, políticas educacionais.

ELIANA MONTEIRO SOARES DE OLIVEIRA

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006), Mestrado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2009) e Doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2013). Graduação em Programa Especial Formação Pedagógica de Docentes em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (2016) e Pós-graduação *latu sensu* em Educação Ambiental pelo Instituto Federal Fluminense (2016). Tem experiência na área de Biologia, atuando nos seguintes temas: nutrição e ecologia alimentar com ênfase em conservação, avaliação da qualidade dos recursos alimentares e do habitat de animais silvestres, desenvolvimento de processos e produtos para aproveitamento de resíduos agroindustriais, controle biológico, educação ambiental e projetos socioambientais.

VALDIR JÚNIO DOS SANTOS

Cientista Político, Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM). Pós-Doutor pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF (PPGPS - PESCARTE), Doutor em Política Social e Trabalho pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2014), Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (2009), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (2007), Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação do Norte Fluminense - IFF (2007). Bolsista de Doutorado Nota 10 pela FAPERJ e Pesquisador do Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC/ CCS/ UERJ. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Estado, Interesses e Políticas Públicas (NEIPP) UFF e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Organização Social e Cultura da UENF. Atua nos seguintes temas: Teoria Política, Estado e Desenvolvimento, Sociologia Rural e do Conflito, cujo foco entrelaça com as temáticas da violência, controle social, violência policial, políticas públicas, assentamentos rurais e o impacto do PRONAF, Política de Seguridade Social, campesinato, reforma agrária, geração e família no espaço rural, comunidades pesqueiras, Identidade e espaço escolar, Educação do Campo.

ANA PAULA SERPA NOGUEIRA DE ARRUDA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006). Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Doutora em Sociologia Política (PGPS/UENF) com estágio de doutorado (CAPES) no IGOT, Universidade de Lisboa. Atualmente realiza o Pós-doutorado (UENF) por meio do projeto PESCARTE. Possui experiência em Sociologia Urbana e Políticas Públicas, com especial interesse em Políticas Habitacionais, Habitação de Interesse Social, Descentralização e Gestão Local, Organização Social e produtiva. É professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes.

DIEGO CARVALHAR BELO

Possui graduação em Programa Especial de Formação de Docente pela Universidade Metropolitana de Santos (2015), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2009), mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2012) e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2018), atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Rural, Reforma Agrária, Sociologia das comunidades pesqueiras, Associativismo e Capital Social.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

VITOR DE MORAES PEIXOTO

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2003), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: eleições, sistema político, financiamento de campanhas, accountability, representação e competição eleitoral.

KLENIO VEIGA DA COSTA

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo pela Faculdade de Filosofia de Campos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Sociologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura familiar, Resistência Camponesa, Convivência com a semi-aridez, Representações Sociais de Natureza, Conflitos Socioambientais, Política Públicas de Conservação da Natureza.

MAURO MACEDO CAMPOS

Possui graduação em Ciências Econômicas, especialização em Saúde Pública/Auditoria de Sistemas de Saúde, mestrado em Ciências Sociais: Gestão de Cidades e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutorado em Ciência Política pela UNICAMP. Atualmente é professor e pesquisador associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP). Faz parte do Grupo de Pesquisa CNPq, Trabalho, Organização Social e Cultura. Atua na gestão financeira da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP/BR). Trabalhou por 15 anos como auditor e consultor externo.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Tem experiência nas áreas de Gestão Pública e Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, Auditoria e Controle, Instituições Políticas; e Financiamento Partidário-Eleitoral.

LILIAN SAGIO CEZAR

Antropóloga. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF. Coordenadora da Unidade Experimental de Som e Imagem (UESI - UENF). Pesquisadora do GRAVI (USP), NEABI (UENF) e PESCARTE (IBAMA/ Petrobras/ FIA/ UENF). Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia Visual, Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Políticas Sociais e Políticas Culturais atuando principalmente nos seguintes temas: festas brasileiras, artesanato, memória, identidade e patrimônio cultural. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003), mestrado em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2010).

JULIA DIAS PEREIRA

Graduada em Ciências Sociais (UENF) e Mestranda em Políticas Sociais (PPGPS-UENF), educadora socioambiental na segunda fase do PEA-PESCARTE.

SIBELE SOUZA RODRIGUES

Graduanda em Pedagogia (UENF) e bolsista de Iniciação Científica do PEA-PESCARTE.

PRISCILA LUCAS DE OLIVEIRA

Graduanda em Comunicação Social – Jornalismo pelo UNIFLU (Centro Universitário Fluminense – Campos dos Goytacazes) e membro do PEA-PESCARTE.

MARIA CLARA MONTALVÃO DE OLIVEIRA

Graduanda em Ciências Sociais (UFF) e bolsista de Iniciação Científica do PEA-PESCARTE.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

LUÍSA LINHARES MOTA DA SILVA

Graduanda em Ciências Sociais (UENF) e bolsista de Iniciação Científica do PEA-PESCARTE.

MIRIAN ALVARENGA FAGUNDES DA SILVA

Graduanda em Pedagogia (UENF) e bolsista de Iniciação Científica do PEA-PESCARTE.

FELIPE COUTINHO

Graduado em Ciências Sociais (UENF) e Técnico Social do PEA-PESCARTE (Primeira Fase).

JORGE BARCELOS

Pescador e Membro do Grupo Gestor (PEA-PESCARTE) de Macaé-RJ.

JOSINETE MARIA PINTO

Graduada em História pela Universidade Gama Filho-RJ, Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal (UFF-RJ), Técnica em Educação Popular e Economia Solidária e pesquisadora do Laboratório Trabalho e Organizações Sociais da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba/INTECSOL.

SÉRGIO ARRUDA DE MOURA

Possui graduação em Comunicação Social Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1982), graduação em Letras Inglês e Português pela Universidade Federal de Pernambuco (1980), graduação em Letras - Bacharelado Inglês pela Universidade Federal de Pernambuco (1981), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1986) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Atualmente é professor associado i da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, linguagem, análise de discurso, educação e cognição.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-89479-55-4



9 788589 479554